

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ROBERTA BENTES FLORES BAYMA

**COMPREENSÃO GESTÁLTICA DO DISCURSO DE ADOLESCENTES
MASCULINOS EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA
NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

BELÉM
2013

ROBERTA BENTES FLORES BAYMA

**COMPREENSÃO GESTÁLTICA DO DISCURSO DE ADOLESCENTES
MASCULINOS EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA
NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adelma Pimentel.

BELÉM
2013

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA**

Bayma, Roberta Bentes Flores,

Compreensão gestáltica do discurso de adolescentes masculinos em cumprimento de liberdade assistida no município de Barcarena-PA / Roberta Bentes Flores Bayma. - 2013.

Orientadora: Adelma Pimentel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2013.

1. Adolescentes Barcarena (PA) Conduta. 2. Assistência a menores Barcarena (PA). 3. Liberdade assistida. I. Título.

CDD 22. ed. 155.5098115

ROBERTA BENTES FLORES BAYMA

**COMPREENSÃO GESTÁLTICA DO DISCURSO DE ADOLESCENTES
MASCULINOS EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA
NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adelma Pimentel (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ivany Pinto Nascimento (UFPA)

Prof^a. Dr^a. Cristiane Gonçalves da Silva (UNIFESP)

Prof^a. Dr^a. Airle Miranda (UFPA) - Suplente

Aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

BELÉM
2013

Aos meus pais,
eternos amigos e incentivadores.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela sua maravilhosa graça e amor incondicional, que renova suas misericórdias todos os dias em minha vida, acrescentando sabedoria e força a cada manhã.

Aos meus pais, **Nilma e Roberto Flores**, sempre prontos a me ouvir, compreender e aconselhar, meus exemplos de respeito, honestidade, confiança, amizade e amor, presentes nas horas felizes e conturbadas, meus mananciais, meus referenciais. Serei eternamente grata por cada dever de casa da mamãe (muito mais complicados que os da escola), pelos esforços que o papai empreendeu para me ensinar o pouco de matemática que sei (risos), por todos os cinemas e vídeo games negados com objetivo de priorizar os estudos. Amo-os imensamente!

Ao meu marido, **Fábyo Bayma**, meu porto seguro, meu melhor amigo, companheiro, parceiro, cúmplice e amante. Obrigada pela paciência, dedicação, abdicção, carinho e incentivo. Sem você ao meu lado, não chegaria ao fim. Minha vida tem mais cor e mais sabor ao seu lado. Anseio por trilhar novas e surpreendentes aventuras com você, com e sem o nariz vermelho, além de ver nossa família crescer. Amo-te!

À minha irmã, **Andréa Flores**, minha melhor amiga, minha confidente, minha cúmplice de palhaçadas e gargalhadas, meu ombro de uma vida, minha “gênio”. Obrigada pelas contribuições imensamente valiosas, pela sinceridade e pela poesia de cada gesto e palavra sua. Você é notável e admirável em tudo que faz. Sinto falta de dormir no mesmo quarto e passar horas falando sem parar (risos). É muito bom ter você!

Ao **Ricardo Melo**, cunhado do coração e padrinho de casamento, muito bom contar com sua ajuda, carinho e diálogos frutíferos sobre a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Parceiro de luta!

À minha orientadora **Adelma Pimentel**, pela confiança depositada em mim, pela compreensão quando eu não conseguia estar sempre presente, pela postura instigante e desafiadora, pela contribuição para meu crescimento pessoal e como pesquisadora, pelo vínculo de amizade estabelecido. Foi um enorme prazer compartilhar a tarefa árdua de produzir ciência!

À **Edilza Lobato**, eternamente minha querida professora, corresponsável pela paixão pela Gestalt-Terapia, exemplo de humildade, a ponto de partilhar sentimentos e afetos de carinho, tornando-se uma fiel companheira na jornada de pesquisa e amiga nos momentos difíceis. Sua generosidade me encanta!

À **Solange Menezes**, uma grata surpresa, um exemplo de mulher batalhadora, determinada e humana, uma excelente gestora que contribuiu com minha formação pessoal e profissional, uma cara amizade conquistada e uma ajudadora frequente do processo da pesquisa, que me ensinou a ter muito carinho por Barcarena. Sinto saudade da convivência diária e do partilhar de ideias e angústias. Admiro muito você e prezo pelo nosso vínculo!

Às minhas queridas “folhas” **Camilla, Cinthia, Adelina, Ana Paula, Monique, Raquel, Halia**, sempre presentes, mesmo quando ausentes fisicamente, que nunca me deixam desanimar ou desacreditar que é possível alcançar objetivos. Amo vocês!

À **Kamily Vale**, amiga que sempre me incentivou nos estudos, ajudando-me a enxergar meu potencial para a pesquisa, incentivando em vários momentos que precisei, e também pelos momentos de descontração e trocas profissionais. Muito obrigada!

À **Leila Silva**, a quem não sei como agradecer pela compreensão, ajuda e paciência nos últimos meses. Sou grata e me sinto feliz por estar vivendo nova etapa da vida, recheada de desafios profissionais e pessoais na sua companhia sempre tão instigante e contagiante. Obrigada mais uma vez pela oportunidade!

Ao colega **Tom Lôbo**, companheiro de caminhada no mestrado, pelas trocas durante a construção dissertativa e execução da pesquisa. Muito obrigada!

Aos **Professores do PPGP**, que compartilharam observações, indicações e percepções enriquecedoras sobre a pesquisa durante as disciplinas. Em especial, para a Prof^a. Dr^a. Flávia Lemos, pela compreensão, ajuda e apoio como coordenadora e professora. Obrigada!

Aos **informantes**, que se dispuseram a participar da pesquisa, compartilhando sentimentos, histórias e emoções. Sem vocês a pesquisa não se concretizaria!

Já fui muito acusado de ser defensor de “pivete”, mas não sou defensor de “pivete”.
Sou um defensor da dignidade [...]
Por trás de cada adolescente que comete ato infracional existe uma história de vida de não acesso a direitos e de violações.
(Pe. Bruno Sechi – CEDECA – EMAÚS/PA)¹

¹ Fala proferida durante Palestra Magna do III Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância e da Juventude, em Setembro de 2012, Belém-PA.

RESUMO

Esta dissertação contempla pesquisa qualitativa realizada com adolescentes do gênero masculino em cumprimento de Liberdade Assistida (LA), na cidade de Barcarena-PA, buscando desvelar alguns elementos que integram os processos de subjetivação dos informantes, identificados em seus discursos. Além disso, objetivou analisar as referências familiares que oportunizam configuração de suportes emocionais e verificar os significados subjetivos do cumprimento da medida socioeducativa. As referências teóricas examinadas foram textos científicos produzidos pela Psicologia sobre o signo “adolescência”, nas perspectivas gestáltica e histórico-crítica, atentando, igualmente, para os estudos de gênero masculino e das políticas sociais brasileiras sobre a medida de LA. A coleta de dados ocorreu em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), utilizando como procedimentos teórico-metodológicos a análise hermenêutica fenomenológica do discurso, conforme o ponto de vista de Paul Ricoeur (1988), a partir da transcrição de entrevistas individuais com 03 (três) adolescentes. Os resultados do estudo conferem compreensões gestálticas da linguagem e dos discursos dos informantes, apresentados através de fluxos da compreensão, segundo o modelo de Pimentel (2011b). A perspectiva gestáltica pressupõe o entendimento do campo onde foi produzido o discurso e a significação, conferindo temporalidade e embasamento relacional, que orientou as interpretações e análises, sobretudo a caracterização plural das adolescências. Algumas das principais conclusões ventilam: a necessidade de fortalecimento da rede de atendimento destinada à atenção em saúde, especificamente sobre o consumo de álcool e outras drogas, como forma de prevenir violações de direitos; ampliação e articulação das políticas públicas de qualificação profissional de adolescentes, lazer e cultura, como possível contribuição para redução dos atos infracionais e fundamentais ao sucesso e eficácia do acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto; e a percepção da “impunidade” na relação com policiais, como principal motivo apontado para reiteração em condutas ilegais.

Palavras-chave: Adolescências. Ato infracional. Liberdade Assistida. Processo de Subjetivação. Perspectiva gestáltica.

ABSTRACT

This dissertation addresses qualitative research with male gender adolescents in fulfillment of Assisted Liberty (LA), in the city of Barcarena-PA, seeking to uncover some elements that integrate the subjectivity processes of the informants, identified in their speeches. Furthermore, aimed at analyze familiar references that offer configuration of emotional supports, and verify the subjective meanings of socioeducational procedures compliance. The theoretical references examined were scientific texts produced on Psychology field around the term "adolescence", according to gestalt and historical criticism perspectives, noting, also, for studies about male gender and Brazilian social policies about the LA procedure. Data were collected on a Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), using, as theoretical and methodological procedure, the hermeneutic phenomenological analysis of the speech, according to the view of Paul Ricoeur (1988), from the transcript of interviews with 03 (three) adolescents. The results of the study provide gestalt comprehensions of the language and speech of the informants, presented through fluxes of understanding, following the model of Pimentel (2011b). The gestalt perspective requires an understanding of the field where the speech and the meaning were produced, conferring temporality and relational embasement, which guided the interpretations and analyzes, specially the plural characterization of adolescences. Some key findings point to: the need for strengthening the service network intended for health care, specifically on the consumption of alcohol and other drugs as a way to prevent violations of rights; expansion and articulation of public policies for adolescents' qualification, leisure and culture as possible contribution to reduce offenses and as fundamentals to the success and effectiveness of monitoring the socio-educational measures in open space; and the perception of "impunity" around the relation with police officers as the main reason mentioned for repetition in illegal conduct.

Keywords: Adolescences. Act of Infraction. Assisted Liberty. Subjectivity Process. Gestalt Perspective.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Fluxograma da Compreensão dos Processos Subjetivos	61
Quadro 02: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação Pedro	73
Quadro 03: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação João	74
Quadro 04: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação Paulo	76
Quadro 05: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação Paulo - 2	77
Quadro 06: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração Pedro	78
Quadro 07: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração João	79
Quadro 08: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração Paulo	80
Quadro 09: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva Pedro	81
Quadro 10: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva Pedro – 2.	83
Quadro 11: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva Paulo	84
Quadro 12: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva João	85
Quadro 13: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva Paulo – 2.	86
Quadro 14: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares Pedro ..	87
Quadro 15: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares João	88
Quadro 16: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares Paulo ..	89
Quadro 17: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida Pedro	90
Quadro 18: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida João	92
Quadro 19: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida Paulo	93
Quadro 20: Vivência da Medida Socioeducativa – Prospecção de Pedro	94
Quadro 21: Vivência da Medida Socioeducativa – Prospecção de João	96
Quadro 22: Vivência da Medida Socioeducativa – Prospecção de Paulo	97

SUMÁRIO

PRÓLOGO	12
1 INTRODUÇÃO	16
2 CONFIGURAÇÃO DAS ADOLESCÊNCIAS	26
2.1 REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADE	40
2.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA	48
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	56
3.1 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	58
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	59
4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES INICIAIS	62
4.1 APRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	62
4.2 DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO	66
4.3 BREVE IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES	68
4.4 OS DISCURSOS DE PEDRO, JOÃO E PAULO	72
4.4.1 Elementos do processo de subjetivação	73
4.4.2 Referências familiares e suportes Emocionais	81
4.4.3 Vivência da medida de liberdade assistida	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	112

PRÓLOGO

A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.

(Vinícius de Moraes – Samba da Bênção)

Esta pesquisa se constitui em base a uma trajetória pessoal mais ampla que o objeto circunscrito, perpassando pelo meu² processo de formação acadêmica em Psicologia. Inicia-se na experiência de estágio na Promotoria da Infância e Juventude da capital, no Ministério Público do Estado do Pará, quando minha atuação se restringia ao assessoramento técnico³ aos Promotores de Justiça na defesa dos direitos de crianças e adolescentes consideradas em situações de risco e de adolescentes aos quais se atribuía prática de ato infracional.

O atendimento aos adolescentes acontecia principalmente no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA), criado em Belém em 1997, promovendo atendimento inicial ao adolescente acusado de praticar ato infracional em Belém e na região metropolitana. O CIAA foi organizado com o objetivo de tornar o processo mais ágil, acatando as diretrizes da política de atendimento estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garantindo a autonomia administrativa e funcional entre os órgãos integrantes, bem como a integração operacional, previstas no art. 88, inciso V, deste dispositivo legal⁴.

O CIAA, localizado no bairro do Jurunas, em Belém, era composto pela 2ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJE), dedicada exclusivamente à área infracional; a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual; a Defensoria Pública Estadual; a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA)⁵, através do Serviço de Atendimento Social (SAS); e a Delegacia de Atendimento ao Adolescente (DATA), ligada à Polícia Civil e a Companhia Especial de Polícia Assistencial (CEPAS) da

² Neste texto utilizarei a 1ª pessoa do singular e do plural, além da 3ª do singular, devido à condição intersubjetiva da construção do conhecimento que reúne uma polissemia de vozes, incluindo a autora deste projeto de dissertação.

³ Participava, em conjunto com a psicóloga que atuava na Promotoria, do processo de avaliação psicológica dos casos atendidos pelos promotores de justiça, bem como da elaboração de documentos psicológicos resultantes dos processos. Os Pareceres e Laudos dos profissionais de psicologia eram utilizados como respaldo para as ações judiciais pelos promotores.

⁴ “[...] integração operacional de órgãos de Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; [...]” (LIBERATI, 2008, p. 69).

⁵ Anteriormente nomeada Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP).

Polícia Militar. A DATA se dividia ainda em Delegacia de Atendimento ao Infrator (DAI) e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)⁶.

Durante o meu período de estágio, os profissionais de Psicologia e Assistência Social do Ministério Público eram escalados para atuarem uma semana por mês no CIAA. Enquanto acompanhava minha supervisora de estágio nos plantões, ocorreu uma situação singular. Um adolescente de 14 anos, sexo masculino, após ouvir minha fala sobre a importância de se afastar de pessoas que cometiam atos ilícitos, respondeu-me que o que eu pedia era impossível, verbalizando que todos os seus vizinhos eram “bandidos” e que isto era comum no bairro onde residia. Essa experiência impactou-me, em três dimensões: sentir-me impotente, ou seja, estar diante de uma realidade completamente diferente da minha; perceber que as minhas intervenções não estavam levando em consideração os referenciais de amizades, família e masculinidade do adolescente que eu estava atendendo; questionar a eficácia do trabalho do psicólogo, discutindo a questão no âmbito deste mestrado.

Considero que a escuta e a interpelação pelas questões psicossociais da adolescência iniciaram com aquele contato com o adolescente. Após a graduação, meu primeiro emprego foi em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)⁷, no município de Ananindeua-PA, no então denominado Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, onde atuava no acompanhamento psicológico de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Estas medidas são cumpridas em meio aberto, ou seja, em contato direto com a família e a sociedade, sem qualquer ambiente institucional de reclusão. Estão descritas nos arts. 117, 118 e 119 do ECA (BRASIL, 1990).

⁶ Durante o segundo semestre de 2012 a Polícia Civil elaborou nova estruturação, criando uma Diretoria de Atendimento ao Vulnerável (DAV), que é responsável por coordenar a Delegacia Especializada de Atendimento a Criança e ao Adolescente (DEACA), Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Atendimento ao Idoso (DAI), entre outras. A DATA não está vinculada a esta diretoria.

⁷ O CREAS constitui-se como instituição com abrangência municipal ou regional que compõe a Proteção Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), idealizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que por sua vez baseia-se na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei 8.742 de 1993 (BRASIL, 2005). Em 2011 foi promulgada a Lei 12.435, que dispõe sobre alterações na LOAS e a respeito da organização da Assistência Social, a qual regulamentou o SUAS e no Art. 6º-C, §2º, assim define o CREAS: “[...] unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingências, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial” (BRASIL, 2011a).

Nessa experiência pude ampliar a compreensão da adolescência a partir da interação cotidiana com adolescente na busca de referenciais teórico-metodológicos para realizar nosso trabalho. Passei a examinar a forma com que os adolescentes que atendia elaboravam as percepções que davam significado a sua realidade existencial, as relações que estabeleciam, e os significados que atribuíam ao procedimento de cumprimento da medida socioeducativa.

Posteriormente, por meio de concurso público fui engajada como psicóloga em um CREAS no município de Barcarena-PA. Na instituição atuei em vários serviços; entretanto, as demandas dos adolescentes em cumprimento das medidas de LA e PSC permaneceram intensas. Desenvolvi intervenções psicológicas com os adolescentes e suas famílias em atendimentos individuais, realizados via de regra quinzenalmente ou mensalmente, e em atividades em grupo, que ocorriam de maneira mensal ou bimestral.

As intervenções psicológicas eram voltadas a favorecer e facilitar a expressão de sentimentos e significações relacionadas: ao processo de adolecer, a forma de relacionamento em família e na comunidade, o envolvimento e a prática de atos infracionais, o entendimento sobre regras e limites sociais, o sentido de cumprir uma medida socioeducativa, a percepção que o adolescente tinha sobre si e sua história de vida, garantia de acesso às instituições escolares e de saúde, inserção em cursos profissionalizantes, facilitação de entrada no mercado de trabalho formal, e atividades de cultura, esporte e lazer. Ressalto que no CREAS a experiência clínica não é a principal ferramenta interventiva, embora a escuta refinada seja indispensável.

Considero escuta refinada aquela que se propõe atenta aos sentidos e significados construídos a partir das vivências e das relações estabelecidas pela pessoa no contexto onde vive, incluindo quem a escuta. Embora esta concepção tenha fundamentação no contexto da Política Nacional da Humanização da Saúde e da Política da Clínica Ampliada⁸, avalio como indispensável ao atendimento do adolescente e de sua família, seja no contexto clínico e/ou durante orientação psicológica, apresentar uma postura profissional respeitosa e atenta ao que é dito, favorecendo a potencialização da autonomia e o protagonismo na produção de si e do mundo (BRASIL, 2006b; MOREIRA *et al.*, 2007).

⁸ A clínica ampliada contempla: “Trabalho clínico que visa ao sujeito e à doença, à família e ao contexto, tendo como objetivo produzir saúde e aumentar a autonomia do sujeito, da família e da comunidade. Utiliza como meios de trabalho: a integração da equipe multiprofissional, a descrição de clientela e a construção de vínculo, a elaboração de projeto terapêutico conforme a vulnerabilidade de cada caso, e a ampliação dos recursos de intervenção sobre o processo saúde-doença” (BRASIL, 2006b, p. 38).

Da angústia sentida por, ainda, não ter respostas à fala/discurso do adolescente que atendi durante o estágio, mesmo após a atualização dos conhecimentos na temática e na prática profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na atuação profissional, emergiu a questão de pesquisa voltada para a compreensão dos processos de subjetivação dos adolescentes que praticam atos infracionais, assim como despertou o interesse em qualificar a importância das relações familiares e comunitárias neste processo.

1 INTRODUÇÃO

[...] Vou dizer-te o meu segredo.
É muito simples: só se vê bem com o coração.
O essencial é invisível aos olhos.
(Antoine de Saint-Exúpery – O Pequeno Príncipe)

No contexto nacional, a partir do século XIX percebemos um processo de naturalização da adolescência significada como sinônimo de imaturidade emocional e, sobretudo, nas populações empobrecidas, atribuição de sentidos relativos a risco, vulnerabilidade e criminalização. Identificamos que estes sentidos estão presentes em discursos sociais de desqualificação de adolescentes, especialmente os acusados de incorrer em atos ilegais, repercutindo em parcos investimentos em políticas públicas e em discursos midiáticos pela redução da maioria penal (DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; ROMAN, 2009; SANTOS, 2005).

Nesta pesquisa, os sujeitos escolhidos foram adolescentes do gênero masculino em cumprimento de Liberdade Assistida (LA), posto que pesquisas anteriores demonstraram serem estes a maioria em cumprimento de medidas socioeducativas⁹ e que concentram o maior número de mortalidade, no Brasil (BELÉM, 2011; BRASIL, 2011a; UNICEF, 2010; VOLPI, 2011).

As referências teóricas utilizadas foram os estudos sobre Psicologia da adolescência, nas perspectivas gestáltica (AGUIAR, 2005; FLORES; PIMENTEL, 2011 LIRA, 2010) e histórico crítica (ARIÈS, 2006; DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005); gênero masculino (BOURDIEU, 2010; LYRA et al, 2005; PIMENTEL, 2008a; PIMENTEL, 2011a); políticas sociais para adolescentes em cumprimento de medida de LA (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2012).

Pela determinação do direcionamento da pesquisa pontuamos que o art. 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi o suporte usado para identificar os sujeitos pesquisados: pessoas com idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, e jovens com idade entre 18 anos completos e 21 anos, em situações específicas. O mesmo ocorreu com definição de ato infracional, prevista no art. 103 do ECA, como: “[...] toda conduta descrita como crime ou contravenção penal”. As medidas socioeducativas a que me refiro são as descritas no art. 112, do mesmo dispositivo legal, a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

⁹A criança a qual se atribui prática ilícita cabe medida protetiva, descrita no art. 98 e 101, do ECA.

Contudo, importa-nos em especial a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), a qual será caracterizada no capítulo seguinte.

Ao considerar a divulgação cotidiana, cada vez mais intensa, de situações evocando a participação de adolescentes em assaltos e agressões nas escolas, ocorreu o interesse em dedicar-me a aprofundar a compreensão de alguns acontecimentos vivenciados, quando em cumprimento da LA na cidade de Barcarena, no Estado do Pará. A escolha de realizar a pesquisa no município está pautada nestes motivos: não há qualquer estudo desta natureza no local; facilidade de acesso à instituição e aos funcionários, posto que sou ex-funcionária efetiva do local; e proximidade de Belém, onde resido atualmente.

Segundo dados contidos na biblioteca virtual do IBGE, Barcarena está localizada na região denominada do Baixo Tocantins do Estado do Pará. A sub-região do Baixo Tocantins é formada pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Mocajuba.¹⁰ Compõe também a mesorregião metropolitana de Belém e a microrregião de Belém, juntamente com os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. Possui uma área territorial de 1.310 km² e população de 99.859 habitantes. Constituiu-se município, com a denominação de Barcarena, pelo Decreto-lei Estadual nº 4.505/1943. A sede do município está localizada no antigo distrito de Barcarena, porém é composta por 2 (dois) distritos: Barcarena e Murucupi (ex-Conde)¹¹.



Figura 01: Mapa do Estado do Pará, localização município de Barcarena.
Fonte: Base cartográfica IBGE (2008).

A coleta de dados ocorreu em um CREAS, pois a partir do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), publicado em 2006^a e sancionado como Lei nº

¹⁰ Informação disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/barcarena.pdf>>.

¹¹ Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150130>>.

12.594/2012, no art. 5º, inciso III¹², as medidas socioeducativas em meio aberto devem ser executadas prioritariamente pelos municípios, com a justificativa de favorecer o processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do adolescente, bem como garantir que a execução das medidas respeite a especificidade de cada território. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais¹³, o CREAS é a principal instituição pública municipal responsável por ofertar serviço de acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto. Em Barcarena, há apenas um CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), localizado na avenida principal da sede do município. Atualmente oferta 03 (três) serviços, dentre eles o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), denominado neste texto como serviço de MSE.

Passo a apresentar um breve desenho da fundamentação teórica, expondo a perspectiva gestáltica para a adolescência. O pensamento gestáltico sobre o adolescente ao qual se atribui prática de ato infracional e da questão da LA implica articular uma concepção existencial da vida em diálogo com o mundo e com o outro (PIMENTEL, 2011b). A abordagem se revelou, desde a graduação, uma relevante base de suporte para o entendimento das dimensões subjetivas e sociais que derivam das interações estabelecidas entre adolescentes, seus familiares e a comunidade.

O enfoque gestáltico propõe uma visão de sujeitos e de mundo baseada nos pressupostos filosóficos da fenomenologia existencial, voltada para a compreensão dos aspectos ônticos nas questões da existência. O entendimento fenomenológico – existencial dos discursos de adolescentes masculinos, na produção de conhecimento científico, buscou os significados atribuídos pelos informantes ao envolvimento com o ato infracional, as referências familiares e ao cumprimento de LA, de maneira contextualizada com a percepção de si e das relações vividas.

A contextualização do discurso dos informantes aproxima-se do proposto por Perls, Hefferline; Goodman (1997, p. 41-42) “A experiência se dá na fronteira entre o seu organismo (*sujeito*) e seu ambiente [...] em toda e qualquer investigação biológica, psicológica ou sociológica temos de partir da interação entre o organismo e seu ambiente”

¹² “[...] criar e manter programas de atendimento para execução das medidas socioeducativas em meio aberto; [...]” (BRASIL, 2012).

¹³ Instituída pela Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

(grifo meu)¹⁴. Outrossim, afina-se com Ribeiro (1998, p. 32), ao afirmar que “[...] seres humanos e sociedade constroem-se mutuamente nas relações, e, portanto, o que somos e fazemos tem sentido em nossos contextos existenciais”.

Ainda no âmbito dos procedimentos teórico-metodológicos recorreremos à análise fenomenológica do discurso, conforme o ponto de vista de Paul Ricoeur (1988),¹⁵ na obra *Teoria da Interpretação*. O autor ressalta o valor da linguagem e do discurso na compreensão dialética do si, através da identificação das funções e dos atos de elocução focalizados em três momentos: locucionário (ato de dizer), ilocucionário (linguagem corporal e simbólica) e perlocucionário (reflexo da linguagem no outro). Por sua vez, Ricoeur (1973 apud RIBEIRO, 2002, p. 8), considera “[...] a linguagem (enquanto qualquer mensagem emitida linguisticamente) como lugar privilegiado da interpretação ou da hermenêutica (enquanto recepção, a mais adequada possível, da mensagem em questão) [...]”. Foi realizada uma hermenêutica da linguagem e do discurso dos adolescentes informantes.

A linguagem verbal dos adolescentes geralmente é permeada por gírias e outras expressões que denotam uma preocupação em constituir a identidade grupal. Contudo, há marcas peculiares que conformam a singularidade existencial. Por vezes, a forma de expressão da linguagem original dificulta o entendimento do sentido e do significado do que é dito pelos adolescentes para um adulto e/ou profissional. No CREAS de Barcarena escutei comumente perguntas do tipo: “mas o que quer dizer essa palavra?”. Ela era proferida como forma de tentar compreender o que foi dito. Através da hermenêutica fenomenológica existencial da linguagem verbal e não verbal, consideramos compreender alguns elementos dos processos de subjetivação, bem como o intersubjetivo dos processos de socialização dos adolescentes informantes, do gênero masculino, em cumprimento de medida socioeducativa de LA em Barcarena-PA.

Entendemos os processos de subjetivação como as configurações envolvidas na formação de uma subjetividade individual e social, e na caracterização de uma singularidade,

¹⁴ Esta citação foi retirada de uma tradução brasileira da obra “Gestalt-Terapia”, escrita por Frederick Perls *et al*, em meados dos anos de 1970. Esta obra está situada no início da formulação da Gestalt-Terapia enquanto abordagem da Psicologia, por isso ainda estavam presentes termos com forte influência organicista. Na atualidade a proposta gestáltica parte de um entendimento dialético da relação entre o ser e as relações estabelecidas.

¹⁵ Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo e pensador francês, que tinha interesse de estudo nas áreas da linguística, psicanálise, estruturalismo e na hermenêutica. Algumas obras: *A Filosofia da Vontade* (1ª parte: O Voluntário e o Involuntário, 1950; 2ª parte: Finitude e Culpa, 1960, em dois volumes: O Homem Falível e A Simbólica do Mal); 1969: *O Conflito das Interpretações*; 1975: *A Metáfora Viva*; 1976: *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Sentido*; No Brasil (Japiassú): *Interpretação e Ideologias* (1988).

enquanto forma única de ser-no-mundo¹⁶, que nunca se esgota, mas desenvolve-se continuamente. A definição de subjetividade pressupõe uma compreensão de sistemas abertos de sentidos e significações que organizam a vida psíquica do adolescente e da sociedade, bem como a constante tensão entre ambos (PIMENTEL *et al*, 2010). Nosso pensamento se aproxima de Gonzalez-Rey (2002, p. 37), ao comentar sobre o tema da subjetividade, adotando uma perspectiva dialógica, dialética e complexa.

A subjetividade é um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento, sensível à qualidade de seus momentos atuais, o qual tem um papel essencial nas diferentes opções do sujeito. A subjetividade não se caracteriza por invariantes estruturais que permitem construções universais sobre a natureza humana. A flexibilidade, versatilidade e complexidade da subjetividade permitem que o homem seja capaz de gerar permanentemente processos culturais que, bruscamente, modificam seu modo de vida, o que, por sua vez, leva à reconstituição da subjetividade, tanto social quanto individual, os novos processos de subjetivação implicados nesses processos culturais se integram como momentos constitutivos do desenvolvimento da cultura.

Ponderamos a singularidade como o conjunto de significados e sentidos que as pessoas constroem de maneira única e singular, relacionadas aos contextos sociais presentes no momento vivido, e que norteiam a maneira como interagem consigo e com o mundo (AGUIAR, 2005; PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997). Segundo Gonzalez-Rey (2002, p. 35), a singularidade “[...] se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo [...] forma única e diferenciada da constituição subjetiva [...] momento diferenciado e subjetivado, que aparece como individualidade em condição de sujeito”.

O intersubjetivo constitui-se enquanto o diálogo, o encontro, as ressonâncias e as resistências presentes nas relações dialéticas entre as subjetividades individuais e as subjetividades sociais, singularidades e alteridades¹⁷, percebidas pela fenomenologia hermenêutica através da perspectiva da linguagem e da cultura, presentes no método de análise do discurso (PAUL RICOEUR, 1988; RIBEIRO, 2002). Sobre este assunto, Sodré (2008, p. 92) revela que:

¹⁶ Segundo Ribeiro (2002) o ser-no-mundo é uma estrutura ontológica heideggeriana analisada em (Ser e Tempo). Corresponde a qualquer ente que se encontra no em mundo (em relação com), ao mesmo tempo se projeta como, em possibilidades de ser (RIBEIRO, J. A. **Teoria da interpretação de Paul Ricoeur**. Lisboa: Rumo, 2002).

¹⁷ Segundo Ribeiro (2002, p. 9), na proposta por Paul Ricoeur (1973), a alteridade “[...] diz respeito a qualquer outrem, enquanto ser-no-mundo, ou os seus efeitos que encontramos no patrimônio cultural e histórico e com cujo convívio situamos, compreendemos e podemos expressar [...] a nossa experiência vivida temporalmente”.

[...] a fenomenologia hermenêutica ultrapassa a perspectiva subjetiva sobre a experiência da consciência ao aprofundar o estudo da linguagem, do símbolo e da interpretação dos significados e sentidos da consciência, em relação com a dimensão histórica e cultural do ser.

Nesta dissertação, a intenção epistemológica foi apresentar uma compreensão¹⁸ qualitativa dos discursos dos adolescentes, sem tecer conclusões com peso de verdade. A este respeito, harmoniza-se novamente com o ponto de vista de González Rey (2002, p. 48) no seguinte excerto: “[...] a abordagem qualitativa no estudo da subjetividade volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle”. Outra premissa relevante foi articular os discursos dos sujeitos informantes às políticas públicas para a área social, desenvolvidas pelo Estado. Destarte, calculo ser possível visualizar algumas reflexões e efeitos, bem como potencialidades geradoras de resistência e enfrentamento voltadas à autonomia e cidadania dos adolescentes.

A relevância da pesquisa situou-se em primeiro lugar na reflexão a respeito dos processos de subjetivação e socialização de adolescentes, a partir do levantamento bibliográfico realizado a respeito do entendimento ocidental contemporâneo descrito na literatura especializada, fundamentalmente nas áreas da Psicologia e do Direito.

Ao longo do texto discutimos sobre uma preocupação em delimitar a adolescência, desde o século XVIII, até o início do século XX, no cenário político de expansão do capitalismo, destacando influências do discurso médico positivista e dos ordenamentos legais vigentes, os quais previam uma distinção clara entre dois conceitos: “adolescente” e “menor”. Ponderamos sobre as alterações nos arranjos familiares e sobre a promulgação do ECA como fatores intimamente relacionados à configuração atual de significação da adolescência, como período peculiar ao desenvolvimento humano, necessitando de proteção, com ênfase na responsabilização da família, da sociedade e do Estado na garantia de direitos integrais (ARIÈS, 2006; DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005).

Observamos, criticamente, lógicas de pensamento concorrentes ao paradigma atual da adolescência nos âmbitos jurídico e psicológico, através dos discursos veiculados por uma parcela da sociedade brasileira que ainda demonstra traduzir a produção da exclusão e perpetuação de tratamentos estereotipados aos adolescentes. Neste cenário, a mídia tem papel importante, fomentando diariamente o discurso do aumento no número de notificações de atos infracionais hipoteticamente empreendidos por adolescentes, como

¹⁸ Aqui a compreensão assume uma dimensão ontológica, que permite a concepção de subjetividade continuamente renovada, baseada nos pressupostos da fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur (1988).

fundamento de alerta à sociedade e suposta justificação para regulamentar punição mais severa a esta parcela populacional, por meio da mera redução da maioridade penal (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; LIBERATI, 2008; MONTEIRO, 2009; ROMAN, 2009; VOLPI, 2011).

Creemos que essa realidade interpõe-se como desafio à prática dos psicólogos na garantia de direitos, inseridos na Política de Assistência Social brasileira; esta, por sua vez, também possui uma herança histórica pautada na exclusão e no clientelismo¹⁹. Entendemos que o discurso social por vezes retoma os estigmas ainda presentes na sociedade em relação à adolescência, revelando o imperativo de que cientistas e sociedade reformulem conceitos e teses sobre o adolescente ao qual se atribui prática de ato infracional.

O segundo aspecto relevante à proposição do estudo focalizou a discussão a respeito do papel da família na configuração de suporte emocional aos adolescentes masculinos aos quais se atribui a prática de atos infracionais, nos dados empíricos elencados em pesquisas recentes consoante ao acompanhamento da medida socioeducativa de LA.

Apontamos, no percurso desta dissertação, que no corpo da regulamentação do pensamento de adolescentes como sujeitos de direitos, acompanhamos a normatização do papel fundamental da família na garantia e manutenção dos direitos dos filhos, com a possibilidade dos pais e/ou responsáveis serem punidos por omissão ou por qualquer tipo de agressão que os coloquem em situação de risco ou vulnerabilidade social (BRASIL, 1990; DEL PRIORE, 2010; REIS, 2009; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005).

Distinguimos descontinuidades e contradições, tanto nas definições de família, enquanto ambiente protetor e favorecedor do desenvolvimento de adolescentes, quanto no controle destas, fundamentalmente aquelas economicamente menos favorecidas, que parecem ainda guardar significado de risco e ameaça à ordem social. Percebemos ainda discursos de culpabilização das famílias, o que não corroboramos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; SARTI, 2005; SZYMANSKI, 2005).

Acompanhamos o reconhecimento da importância da família na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecendo como diretriz a: “[...] Centralidade na família para

¹⁹ A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social foi reconhecida como direito de todos os cidadãos e dever do Estado, rompendo, em parte, com o paradigma do assistencialismo, clientelismo e da filantropia, consolidando-a como Política Pública. A rede das Políticas Públicas da Assistência Social constitui-se no conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios voltados à garantia dos direitos básicos (BRASIL, 2005). Pelo art. 6º da lei de regularização do SUAS: “A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) [...]” (BRASIL, 2011a).

concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2005, p. 33). Diretriz reafirmada pela Lei nº 12.435/11, no art. 6º, §1º, em que as ações no âmbito do SUAS “[...] têm por objetivo a proteção à família [...]”. Por outro lado, também assistimos pesquisas, como a executada em 2009 pelo Centro de Estudos em Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS).²⁰ O estudo versa sobre a aplicação do ECA por meio da análise de narrativas reais, coletadas do acervo do ‘Concurso Literário Cultural: Causos do ECA’, promovido pelo portal Pró-Menino. O objetivo era obter um retrato do Sistema de Garantia de Direitos de 2005 a 2009, frente à ocorrência de violações dos direitos de crianças e adolescentes. Foram lidas 2.579 histórias; nos resultados, a violência psicológica praticada por pais/responsáveis estava em primeiro lugar (FISCHER; SCHOENMAKER, 2010).

A conceituação de violência psicológica inclui comportamentos e atitudes com conteúdo de desqualificação, humilhação, ameaça, isolamento, rejeição e tortura. Esta classificação didática está presente na maioria das manifestações violentas; não deixa marcas visíveis aos olhos, mas tem um alto potencial de influência negativa no desenvolvimento emocional de adolescentes (AGUIAR, 2005; ARAÚJO, 2007; PIMENTEL, 2008b; SANDERSON, 2005).

A violência psicológica manifestada por meio da linguagem é o atual tema de interesse para produção de pesquisas do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas (NUFEN). O grupo, com sede de funcionamento na Universidade Federal do Pará, está cadastrado no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e tem como diretora a Prof^ª. Dra. Adelma Pimentel. A presente pesquisa insere-se no escopo de estudos elaborados sobre o tema.

Os dados explicitados fundamentam nossa percepção de que, na tentativa de compreensão do processo de subjetivação de adolescentes do gênero masculino em cumprimento de LA, era necessário atentar para as referências familiares na configuração de suportes emocionais. Assim, presumimos apontar novos caminhos para o olhar dos adolescentes que se envolvem em atos infracionais, bem como favorecer práticas de cuidado voltadas às famílias. A relevância social do trabalho desta pesquisadora implica no compromisso em devolver para a sociedade um conhecimento que possa contribuir para

²⁰ O CEATS “[...] é um programa institucional da FIA - Fundação Instituto de Administração, organização sem fins lucrativos, instituído por docentes da FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. A pesquisa descrita foi realizada em parceria com a Fundação Telefônica e com apoio da Secretaria de Direitos Humanos, culminando na publicação “Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil: pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA.” (FISCHER; SCHOENMAKER, 2010, p. 7).

prevenção de novos casos de homicídios na adolescência, do envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais e difundir a cultura de paz²¹.

A questão geral da investigação foi desvelar alguns elementos que integram os processos de subjetivação presentes no discurso de adolescentes barcarenos do gênero masculino em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. **As questões específicas foram:** analisar no discurso produzido pelos adolescentes informantes as referências familiares que oportunizam configuração de suportes emocionais; e verificar no discurso produzido pelos adolescentes informantes o significado subjetivo do cumprimento da medida socioeducativa.

Após a descrição do meu encontro com o tema pesquisado, bem como breve apresentação das delimitações espaciais que compuseram o percurso teórico-metodológico utilizado na pesquisa, apresento a estrutura organizativa do texto dissertativo.

Como em um roteiro de viagem, no capítulo intitulado “Configuração das Adolescências”, parto do aprofundamento das reflexões sobre as adolescências, destacando a pluralidade de sentidos na perspectiva gestáltica, o percurso histórico e a contextualização dos elementos que compõem o campo para os processos de subjetivação contemporâneos, segundo as literaturas consultadas.

Na seção denominada “Reflexões sobre Masculinidades”, destaco o entendimento gestáltico para o gênero masculino, esboçando delineamentos históricos que compuseram os desenhos das matrizes de pensamento moderna e contemporânea das masculinidades e as possíveis conexões com nosso tema de interesse.

Na subdivisão nomeada “A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida”, discuto alguns fatores relacionados ao envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, bem como a conceituação das medidas socioeducativas, na perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, ampliando a reflexão sobre as diretrizes operacionais e caracterizações da Liberdade Assistida (LA).

No capítulo alcunhado “Percurso Teórico-Metodológico”, descrevo o caminho teórico e metodológico escolhido para a concretização da coleta e análise dos dados, com ênfase para o método de análise qualitativa do discurso segundo Paul Ricoeur (1988) e demonstração do modelo de Fluxograma de Compreensão de Discurso elaborado por Pimentel (2011b).

²¹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estabelece como conceito de Cultura de Paz: “[...] é a Paz em ação; é o respeito aos direitos humanos no dia-a-dia; é um poder gerado por um triângulo interativo de paz, desenvolvimento e democracia. Enquanto cultura de vida, trata de tornar diferentes indivíduos capazes de viverem juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, ouvir e zelar uns pelos outros, e de assumir responsabilidades por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e a exclusão; ao mesmo tempo em que garante igualdade política, equidade social e diversidade cultural” (BRASIL, 2008a).

Nos “Resultados e Considerações Iniciais”, apresento breve histórico da cidade de Barcarena, identifico os adolescentes entrevistados, relato alguns dados obtidos na análise documental e exponho os resultados, na formatação de fluxos da compreensão fenomenológica hermenêutica do discurso dos informantes, constituídos de considerações iniciais e sucinto diálogo com as literaturas examinadas.

Nas “Considerações Finais”, teço as ponderações e reflexões sobre as compreensões dos discursos dos informantes, segundo a questão geral e as questões específicas que nortearam a pesquisa, comentando sobre percepções críticas do acompanhamento da medida de LA, praticada no município de Barcarena-PA.

2 CONFIGURAÇÃO DAS ADOLESCÊNCIAS

Eu quero dizer agora, o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.
(Raul Seixas – Metamorfose Ambulante)

Este capítulo constitui-se em uma descrição crítica da etimologia do signo adolescência, seguida da compreensão gestáltica da subjetividade que percorre as análises dos discursos dos informantes que vivenciaram a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, e que sustenta nosso fazer de pesquisa e intervenção. Posteriormente, ocorre o diálogo com autores da Sociologia, Filosofia e Antropologia que contribuíram para formar uma base histórica crítica para os estudos da psicologia do desenvolvimento, superando a visão positivista. Ademais refletimos sobre as masculinidades que integram as constituições subjetivas dos adolescentes, conquanto comentemos especificações do acompanhamento socioeducativo em LA.

Segundo Vivarta *et al* (2004, p. 37), etimologicamente a palavra adolescência tem duas acepções: “[...] *ad* (a para) e *o lescer* (crescer). Os termos produziram o verbo “adolescere”, que é a origem da palavra “adoecer” (grifos dos autores), sugerindo tanto a ideia de crescimento, quanto de sofrimento pelas mudanças vividas. Assim, o entendimento ocidental contemporâneo, descrito na literatura especializada, nas áreas da Psicologia, Medicina e Direito, apresenta a concepção da adolescência como etapa diferenciada da vida humana, com peculiaridades que ressaltam os ritmos de desenvolvimento (orgânico, psicológico, cognitivo, etc.) e as dificuldades para a expressão de uma subjetividade adulta. Frequentemente na literatura ocidental em Psicologia, como a de base psicanalítica tradicional, a fase é descrita como uma etapa do desenvolvimento que se caracteriza pela maturação corporal, pela descoberta de uma individualidade adulta e pela identificação dos grupos de amigos; crucial para a consolidação da personalidade (FLORES; PIMENTEL, 2011).

Usualmente, na Medicina e em outras áreas de saúde, passou a ser compreendida, de maneira básica, universal e positivista, como o processo de transformação do corpo infantil para uma constituição corporal adulta; onde o amadurecimento emocional, no sentido de consolidação de uma individualidade, concentra papel significativo na sexualidade e na identidade de gênero. Como exemplo, cito a obra de Heidemann (2006), em que há a descrição da sexualidade e formação do gênero masculino e feminino apenas em função de

atributos biológicos e fisiológicos, com destaque ao início da puberdade, caracterizada pela espermatogênese, pela menarca e outras alterações biológicas²².

No entendimento organicista é comumente identificado que a adolescência se inicia com a puberdade, momento de maturação biológica para reprodução e expressão da sexualidade nos moldes genitais. Esta visão é utilizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual divide a adolescência em duas fases: “[...] a primeira, dos 10 aos 15 anos, e a segunda, dos 16 aos 20” (VIVARTA et al, 2004, p. 31). Não obstante, ao dialogar com a abordagem gestáltica, a qual pressupõe uma visão de sujeitos e de mundo baseada nos pressupostos filosóficos da fenomenologia existencial, não admitimos uma definição genérica de adolescência, posto que sempre estará contextualizada, pensada como processo vivido de maneira singular em cada contexto familiar, comunitário e cultural, não restrita a uma divisão em idades e sem qualquer conceituação estanque (FLORES; PIMENTEL, 2011).

A opção de abordar os processos de subjetivação dos adolescentes que elegemos neste texto foi a de utilizar o substantivo plural, admitindo diversas possibilidades de caracterizá-los. Criticamos, igualmente, a ideia de atribuir uma concepção de “essência” à adolescência, pois refutamos a tese de que é um período necessariamente vivido de modo “nebuloso”, pelos conflitos “inevitáveis” nas relações internas e externas, sobretudo na dinâmica familiar. Preferimos dissertar sobre a pluralidade do termo *adolescência*, considerando-o o princípio da intersubjetividade presente na constituição de identidades, conquanto estejam imersos em contextos de relações interpessoais e sociais; bem como em conjunturas de influências econômicas, tecnológicas, da mídia e das redes sociais, que, em conjunto, interferem na vivência das múltiplas expressões de subjetividades.

Outrossim, refutamos uma apreensão determinista que enseja descrições fixas do início ou fim²³ da adolescência. Concordamos com Aguiar (2005, p. 67), que compreende o desenvolvimento humano de modo integrado, sem a primazia entre os aspectos biológico e social: “[...] compreendemos o desenvolvimento como um processo singular e infinito, a partir do biológico e do social em permanente interação, num constante diálogo entre todos os elementos do campo”.

A noção de campo na abordagem gestáltica, a partir da proposta de Lewin (1935), é entendida como o lugar onde as relações se estabelecem, onde o indivíduo dá sentido a sua

²² Define-se a espermatogênese como o processo de formação dos espermatozoides, que se inicia no período da puberdade masculina, e perdura ao longo de toda vida. A menarca é descrita como a primeira menstruação, prevista para o mesmo período de maturação corporal (HEIDEMANN, 2006).

²³ A adolescência foi definida pelo marco legal; assim, adotamos a faixa etária de 12 anos a 18 anos incompletos, com possibilidade de extensão até 21 anos, baseando-nos no ECA.

existência (YONTEF, 1998). Entendemos que na definição de campo estão incluídas as dimensões físicas, sociais e psicológicas que compõem a existência de uma singularidade. Estas estabelecem relações dialéticas complexas e contínuas circunscritas no tempo e no espaço, que resultam na percepção de fenômenos que potencialmente influenciam o campo todo e não apenas uma parte (FIORELLI; MANGINI, 2011). Analisamos que nosso entendimento aproxima-se do proposto por Lira (2010, p. 22) acerca da pluralidade e contextualização das adolescências. O autor afirma que:

[...] diferentes campos possibilitam diferentes formas de 'ser adolescente': a condição socioeconômica da família, os hábitos, o contexto sociocultural, a religiosidade são fatores do campo que irão afetar o adolescente e promover modos diferentes de ser e estar no mundo.

No mesmo sentido, Nascimento e Torres (2011, p. 253) reiteram:

Abordar sobre juventude acena para uma dimensão muito além do nível somático. As transformações biológicas que se iniciam na puberdade e seguem pela adolescência, desencadeiam, nos jovens, indagações que se somam às questões sobre sua identidade e existência, ao modo e perspectiva de vida [...] daí a importância de se saber em que condições sócio-histórico-culturais, ela é produzida; quem são os sujeitos jovens, quais suas semelhanças e idiossincrasias.

Fraga e Iulianelli (2003) também ponderam sobre a pluralidade das adolescências, assegurando não existir uma homogeneidade de definição ou forma de vivenciá-las, visto que atravessadas por dimensões como a condição social, a raça, a etnia e o gênero. Desta forma, ampliamos o desenho do campo em que estamos inseridos com a contextualização histórica crítica, das dimensões jurídicas, sociais, culturais e científicas.

Os primeiros registros de interesse ocidental pelas adolescências surgiram a partir do século XVIII. Ariès (2006, p.10-11), revela que:

[...] Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância [...] A longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade.

A preocupação específica com as peculiaridades vividas nas adolescências ganhou maior consistência no Ocidente, nos séculos XIX e XX, no cenário social e político de expansão do capitalismo, diante da necessidade de aumento da mão de obra e do mercado consumidor, associado à ideologia do higienismo e dos princípios sanitaristas. Estes interesses econômicos e políticos chegaram ao território brasileiro juntamente com a Família Real, por

volta de 1808. Com o objetivo de adequar valores europeus a uma sociedade com relações pautadas na estrutura colonial e escravista, as organizações familiares foram escolhidas como forma prioritária de interferir na subjetivação e formação de identidades (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; DEL PRIORE, 2010; DONZELOT, 1986; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005).

Nesse momento, o Estado assumiu uma postura reguladora das condutas sociais, ostentando a expectativa da sociedade quanto à resolução das mazelas sociais. Esta atitude estatal repercute na atualidade, devido o histórico da organização política estar repleto de figuras paternalistas e/ou autoritárias, isto é, sobre o Estado depositam-se sentimentos duais, como esperanças e expectativas, culpas e frustrações. Isto ocorre porque a ele se delega não apenas a representação política da sociedade, como definido no princípio da democracia grega, mas também o poder de atuar ou intervir na vida pública e privada, em nome da ordem social, sem que a sociedade se responsabilize ou se implique em suas ações (SCHEINVAR, 2009).

Examinamos essa conduta estatal como ponto fundamental no processo de naturalização²⁴ da criminalização dos adolescentes no Brasil, ou seja, na representação social e ideológica, que repercute na produção de subjetividades sociais que os adolescentes são “perigosos”, ratificando a necessidade de controle familiar. Esta concepção reflete o discurso de que o adolescente, acusado de cometer ato infracional, precisa ser punido e excluído do convívio social. Em consequência, retumba o discurso social da redução da maioria penal (RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005; SCHEINVAR, 2009; VOLPI, 2011).

As determinações ideológicas são transmitidas pelas instituições e por dispositivos simbólicos fabricados pelo discurso e conhecimento dominante. Por meio deles, os adolescentes que eventualmente se envolvem em atos infracionais são coagidos a localizarem-se em posições subalternas no espaço hierárquico social, anulando-se e sendo anulados por outros agentes. Deste modo, auxiliam na governabilidade do Estado através dos chamados *Sistemas Simbólicos*, isto é, dos instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento “[...] que cumprem sua função política de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam [...]” (BOURDIEU, 2000, p. 11).

²⁴ O processo de naturalização é explicado por Sheinvar (2009) na descontextualização de subjetividades produzidas, retirando delas as dimensões históricas e sociais em que se construíram e/ou processadas.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não se dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 47).

A configuração do exercício do poder estatal a partir do controle das subjetividades, de maneira dissolvida nos discursos sociais, legitimando hierarquias sociais que validam a exclusão e as práticas de punição aos adolescentes que transgridem leis, foi iniciada em um processo histórico mais amplo, no Brasil e no mundo. Neste momento recorreremos aos estudos de Foucault (2010) sobre este tema. O autor nos oferece uma descrição histórica do desenvolvimento das penas e punições destinadas aos que infringem leis. Narra as formas que os Estados europeus utilizaram, até meados do século XVIII, para punir aqueles considerados como perigosos ou infratores de leis penais vigentes, sendo, portanto, compreendidos como ameaças à ordem e ao poder estatal. A forma privilegiada de punição concretizava-se em castigos corporais e torturas públicas.

A partir do início do século XIX, houve uma diminuição na prática de punições públicas, acompanhada de perto por alterações nas legislações penais. O castigo foi lentamente adquirindo um sentido secundário e não público, transferindo à condenação e à sentença a certeza de punição pelo crime cometido. Situa-se nessas transformações históricas e sociais a validação da participação dos saberes científicos na determinação dos fatos, elaboração de dispositivos legais e construção de impressões determinísticas sobre o comportamento (FOUCAULT, 2010).

Foucault (2010, p. 22) ressalta que a Psiquiatria e o Direito foram os saberes privilegiados para respaldo das novas estratégias de poder e controle do Estado, estendidos às várias parcelas da sociedade, abrangendo os adolescentes. O Estado passou a valer-se de dispositivos de saber para produzir práticas de controle e punição não mais apenas sobre os atos considerados criminosos, mas promovendo a qualificação deste ser ou “[...] não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão ou possam ser”.

Nesse cenário, Donzelot (1986, p. 80-81) nos oferece uma explanação acerca da emergência de saberes no Brasil, no século XIX, que se apoiando em padrões morais iniciaram a defesa de modelos ideais de conduta e formação familiares, enquadradas como ‘positivas’ e ‘saudáveis’ (grifo nosso). Ressalta a forma de ingerência estatal nas famílias, para prevenção de possíveis delitos aplicados pelos filhos, com atenção ao poder de guarda dos juízes

e das instituições filantrópicas nos casos de crimes realizados por adolescentes, como precursores da medida socioeducativa de LA.

[...] a lei 1889 decide que se poderá decretar a perda dos direitos de pais e mães que, por sua embriaguez habitual, maus procedimentos notórios e escandalosos, maus tratos, comprometam tanto a segurança como a saúde e amoralidade de seus filhos [...] encorajando as famílias operárias a abandonarem seus filhos tranquilamente, já que ficariam certas de que, dessa forma, eles poderiam se beneficiar de uma educação que elas próprias eram incapazes de proporcionar-lhes. [...] a colaboração entre a justiça e as obras filantrópicas produziu um sistema que pré-figurava a atual liberdade vigiada e a assistência educativa em meio aberto.

O delineamento histórico permitiu-nos perceber a existência de um poder intrínseco nas leis elaboradas, o que contribuiu para a propagação de um discurso de culpa destinado às famílias, principalmente quando identificado qualquer comportamento desqualificado socialmente ou legalmente proibido. Como Rizzini (2011, p. 60) relata:

A fórmula para atingir as famílias trabalhadoras consistia em inculcar-lhes os valores morais considerados fundamentais, alertando-as, sobretudo quanto à educação de seus filhos, que deveriam ser afastados dos ambientes viciosos e evitar, acima de qualquer outra coisa, a *'escola perniciosa da rua'* (grifo da autora).

Na propagação deste pensamento encontra-se o cerne da criminalização da pobreza, intimamente relacionada à criminalização da adolescência. Coimbra e Nascimento (2003, p. 24) descrevem que havia uma distinção na época entre os “pobres dignos” e os “viciosos”.

Aos “pobres dignos”, que trabalhavam, mantinham da “família unida” e “observavam os costumes religiosos”, era necessário que lhes fossem fortalecidos os valores morais, pois, pertenciam a uma classe “mais vulnerável aos vícios e às doenças”. Seus filhos deveriam ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Os pobres considerados “viciosos” [...] por não pertencerem ao mundo do trabalho [...] e viverem no ócio, eram portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios. Representavam um “perigo social” que deveria ser erradicado; daí a necessidade de medidas coercitivas também para esta parcela da população, considerada de criminosos em potencial (grifos dos autores).

No campo jurídico, em consonância com o pensamento positivista e com pressupostos de saneamento e higienização social, as normas criminais vigentes no país apresentavam uma distinção clara quanto aos conceitos de “adolescente” e “menor”, desde as leis do Brasil Império, o Código Criminal de 1830, até os Códigos de Menores de 1927 e de 1979.

[...] As primeiras menções à expressão “menor” articulam-se às leis criminais do Brasil Império, e definem as penas a serem aplicadas no caso do cometimento de crimes “por menores de idade”. Assimilada a partir do universo jurídico, a expressão foi absorvida no discurso social ao final do século XIX para designar as crianças nascidas das camadas mais baixas da pirâmide social. [...] a expressão assume

conotação de controle político, pois, ao segmentar certos setores sociais, criam-se categorias de crianças consideradas “suspeitas” e potencialmente “perigosas”. Durante todo o século XX, a expressão ‘menor’ preencheu a necessidade de diferenciar entre os bem-nascidos e os potencialmente perigosos para a sociedade, introduzindo um traço diferencial que [...] culminou com a formação de subjetividades. (SANTOS, 2005, p. 206)

Eram qualificados como *adolescentes* os filhos de famílias abastadas financeiramente, dos quais não era esperada nenhuma conduta ‘desviante’. Os reconhecidos como *menores* eram aqueles que praticavam ou pudessem praticar ato ilícito, pertencentes necessariamente à classe menos favorecida, sob o aspecto econômico. Estes eram considerados objetos da intervenção estatal e considerados uma ameaça à ordem. Daí o termo também usado pelos Códigos de Situação Irregular²⁵ (DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005).

Atualmente, as adolescências adquiriram sentido de proteção e garantia de direito no Brasil. Ao mesmo tempo percebemos um apelo voltado ao fortalecimento das organizações familiares, presentes nas legislações, nos discursos sociais e nas práticas profissionais, dentre estas as associadas aos adolescentes identificados pela prática de ato infracional. As mudanças no entendimento das adolescências concatenaram-se às alterações na organização das instituições familiares, tornando-se um lugar de intimidade e afetividade, e ao desejo de realização do amor entre pais e filhos, sem grandes preocupações com a linhagem; ganharam destaque no cenário mundial a partir do século XX, dentre outros aspectos (ARIÈS, 2006; GALANO, 2006; SARTI, 2005; SZYMANSKI, 2005).

Interessa-nos agora destacar os elementos que compõem o campo que se configurou fértil para a produção de sentidos relativos às adolescências enquanto sujeitos de direitos. Na dimensão jurídica, sublinhamos a elaboração da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1959, e com a Convenção Internacional de Direitos da Criança de 1989²⁶. Estas legislações são consideradas marcos nacional e internacional; inauguraram a Doutrina da Proteção Integral e a compreensão dos adolescentes como sujeitos de direitos (BOBBIO, 1992; GOMES, 2009; RIZZINI, 2011).

²⁵ Princípio jurídico presente nos Códigos de Menores que discriminava parte dos adolescentes, pois oriundos de famílias pobres e entendidos como perigosos, negando-lhes direitos e percebendo-os como objetos do direito e da tutela estatal, destinada fundamentalmente a classificação, correção e internação (RIZZINI, 2011).

²⁶ “[...] Carta Magna para as crianças de todo o mundo”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, é considerado pelo UNICEF o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, posto de ratificado por 193 países. Informações disponíveis em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>.

A partir da luta de diversos movimentos sociais, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, conhecida como a *Constituição Cidadã*, inaugurando em território nacional o discurso jurídico pela garantia de direitos de maneira igualitária. Favoreceu a formulação do ECA em 1990, no seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 1988).

A partir do ECA, qualquer criança ou adolescente é reconhecido como sujeito de direito, garantindo-se a proteção integral a todos os direitos fundamentais supracitados, posto que previstos em lei, afirmando ainda a ‘prioridade absoluta’²⁷. Para sua efetivação apreciou a valorização da família, enquanto estrutura basilar na construção da subjetividade juvenil, conferindo sua responsabilidade máxima na garantia dos direitos descritos na lei. A Doutrina da Proteção Integral prevê a garantia da integralidade dos direitos considerados fundamentais à sobrevivência humana. A base jurídica que dá subsídio para essa afirmação está contida no art. 4º do ECA.

O conceito jurídico ‘sujeitos de direitos’ preconiza a igualdade entre adolescentes e adultos como cidadãos que gozam de direitos fundamentais indisponíveis e indispensáveis. A concepção de igualdade rompe com o paradigma da hierarquia familiar, como ilustrado no art. 3º do ECA.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Essa conceituação rompe como o paradigma “menorista” de tratamento de adolescentes como objetos do direito, que na vigência dos Códigos de Menores, anteriormente citados, viviam sob a tutela da família e do Estado, sem participação ativa na determinação de sua vida e formulação de políticas públicas. Chamá-los de *sujeitos de direito* importa a presença nos diversos equipamentos que compõem a vida em sociedade. Disto pressupõe

²⁷ No art. 4º, parágrafo único, do ECA, o princípio da prioridade absoluta refere-se a: “[...] a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

construção de relações dialogadas entre adultos e adolescentes na escola, na família, na comunidade e no serviço de execução da medida socioeducativa de LA.

A participação ativa de adolescentes na garantia de seus direitos é visto como um grande avanço na construção de uma subjetividade social no Brasil baseada nos pressupostos dos direitos humanos, de pátria livre e democrática. Todavia, tais alterações não ocorreram pela *boa vontade* do Estado, tampouco de maneira linear ou com rupturas totais nas relações sociais anteriormente estabelecidas. As legislações são resultado de um contexto mais amplo e complexo no cenário nacional e mundial, que envolveu fatores como as lutas de movimentos sociais e alterações nas instituições escolares. Este contexto histórico configurou alterações nas formas de subjetivação dos adolescentes, produzindo novas formas de estar-no-mundo (DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005; SARTI, 2005; VOLPI, 2011).

Essa percepção dialoga com Gonzalez-Rey (2002, p. 44-45), ao refletir sobre o caráter histórico e contextualizado no qual as subjetividades são formadas.

[...] os sentidos subjetivos que acompanham o curso da subjetividade social mudam sem modificar as ações de grupo e pessoas em sua estrutura atual, a qual, por meio de suas instituições, exerce forte controle sobre os sujeitos individuais. No entanto, em um momento concreto, ante uma pequena brecha na trama social e diante de uma ação emergente, que poderia ter sido insignificante em outra conjuntura, integra-se uma ação intensiva que, expressando o sistema de sentidos que vinha se gerando, muda o *status quo* do social atual.

Não negligenciamos que em tais mudanças houve influência de discursos e práticas de poder e dominação, produzidos e legitimados histórica e culturalmente, que favoreceram as alterações nas formas de controle das famílias, e, concorrentemente, na manutenção de processos de formação de subjetividades relacionadas à criminalização da pobreza e da adolescência. Notamos que houve e ainda repercutem movimentos contraditórios e dialéticos que permeiam a concepção de adolescentes como sujeitos de direitos, sobretudo aos acusados de perpetrar condutas ilegais (BOURDIEU, 2000; FOUCAULT, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005; VOLPI, 2011).

A seguir, sublinhamos as demarcações contemporâneas e do período alcunhado pós-modernismo²⁸, para a apreensão das mudanças no signo adolescência e do contexto do envolvimento de adolescentes em práticas infracionais. Segundo Vivarta *et al* (2004, p. 33), o pós-modernismo pode ser caracterizado como um momento em que percebemos

²⁸ Aqui delineamos pós-modernismo como período iniciado aproximadamente no ano de 1950, compreendido por uma série de mudanças no campo das artes, nas formas de conceber as ciências e de perceber as relações em sociedade, do ponto de vista social, tecnológico e econômico.

[...] a mediação da vida pelas máquinas virtuais, o desencanto com as promessas de felicidade do Modernismo, o papel central dos meios de comunicação acelerando a troca de informações, a invasão do mundo cotidiano pelas imagens, a crise dos valores éticos e culturais, a primazia da dimensão individual sobre a dimensão coletiva, a incerteza em relação ao futuro [...]

A partir dessa acepção, alguns fatores configuram a universalidade das relações na atualidade. Destacamos a percepção globalizada do mundo, pressupondo *a velocidade de informação*, caracterizada pelos recursos tecnológicos e pela diminuição das distâncias geográficas, culturais e comportamentais; *a percepção acelerada do tempo*, influenciada pelo volume de informações que circulam pelos meios virtuais e midiáticos, além do apelo social pelo uso do tempo de maneira “útil” - aqui traduzido como tempo ocupado com trabalho, formação acadêmica e outros; assim como *a vivência de uma espacialidade virtual*, com a popularização da internet, das redes sociais e serviços de comunicação rápida, como os “blogs” e “msn” (FRAGA; IULIANELLI, 2003; NASCIMENTO; TORRES, 2011; VIVARTA et al, 2004). A respeito de alguns destes aspectos, Nascimento e Torres (2011, 250) comentam:

[...] cumpre notar que as novas tecnologias de produção, somadas a diversas razões de ordem econômica e social, exigem cada vez mais o aprimoramento de aprendizagens nas quais o raciocínio lógico em curto espaço de tempo, o poder decisório, a solução de problemas, a inventividade, a reflexão, dentre outros requisitos, devem garantir a inserção no mercado das tecnologias.

Outros fatores relevantes para nossa discussão referem-se à *cultura do descartável ou do efêmero*, demonstrada na acelerada vinculação e rompimento nos relacionamentos amorosos, ou nas modalidades de envolvimento afetivo que não determinam compromisso ou comprometimento; ao *consumismo desenfreado*, presente na utilização de bens de consumo de maneira cada vez mais abreviada, seja pelo subjacente curto tempo de vida útil dos produtos, seja pela rápida substituição por outro objeto considerado mais eficiente; e a *escassez de referências éticas*, a qual se materializaria em território nacional pela postura fraudulenta e corrupta dos políticos (VIVARTA et al, 2004).

Nascimento e Torres (2011, p. 250) afixam que as mudanças percebidas ao longo dos séculos XX e XXI, além dos pontos já destacados, apontam para quatro direções: “[...] o tempo presente, o consumo, o prazer e o individualismo”. Acrescentam a este cenário o *espetáculo da aparência*, que seria a representação da relação entre as pessoas e o mundo, hoje mediada por signos desconectados de seus referentes convencionais da realidade vivida, funcionando como uma representação do real, configurado pela mídia. Este fator é apontado

pelos autores como um dos responsáveis pela “[...] inibição de qualquer reflexão crítica acerca de si e de novos referenciais para a sua vida” (NASCIMENTO; TORRES, 2011, p. 251).

Deparamo-nos com a consideração de que esse funcionamento distanciado entre a dimensão da realidade espacial vivida e esta representação denominada como especular do mundo aumentaria à medida que a configuração espacial estivesse próxima a pobreza, a desigualdade social e a escassez de oportunidades, implicando na *desterritorialização local*, explicada como: “[...] sentimento de alheamento do sujeito, da região em que mora” (NASCIMENTO; TORRES, 2011, p. 251). Sobre as consequências nos processos de subjetivação dos adolescentes, asseveram:

[...] O jovem vive uma dupla dimensão, pensa e representa dissociado do que vive na realidade. Em consequência, suas necessidades estão presas às estreitas condições materiais. Prende-se a sonhos mal delineados e sem consistência para sua efetividade. O imediatismo é a única dimensão de seu “êxtase” existencial, no afã de aproveitar a vida ao máximo. Tem dificuldade de se desapegar do momento presente e, como consequência, vive uma aspiração empobrecida, apática e sem perspectivas de um futuro vibrante.

Sobre as dimensões sociais e econômicas contemporâneas, alguns autores discutem a relação entre aspectos vividos pelos adolescentes, como o tempo de entrada no mercado de trabalho, a permanência na escola, o acesso a direitos, e implicações na incursão em comportamento infracional. Acenam ainda para a coexistência de explicações naturalizadas, como se a prática de ato infracional correspondesse a uma característica ‘essencial’ de sua personalidade ou do momento de ‘conflito’ vivido neste momento da vida.

Algumas práticas, baseadas nos conhecimentos hegemônicos da Medicina e da Biologia, entre outros, têm afirmado, [...] que determinadas mudanças hormonais, glandulares e físicas, típicas dessa fase, são responsáveis por certas características psicológico-existenciais próprias da juventude. [...] Dessa maneira, “qualidades” e “defeitos” considerados típicos do jovem, como entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção, timidez, passam a ser sinônimo de uma natureza jovial (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 20).

O uso de terminologias como ‘infrator’, ‘pivete’ e ‘delinquente’, ainda refletem uma forte conotação ideológica, determinista e estigmatizante. Ressoam nomeações de subjetividades, já apontadas nesta dissertação, que uniram a pobreza ao juízo de periculosidade. Salientam o processo de exclusão que os adolescentes empobrecidos vivenciam, associado à prática de exploração do trabalho infantil, como fatores determinantes para o alto índice de mortalidade juvenil e envolvimento destes no narcotráfico e crime organizado. Como denuncia a caracterização de Losacco (2005, p. 72), dos adolescentes como

viajantes em trânsito, vivendo o intervalo entre a vida infantil e adulta, período então contraditório, confuso e ambivalente.

[...] esse quadro se agrava ao nos depararmos com fatores determinantes do processo de exclusão: crescimento significativo da população brasileira; concentração populacional; difícil acesso à educação, à cultura e ao lazer; difícil acesso ao sistema de saúde; baixos valores de rendimento familiar; evasão escolar; etc. a vulnerabilidade própria da idade, somada a esses fatores, expõe o jovem pobre a situações adversas, como o uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões, as infrações e os crimes dos quais são vítimas e/ou autores; a morte precoce e outras.

Percebemos repercussões da criminalização da pobreza e das adolescências através do controle das famílias de igual modo na formulação da Política de Assistência Social, quando estabelece como uma das principais diretrizes o combate da miséria, estabelecendo-a como principal fator de risco e vulnerabilidade para ocorrência de diversas formas de violações de direitos, entre estas o envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, como no art. 2º, da Lei nº 12.435 de 2011:

A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, [...] à adolescência [...] b) o amparo [...] aos adolescentes carentes; [...] II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; [...].

Fraga e Iulianelli (2003, p. 11) descrevem que “[...] os jovens pobres são precocemente inseridos na vida adulta, precisando trabalhar, geralmente sob condições irregulares e que oferecem riscos”. Ideia presente em outros estudos (LOSACCO, 2005; ROMAN, 2009). Roman (2009) e Volpi (2011) frisam a baixa escolaridade e o alto índice de evasão escolar encontrado entre os adolescentes acusados de cometer atos infracionais. Monteiro (2009) acentua que, pelo papel de instrução – e não apenas de aprendizagem regular do conhecimento formal e científico, como também de valores e de cidadania -, a escola deveria também ser mais atrativa. Cremos que dentre as variáveis que tornam o ambiente escolar pouco interessante estão os planos curriculares defasados, que na maioria dos casos foram constituídos sem a participação ativa da comunidade, famílias e estudantes, não valorizando a construção conjunta dos conhecimentos, apenas o repasse de informações.

Outros autores discorrem sobre a conduta infracional de adolescentes associada à convivência grupal e a adoção de referenciais de identificação. Há ênfase às constantes situações de brigas, de comportamentos violentos e intolerantes nos ambientes escolares, além

da reprodução midiática de atos violentos e do poder de sedução exercido pela televisão e meios virtuais de reprodução destas informações/imagens (VIVARTA *et al*, 2004). “A violência muitas vezes [...] está fazendo parte dos modelos identificatórios, para uma parcela de adolescentes, servindo como padrão de conduta e forma de autoafirmação [...]” (MONTEIRO, 2009, p. 35).

A rapidez com a qual as informações se propagam, a indiferença qualitativa entre as imagens, a banalização da tragédia e a presença sistemática da televisão no cotidiano das pessoas dificultam a elaboração de um posicionamento diferente daquele que a informação televisiva sugeriu (NASCIMENTO; TORRES, 2011, p. 59).

A violência, como fenômeno complexo, envolto em relação de poder, transversa por diversas questões, como gênero e cultura, contendo diversas formas de manifestação, seja na forma visível ou invisível²⁹, afetando autoestima. É analisada como um grave problema de saúde pública, que permeia vários ambientes, como a escola, a família e a comunidade, com os quais os adolescentes se relacionam (AMARAL; LOBATO, 2011; MONTEIRO, 2009; ROMAN; 2009; VOLPI, 2011).

Os fatores elencados estão intimamente conexos, produzindo influências sobre os adolescentes, de maneira diversa, alterando suas percepções sobre o mundo e sobre si mesmos, por conseguinte produzindo formas de subjetivação. Contudo, exprobramos não ser possível pré-determinar consequências produzidas em cada adolescente. Na perspectiva da fenomenologia hermenêutica, cada singularidade será afetada de maneira distinta, como dito por Sodré (2008, p. 97):

Cada sujeito, em suas relações com os outros, é considerado como tendo capacidade de organização subjetiva, e como sendo capaz de integrar o social, de interpretá-lo, de escolher alternativas e realizar rupturas, percorrendo caminhos próprios na existência social.

Caracterizações universais da adolescência produzem o sentido de que as influências pós-modernas e as características “naturais” dos adolescentes contribuiriam para uma maior inconstância emocional e comportamental. Atentamos que visões estereotipadas permanecem contribuindo para a não participação social desta camada populacional nas políticas de estado e em diversas instâncias da sociedade. Vivarta *et al* (2004, p. 34) corrobora com essa acepção, ao questionar:

²⁹ Refiro-me a violência psicológica “[...] uma das agressões mais frequentes e danosas ao desenvolvimento de vínculos sadios, pois apesar de difícil de ser identificada inicialmente pela falta de sequelas físicas, deixa marcas de sofrimento no psiquismo da pessoa em situação de violência [...] tais como: baixa autoestima, isolamento social, dificuldade em formar vínculos amorosos [...]” (AMARAL; LOBATO, 2011, p.47).

[...] se a adolescência é uma etapa universal da vida marcada pela crise de valores, turbulência, revolta, mudanças do corpo e aflições da sexualidade, por que gastar recursos preciosos em políticas públicas para contemplar seres tão instáveis, que em breve se tornarão adultos? [...]

Nosso entendimento afina-se às teses propostas em Fraga e Iulianelli (2003, p. 11): a pluralidade das adolescências significa “[...] reconhecer que nela estão embutidos fortes elementos de exclusão social e o desafio da conquista da cidadania”, ou seja, o acesso aos bens de consumo e aos direitos não pode ser considerado motivação isolada para o envolvimento de adolescentes em práticas ilícitas, embora componha seus campos relacionais. Da mesma forma, na configuração de suas alteridades outras dimensões estão presentes, postas a suas percepções de maneira dialética entre a realidade vivida e a idealizada.

Neste sentido, Pimentel (2007, p. 39) pondera que:

É na adolescência que o jovem vive em um constante jogo de movimentação extrema que prevalece entre o vivido e o conhecido, entre aquilo que sabe e aquilo que sente, entre aquilo que quer e como ele se vê, entre os pais que deveria ter e os têm ou pensa ter. E é nesta constante oscilação entre suas imagens e seus desejos que o adolescente procurará apreender sua pessoa e o mundo, conforme ele possa aceitar sua imagem e sua identidade e suas identificações, ou ainda entre seu ideal de ego, suas imagens paternas e as imagens de si mesmo e as que seus pais lhe oferecem.

Em uma perspectiva gestáltica, entendemos o ato infracional como um momento, não como uma característica inerente ao ser adolescente; ação qualificada como complexa e multifatorial, além de transmitir várias formas de expressar a violência. Além disso, admitem fortes influências da concentração de renda e processo de exclusão social no Brasil. Compreendemos ainda que devemos estabelecer análises criteriosas para não formar relações diretas entre o processo de exclusão social e o envolvimento de adolescentes em atos ilegais. Tal posicionamento é uma ação ética e política da pesquisadora para evitar conclusões preconceituosas ou elaboração de intervenções assistencialistas (FLORES; PIMENTEL, 2011; PIMENTEL, 2007).

Observamos que os estudos na área da Psicologia têm buscado contribuir para ampliar o entendimento dessa problemática. Em pesquisa efetuada no Portal Capes, através do Banco de Teses e Dissertações, utilizando como palavras-chave “adolescente e ato infracional”, no período entre os anos de 1990 a 2000, os primeiros dez anos de promulgação do ECA, observei que a primeira dissertação de mestrado na área da Psicologia foi realizada no ano de 2000 (AZEVEDO, 2000).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem contribuído ativamente para o incentivo de pesquisas e na organização de eventos que promovem a discussão sobre a atuação de psicólogos na área da Assistência Social e em outras políticas públicas. Exemplo disto são os Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas, iniciados em 2001. Observamos que no documento referente ao III Seminário, que ocorreu em 2005, foi publicado capítulo intitulado: “Projeto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” (MACHADO, 2005). Neste, a psicóloga apresentou proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como prática inovadora do nosso campo profissional, anterior ao próprio documento que regulamentou o atendimento socioeducativo em âmbito nacional, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa (SINASE), publicado no ano seguinte, e promulgado como lei no corrente ano, como anteriormente citado.

Outro destaque da atuação do CFP revela-se na construção do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a partir de 2006. Este centro de pesquisa atualmente está composto de 18 unidades, que funcionam nos Conselhos Regionais de Psicologia, onde são desenvolvidas pesquisas locais, integradas a agendas nacionais, com o objetivo de implementar a qualificação dos psicólogos que atuam em políticas públicas.³⁰ Em relação à intervenção de psicólogos nas medidas socioeducativas, o CREPOP publicou em 2010 o documento intitulado “Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação”,³¹ que tem sido largamente utilizado e discutido entre os profissionais³².

Os adolescentes masculinos foram os informantes nesta pesquisa. Deste modo, é pertinente oferecermos uma seção acerca do pensamento da condição masculina.

2.1 REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADE

As referências teóricas que compõem esta subdivisão são a perspectiva gestáltica para o gênero masculino (PIMENTEL, 2008a; PIMENTEL *et al*, 2010; PIMENTEL, 2011a) e a histórico-crítica (BOURDIEU, 2010; LYRA *et al*, 2005; ROMAN, 2009).

A lógica de gênero em fenomenologia considera o fundamento social e rejeita o determinismo biológico. Também compreende as relações de gênero em sua complexidade dialética e contextual. A construção da uma subjetividade masculina neste entendimento é

³⁰ Informações disponíveis em: <<http://crepop.pol.org.br/novo/conheca-o-crepop>>.

³¹ Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/Doc_Ref_MSE_UI.pdf>.

³² Em breve o Conselho Federal de Psicologia, através do CREPOP, publicará as Referências Técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em Meio Aberto.

definida pela maneira como cada homem internaliza e vive sua masculinidade (GUTIERREZ; MINAYO, 2011).

No contexto sociocultural brasileiro, sem qualquer pretensão de universalização, a condição masculina pressupõe características relativas ao comportamento sexual ativo (penetração sexual), valorização do órgão sexual masculino e formação de autoimagem autoritária, de poder e força física, além da função de provedor da família, comuns a matriz de pensamento moderno, como parte do estereótipo do “macho” (PIMENTEL, 2008a; PIMENTEL *et al*, 2010).

Em recente estudo, Pimentel (2011a) adverte que na atualidade há uma espécie de “crise” da condição masculina, devido alterações na organização do poder nas relações familiares – com a entrada da mulher no mercado de trabalho e consequente inserção no espaço público –, nas legislações civis no que refere à união conjugal, na paternidade e nas mudanças na instituição escolar. Na perspectiva de análise hermenêutica, a autora reconhece como matriz de pensamento pós-moderno a figura do “Metrossexual”, apontando-o como o principal desenho de identificação na definição do masculino.

Entretanto, os dados empíricos da pesquisa de Pimentel (2011a) - que contou com a participação de 19 homens, com faixa etária de 21 a 53 anos, em diferentes níveis de escolaridade e profissões, através de perguntas abertas divulgadas no site de uma Universidade presente no Estado paraense - , apontam que ainda há predomínio da matriz de pensamento moderno na autopercepção de masculinidade dos entrevistados.

Esta pesquisa confirmou que a matriz pós-moderna permanece com reduzido alcance. É principalmente uma construção derivada da agenciamento do capital financeiro e da moda. O comportamento de um tipo de homem, o metrossexual, o principal atributo da matriz sequer foi aludido pelos informantes. Claro que não generalizamos os achados da investigação. (PIMENTEL, 2011a, p. 26)

A matriz de pensamento moderna em relação ao gênero masculino figurou-se, fundamentalmente, a partir da divisão social do trabalho, das formações das propriedades privadas e da ascensão da burguesia (BOURDIEU, 2010; GUTIERREZ; MINAYO, 2011; LYRA *et al*, 2005).

Observamos que, em um primeiro momento da história da humanidade, não havia uma distinção clara quanto ao espaço público ou privado. Os agrupamentos humanos eram nômades, com organização social baseada na lógica da partilha e da solidariedade. O papel do homem no que se refere à reprodução era desconhecido e a criação de crianças era partilhada pelo grupo. Esta configuração permitia a valorização da mulher pela sua capacidade de gerar a

vida, garantindo assim a perpetuação do grupo, em estrutura denominada por Lyra *et al* (2005, p. 80) como “[...] profamiliar centrada na mãe”.

A supremacia masculina foi inaugurada pela necessidade de caçar para alimentar os grupos humanos, valorizando a força física, com o conseqüente afastamento do homem da criação dos filhos. As divisões do trabalho ganharam os primeiros contornos neste período, adquirindo maior consistência com o fim das sociedades nômades, quando as primeiras cidades foram formadas, asseverando as hierarquias sociais, com as propriedades privadas e a exploração da mão de obra (LYRA *et al*, 2005).

Outro elemento foi a descoberta da participação masculina na reprodução humana e conseqüente passagem das sociedades para formações patriarcais, momento em que houve dominação masculina inclusive na reprodução dos mitos, nas organizações religiosas, na concepção de moral e na estrutura organizativa do Estado. A descoberta da paternidade e os interesses de adquirir e manter propriedades, percebidos neste contexto, contribuíram para formular estratégias de controle da vida sexual das mulheres, gerar discursos pela valorização das famílias monogâmicas e da estrutura patriarcal (BOURDIEU, 2010; LYRA *et al*, 2005).

A concepção capitalista instaurou uma nova divisão do trabalho, destinando ao homem o espaço público da produção e à mulher o espaço doméstico do cuidado com a família. A crescente urbanização, também fruto da mudança da sociedade feudal para a sociedade burguesa, auxiliou as mudanças significativas na estrutura do espaço familiar. As alterações no espaço físico do lar, como lugar determinado de visitação pública, revelaram o crescente distanciamento da família extensa entre si, favorecendo a reprodução dos papéis de gênero e a ênfase na individualidade. O homem passou a significar uma figura de autoridade e dominação no ambiente familiar, ampliando o afastamento dos pais do convívio familiar, cabendo à mulher a função de cuidar dos filhos (BOURDIEU, 2010; DEL PRIORE, 2010; LYRA *et al*, 2005).

Outro fato curioso descrito por Lyra *et al* (2005, p. 84) é que nesse momento histórico não havia uma preocupação específica com a saúde do homem, posto que este era associado como símbolo de “[...] virilidade, força e racionalidade”; além de identificado com outras características, como agressividade, pouco cooperativos e irresponsáveis. A virilidade masculina neste período estava sujeita a constantes provas de potências, como o defloramento da noiva e a reprodução de filhos ‘machos’. “A virilidade, entendida como capacidade de reprodução, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência [...]” (BOURDIEU, 2010, p.64).

A chamada Família Moderna foi desenhada concomitante ao movimento de ascensão da burguesia, caracterizada por valores como:

[...] a centralização da família em si mesma contra os perigos exteriores; o amor entre os cônjuges e a união destes em benefício do bem-estar dos filhos; [...] interesse [...] o estabelecimento de relações hierárquicas entre homens e mulheres, a circunscrição de uma área privada, ligada à reprodução, em oposição a uma área pública, ligada à produção [...] (REIS, 2009, p. 23).

O ideal da família burguesa é produto dos discursos que garantiam ao Estado a governabilidade da população, tornando a família, especialmente a figura materna, provedora e protetora dos filhos, que necessitavam de segurança financeira e cuidados, garantindo com isso a reposição da força produtiva sem muito ônus ao poder público. Aqueles que se rebelassem ou fugissem destes determinantes biológicos e sociais eram estigmatizados como egoístas, irresponsáveis, de conduta moralmente duvidosa, que necessitavam de cuidados e de controle legal (DEL PRIORE, 2010; DONZELOT, 1986; GOFFMAN, 1988; REIS, 2009).

Coimbra e Nascimento (2003, p. 24) versam que o modelo ideal de família nuclear burguesa, seguindo saberes científicos, com destaque para a Medicina, com fortes influências do higienismo e dos ideais do eugenismo, produziam o pensamento circulante que “[...] “boas famílias” teriam naturalmente pendores para a virtude. Ao contrário, os que traziam “má herança” – leia-se “os pobres” –, seriam portadores de degenerescências” (grifo dos autores).

O enredamento dos aspectos mencionados produziu subjetividades que pressupunham o assujeitamento de homens e mulheres aos papéis socialmente determinados, assimilados pelas gerações futuras como naturais, resultantes da sedimentação intersubjetiva. Para Lyra *et al* (2005, p. 84), houve a consolidação da naturalização dos papéis femininos e masculinos nas famílias e nas relações com os filhos, que repercutiram por um longo período, e perpetuam-se no presente, inclusive nas brincadeiras entre adolescentes. “Aos meninos era reservado o espaço da rua, com brincadeiras que na maioria das vezes exigem mais esforço físico, visando à competição e ao enfrentamento dos riscos como algo natural e incentivado”. Às mulheres era incentivada a brincadeira com bonecas, como treino ao cuidado com os filhos vindouros.

A naturalização da diferença entre gêneros e da dominação masculina foi associada às diferenças anatômicas dos órgãos sexuais masculino e feminino. Nesse momento, a virilidade masculina tinha que ser validada publicamente, por outros homens, em atos violentos, em geral tomando o pênis como uma arma (BOURDIEU, 2010). Os papéis familiares igualmente foram cristalizados e experimentados como se fossem alheios aos sujeitos, um mundo

objetivo já pronto e necessário ao bem-estar de todos (GUTIERREZ; MINAYO, 2011; REIS, 2009; SARTI, 2005).

A família assumiu a *socialização primária* dos indivíduos. O contexto familiar constituiu-se como uma base de identidade do indivíduo, afetando os processos intrapsíquicos e interpessoais, e influenciando a inserção social dos adolescentes. O processo de se tornar membro de uma sociedade implica em habitar um contexto histórico que os integrantes das famílias transmitem durante as práticas socializatórias. Os considerados desviantes dos padrões socialmente forjados são *estigmatizados*, quer seja por não dominarem a linguagem apropriada, reinterpretando a realidade, quer por não se submeterem as condutas rotineiramente construídas que satisfazem interesses ideológicos. Neste sentido, os termos *menor* e *família problemática* podem ser considerados *símbolos de estigma*, isto é, “[...] signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade [...] com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 1988, p. 53).

Como dito anteriormente, para assegurar e controlar o espaço familiar foram criados dispositivos de normatização. Legitimados pelas ciências, traziam inquestionáveis “modelos de progressos”. O Estado, então, através do seu aparelho jurídico, pôde interferir no âmbito social e individual sempre que necessário (BOURDIEU, 2000; DEL PRIORE, 2010; FOUCAULT, 2010; RIZZINI, 2011).

No final do século XX, a promulgação da Constituição Federal de 1988 favoreceu a produção de novas compreensões sobre masculinidades, paternidade e os arranjos familiares, na contemporaneidade. Dissolveu a chefia conjugal masculina, determinando igualdade de direitos e deveres na família entre homens e mulheres. Mais tarde garantiu a licença paternidade, favorecendo maior envolvimento e comprometimento dos homens com o cuidado com os filhos no ambiente privado. O ECA também apresentou sua contribuição ao garantir o direito de filiação e à convivência familiar e comunitária, mesmo evocando em seu art. 98 a dessacralização da família, quando introduz a necessidade de proteger a criança de qualquer forma de violação praticada por seus integrantes³³ (BRASIL, 1990; LYRA et al, 2005; SZYMANSKI, 2005).

Alguns dispositivos tecnológicos, percebidos a partir do final do século XX, também contribuíram para produzir novas compreensões das masculinidades. Sarti (2005) pontua que

³³ “As medidas de proteção [...] ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: [...] II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável [...]” (BRASIL, 1990).

a partir dos anos de 1990 há a difusão do exame de DNA, capaz de dirimir as dúvidas quanto à paternidade e acender a possibilidade de garantia do direito à filiação e de maior responsabilização e comprometimento dos homens com o cuidado e afetividade na relação com os filhos. Bilac (1998 apud SARTI, 2005, p. 97) acrescenta:

[...] a dúvida quanto à paternidade e a certeza da maternidade deixaram, em princípio, de ser o suposto fundamento “natural” que servia de pretexto a costumes, pactos familiares e relações de gênero que estruturaram a família durante tanto tempo.

Apesar disso, refletimos sobre o alcance social de realização do exame de DNA a partir do seu elevado valor no mercado. Via de regra, para aqueles com menor poder aquisitivo resta a via judicial para terem acesso ao recurso, o que também requer esclarecimento e informação sobre seus direitos e as políticas públicas.

Notamos também movimentos de valorização do cuidado paterno, como, por exemplo, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, publicada enquanto princípios e diretrizes em 2008, pelo Ministério da Saúde. Esta política representa a dualidade da configuração das formas de ser masculinas no Brasil, pois ao mesmo tempo em que parte do reconhecimento de que o homem entrava nos serviços públicos por meio da atenção especializada, ou seja, com doenças instaladas, ressalta suas vulnerabilidades em relação ao desenvolvimento de doenças crônicas (ancorado em pesquisas realizadas, em geral, na área médica) e também sublinha a preocupação com a perspectiva de cuidado, sobretudo na promoção e prevenção da saúde masculina (BRASIL, 2008b).

A família contemporânea comporta uma enorme elasticidade quanto à sua definição, forma e dinâmica³⁴, com maior aproximação entre gêneros e faixas etárias. Ao mesmo tempo, percebemos que o sentido da família idealizada nos moldes da relação burguesa do capitalismo, constituída pela organização nuclear e significada como lugar de conforto, proteção e intimidade, tem se desconstruído. Sabemos que a família pode comportar no seu funcionamento vários arranjos de relações, incluindo aquelas que oferecem ameaça à integridade física e moral dos seus componentes (ARIÈS, 2006; GALANO, 2006; GUTIERREZ; MINAYO, 2011; SARTI, 2005; SZYMANSKI, 2005).

³⁴ Na atualidade existem diversos tipos de arranjos familiares. Compreendemos que a definição de família comporta uma estrutura de parentesco dinâmica, que se altera constantemente ao longo do tempo, mas que sempre possui possibilidades e imposições. A partir de dados coletados pelo Censo 2000 (IBGE), no Brasil, dos 185 milhões de habitantes que existiam no território nacional, 54 milhões de lares eram organizados por: **família clã, família tronco, família nuclear, família monoparental e lar de um só** (GALANO, 2006).

No enfoque gestáltico, Aguiar (2005, p. 90) acentua a família como um contexto significativo para o funcionamento do adolescente:

[...] não só é o primeiro contexto do qual faz parte como aquele que parece ser o mais relevante em seus primeiros anos pelo forte vínculo de dependência existente entre ela e a família e pela presença significativa e intensa do processo de introjeção no início da vida.

Quando a família cumpre o seu papel de confirmação, permitindo a expressão das necessidades dos adolescentes, promovendo a diferenciação do outro, gera uma percepção de campo positiva para estes, deixando-os seguros para buscar a satisfação de suas necessidades, amadurecimento emocional e físico (PIMENTEL, 2008b).

Embora concordemos que o cuidado familiar de um adulto significativo é imprescindível ao desenvolvimento emocional de adolescentes, discordamos da premissa imposta pelo Estado de responsabilização única da família pela inserção dos adolescentes no mundo dos atos infracionais. (PIMENTEL, 2011b). No mesmo sentido, Lyra *et al* (2005, p. 87) alertam que o ambiente familiar não é o único ambiente produtor de subjetividade relativa as relações de gênero, ao exercício da sexualidade e nas relações de cuidado entre pais e filhos. “[...] o gênero se constrói numa multiplicidade de instituições, e não apenas nas famílias ou nas relações de parentesco”.

Gutierrez e Minayo (2011) exibem que, pelos contornos da atualidade, com a ocupação da mulher nos espaços públicos, há flexibilização de papéis e ampliação dos repertórios de significação da masculinidade. Em compensação, Bourdieu (2010, p. 65-66) menciona que os homens ainda se veem pressionados a provar a masculinidade na presença de outros homens “[...] Práticas como estupro praticados em bandos de adolescentes [...] têm por finalidade pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência [...]”; assim como repercutem sistemas que visam a manutenção da dominação masculina sob a feminina e alienação masculina, no distanciamento dos seus sentimentos e afetos, por conseguinte, de comportamentos de atenção e desvelo.

Presumimos que as lógicas concorrentes de ratificação da dominação masculina, valorizando comportamentos violentos, tendo adolescentes masculinos como autores e como vítimas nas relações violentas nos âmbitos sociais e institucionais, têm estreita relação com o número de mortalidades de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. “Admite-se que a violência, como um fenômeno social, é determinada pela

concatenação de vários fatores interligados, como contexto socioeconômico, relações comunitárias e aspectos circunstanciais [...]” (ROMAN, 2009, p.92).

Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE³⁵, no Brasil existem aproximadamente 190 milhões de habitantes; destes, 35 milhões têm entre 10 a 19 anos. O Observatório das Favelas e parceiros,³⁶ através do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL), implantado desde 2008, criou o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) para calcular o número de adolescentes masculinos que morrem antes de completar 19 anos. Em pesquisa desenvolvida em municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes, equivalente a um total de 266 municípios, concluiu-se que o homicídio é a principal causa de mortes de adolescentes entre 12 a 18 anos, resultando em 44,5% das mortes (UNICEF, 2010).

No Brasil, segundo dados do Censo SUAS (2009), existem 1.149 CREAS com abrangência municipal.³⁷ Deste universo, 963 realizam atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, sendo que 763 disponibilizam atendimento aos adolescentes em cumprimento de LA. Na Região Norte existe apenas 80 CREAS que ofertam este tipo de serviço, onde 47 estão localizados no Estado do Pará, acompanhando em média 8 adolescentes (BRASIL, 2011b).

No CREAS de Barcarena, 86% dos adolescentes que cumpriram medida em meio aberto de 2006 a 2010 eram do gênero masculino, sendo que em números absolutos foram atendidos 21 casos de Liberdade Assistida (CRUZ *et al*, 2011). Segundo informações contidas no Banco de Dados do Centro, desde 2007 até dezembro de 2011, 75 adolescentes cumpriram medida socioeducativa em meio aberto; e destes, 67 eram do gênero masculino³⁸.

Pelos dados expostos acima, assim como pela delimitação das questões específicas da pesquisa incluir o entendimento dos informantes sobre a medida socioeducativa cumprida em Barcarena-PA, o próximo tema de análise será a Liberdade Assistida.

³⁵ Informações disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer_brasil/default.php?id_tema_menu=2&id_tema_submenu=5>.

³⁶ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

³⁷ Os dados ora apresentados são referentes ao processo de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais realizado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) no ano de 2009. Portanto, é possível que o quantitativo apresentado não represente mais a realidade brasileira.

³⁸ Informações coletadas pela equipe de MSE em 16/02/2012, a partir de Banco de Dados do CREAS Barcarena.

2.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA

No contexto nacional, pessoas com idade inferior a 18 anos são consideradas inimputáveis penalmente, ou seja, não podem ser julgadas pelo Código Penal Brasileiro pelos seus atos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. A este respeito, Liberati (2008) afirma que o único critério utilizado pelos legisladores na definição da inimputabilidade penal foi a faixa etária, sem considerar o desenvolvimento psicológico e social. Entretanto, isto não quer dizer que os adolescentes não sejam responsabilizados, mas corrobora a compreensão da adolescência como momento peculiar do desenvolvimento humano e visa a garantia integral de direitos, promulgada pelo ECA. A partir deste suporte legal, os adolescentes podem ser sentenciadas ao cumprimento de medidas socioeducativas pela prática de ato infracional³⁹.

Todavia, repercute nos discursos sociais o aumento de atos ilegais cometidos por adolescentes, na maioria dos casos violentos⁴⁰, os quais ameaçariam a segurança pública. No entanto, este pretense aumento é discutível e carece de esclarecimento. Como contesta Volpi (2011), ao apresentar dados de pesquisa quantitativa realizada em 1995-1996, pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/DF, com apoio do UNICEF, com 4.245 (quatro mil, duzentas e quarenta e cinco) crianças⁴¹ e adolescentes privados de liberdade, onde foi constatado que o ato infracional mais comum era o de roubo. Este dado, na avaliação dos autores, desmitificaria a periculosidade dos atos efetuados por adolescentes.

O mesmo ocorre em dados fornecidos pelo Núcleo de Planejamento e Orçamento (NUPLAN), pertencente à FASEPA⁴². Foi realizado levantamento do número de adolescentes de 12 a 19 anos que cometem atos infracionais e, em relação ao quantitativo populacional no Estado do Pará, verificou-se que correspondia a 1% do contingente populacional paraense o número de adolescentes privados de liberdade. A mesma pesquisa revelou que a maioria dos atos infracionais eram tipificados como contra o patrimônio, correspondendo a 19,1% o número de adolescentes (MONTEIRO, 2009; BELÉM, 2011).

³⁹Vale lembrar ao leitor que ‘ato infracional’, segundo o art. 103 do ECA, refere-se a: “[...] toda conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

⁴⁰Aqui considero ato violento a partir de definição subjetiva, não naturalizada, como qualquer ação que viole direitos de outrem, seja com uso de ameaças, força ou coação.

⁴¹ Volpi (2011) explica que durante a pesquisa foi constatado que no Brasil haviam duas crianças cumprindo medida socioeducativa, o que é ilegal, segundo o ECA.

⁴² Antiga Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), ainda responsável pelo cumprimento das medidas em meio fechado e semiaberto, de Internação e Semiliberdade em todo o Estado do Pará, e por monitorar o processo de municipalização das medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

Outra fala social comumente observada é considerar o ECA como um instrumento legal que não puniria adequadamente os adolescentes (JUNQUEIRA, 2009). Liberati (2008) alega que esta discussão assume um caráter cíclico, fomentada pelo enfoque da mídia, após acontecimento excepcional como rebeliões em Centros de Internação. Estabelece que um dos motivos para provocar este embate é o critério meramente biológico utilizado para considerar a imputabilidade penal. Adverte que a maior discussão nos meios acadêmicos e políticos deveria ser a falência do sistema penal brasileiro, bem como das medidas socioeducativas, em relação ao objetivo de contribuir para acesso a direitos e diminuir a possibilidade de repetição do ato ilícito. Afirma ainda que “o Poder Executivo, detentor da obrigação de instalar esses programas e executá-los, permanece completamente alheio à situação, deixando para o Poder Judiciário sua solução” (LIBERATI, 2008, p. 90).

Quando um adolescente se envolve em situação caracterizada como ato infracional há uma espécie de fluxo de atendimento, nem sempre tão claro em seu funcionamento⁴³, que neste momento abordaremos de maneira sucinta, com base no ECA e nos Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos, elaborados pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), para facilitar o entendimento do leitor e discussão sobre a medida socioeducativa de LA.

Ao atribuir-se conduta descrita como ato infracional ao adolescente, há duas maneiras de efetivar sua apreensão⁴⁴: se o adolescente for denunciado, quando é necessária uma ordem judicial, ou em caso de flagrante. Em qualquer dos casos há garantias constitucionais que devem ser observadas, como a comunicação imediata à autoridade judiciária e a família do adolescente. O ECA determina ainda que o adolescente seja liberado aos pais ou responsáveis legais, mediante termo de responsabilidade para posterior apresentação no Ministério Público (MP), exceto se os pais ou responsáveis não se apresentarem, ou houver risco à sociedade ou ao adolescente, ou ainda pela gravidade do ato e/ou repercussão social do ato que está sendo acusado (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008).

Caso haja Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA) no município em que foi apreendido, ou município próximo, é verificado a possibilidade de atendimento do adolescente (segurança pública, assistência, Ministério Público (MP) e Defensoria Pública

⁴³ O ECA norteia o fluxo de atendimento ao adolescente acusado de cometer ato infracional no Título III, Capítulos I ao V, do art. 103 ao 128, dentre outras legislações. A Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) construiu um fluxo de apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa, na forma de fluxograma, que é largamente utilizada como base para os atores da área. Os cadernos estão disponíveis em: http://www.abmp.org.br/UserFiles/File/caderno_fluxos_operacionais.pdf.

⁴⁴ Nomenclatura cunhada pelo ECA para ação de captura policial destinada aos adolescentes.

(DP)). Caso não haja, é realizada articulação da rede. Em qualquer das hipóteses, após ser ouvido no Ministério Público, o promotor de justiça decide se arquivar, se oferece denúncia ou concede a remissão⁴⁵, acompanhada ou não de medida socioeducativa. Caso seja oferecida a denúncia, é instaurado processo de apuração de ato infracional. Respeitados todos os trâmites legais e ouvidas todas as partes (MP, DP ou advogado particular, família e adolescente), é decretada sentença, que pode culminar ou não no cumprimento de medida socioeducativa⁴⁶ (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008).

As medidas socioeducativas têm a finalidade de responsabilizar o adolescente pelo ato ilícito praticado, mas também possuem caráter educacional, proporcionando um momento reflexivo, com sentido de acesso aos direitos e prevenção à reincidência. Podem ser em caráter privativo de liberdade ou em meio aberto, sempre com a prerrogativa do cumprimento obrigatório (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei 12.594/2012, art. 1º, §2º, incisos I, II e III, os objetivos das medidas socioeducativas são:

[...] a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; [...] a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e [...] a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Volpi (2011) sustenta que na aplicação da medida socioeducativa a autoridade judiciária considera fatores como: a gravidade da infração praticada, a reiteração, a disponibilidade de serviços municipais, a capacidade do adolescente de cumprir a medida, a garantia de acesso a direitos, preservação dos vínculos familiares e comunitários, garantia de segurança dos adolescentes, sociedade e profissionais que executarão a medida.

Para determinação da medida, cabe ao juiz observar ainda alguns princípios previstos na Constituição Federal de 1988 e no ECA de 1990, como a legalidade da prisão, a materialidade do ato praticado, a ampla defesa e a excepcionalidade da privação de liberdade. Sobre este último ponto, cabe destacar que viola o direito fundamental de todo cidadão

⁴⁵ A remissão, segundo art. 126 do ECA, importa o perdão e exclusão do processo, caso não tenha iniciado o procedimento judicial de apuração de ato infracional. Caso o processo já tenha iniciado, a remissão pode importar na suspensão ou extinção do processo.

⁴⁶ Cabe também atualizar o leitor que está implantado no CIAA, localizado em Belém, atendimentos pautados nos princípios da Justiça Restaurativa, que em linhas gerais admite técnicas de mediação e conciliação de conflitos, buscando promover o perdão entre o adolescente acusado de cometer ato infracional, sua vítima, respectivas famílias e comunidades.

brasileiro à liberdade, ameaçando a garantia de outros direitos, como o de convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

A questão da garantia de direitos nas medidas socioeducativas é tratada de maneira crítica e contraditória, pois ainda são cometidos atos brutais no momento da apreensão destes adolescentes ou no interior das instituições responsáveis por executar as medidas socioeducativas. Volpi (2011) nos recorda que esta situação é histórica nos espaços destinados a internação de adolescentes por cometimento de ato ilegal, contando que ainda na vigência dos Códigos de Menores havia cenário de completa violação de direitos.

Nas unidades de internação, onde eram confinados após o “estudo” de seu “comportamento desviante”, predominava a violência, o preconceito e a violação dos direitos humanos, a ponto de as mesmas terem sido denunciadas como “escolas do crime.” (grifos do autor) (VOLPI, 2011, p. 47)

Infelizmente, como advertem Coimbra e Nascimento (2003, p. 26), tais práticas ainda estão presentes, sendo em diversas situações consideradas “justificáveis”, como destacam:

[...] a prática da violência nos internatos não é uma característica do passado. Hoje, em pleno século XXI, tal situação de exclusão pouco mudou e o que vemos nesses estabelecimentos é um quadro de superlotação, de falta de equipamentos de educação, de torturas e de violações de direitos cotidianas.

O Instituto Universidade Popular (UNIPOP), em pesquisa recentemente divulgada, constatou situações de violações de direitos em unidade de execução de medidas socioeducativas mantidas no Estado do Pará, através da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), e por outras instituições, nos municípios paraenses de Belém (Região Metropolitana⁴⁷), Marabá e Santarém.

Sem respeito, dignidade ou liberdade [...] os adolescentes estão encarcerados em verdadeiros depósitos à moda dos presídios, dos indesejáveis sociais, com superlotação, com pouco ou inexistente atendimento psicossocial, pedagógico, de manutenção dos vínculos familiares e comunitários, com pouquíssimas atividades profissionalizantes ou de lazer [...], tornando explícito um fato: o Estatuto da Criança e do Adolescente é flagrantemente desrespeitado quando o modelo das unidades de internação, com raras exceções, continua sendo o do passado, herdado da fase correcional-repressiva (BELÉM, 2011, p. 53).

Nesta pesquisa participaram 100 adolescentes de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa; 102 familiares destes adolescentes e 205 servidores, entre gestores,

⁴⁷ Para efeito da pesquisa considerou-se a região metropolitana, composta pelos municípios de Ananindeua e Marituba.

equipe multiprofissional e equipe administrativa. O perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é descrito como tendo baixa escolaridade, com alto índice de evasão escolar e com liderança do sexo masculino, representando 96%. “São pobres, entram tardiamente na escola, geralmente intercalando estudo com trabalho. Nesse sentido, enquanto estão na adolescência, muitas vezes lhes são negados direitos [...]” (BELÉM, 2011, p. 47).

Este cenário aponta para uma realidade nacional, novamente evidente e já contextualizada histórica e social, que atua na contramão da perspectiva normativa de garantia integral de direitos dos adolescentes. Representa simbolicamente processos de subjetivação que aceitam a exclusão e acirram as diferenças sociais. Se a escassez de acesso a direitos, conclamados pelo ECA e por leis internacionais de Direitos Humanos, é apontada como uma das possíveis causas para o envolvimento dos adolescentes em práticas ilícitas, o que representa submetê-los a novas violações no cumprimento de medidas socioeducativas?

Pela ocorrência de violações de direitos denunciadas, são recomendadas pelos legisladores e pesquisadores as medidas em meio aberto como as mais eficazes.

Considerando a atual demanda para a internação e a possibilidade de potencialização dos mecanismos de prevenção à privação de liberdade, como base na estrutura de redes municipais e intermunicipais para o cumprimento das medidas socioeducativas em liberdade, associadas a medidas de proteção, entendemos que o modelo regional de atendimento em pequenas unidades deve ser estimulado (VOLPI, 2011, p. 19).

O SINASE recomenda que as medidas em meio aberto devam ser municipalizadas, como apoio e monitoramento dos Estados, com presença ativa do controle social, representado pelos Conselhos de Direitos. Logo, as medidas em meio aberto são uma tentativa de minimizar as violações, preservar o direito à convivência familiar e comunitária, articulação mais ativa do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)⁴⁸ e facilitar o acesso do controle social (BRASIL, 2012).

Para garantir o pleno funcionamento das medidas em meio aberto deve-se efetivar o princípio de incompletude institucional que fundamenta a compreensão da política de atendimento de adolescentes, bem como a definição de rede de atendimento, encontrada no art. 86 do ECA. Segundo este princípio, nenhuma entidade governamental ou não governamental é capaz de executar de maneira solitária e autossuficiente as medidas. É necessária a máxima articulação da entidade responsável por este serviço no município com

⁴⁸ O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) se materializa pela atuação independente e articulada de entidades governamentais e não governamentais, que representam as três esferas de governo, executivo, legislativo e judiciário, além do Ministério Público e organizações da sociedade civil que atuam na garantia de direitos de crianças e adolescentes (LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

todas as políticas setoriais disponíveis. Caso perceba ausência de política ou serviço fundamental, pode demandar a necessidade ao poder executivo, legislativo e para o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente do Município, dentre outras medidas cabíveis (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

A aplicação de medidas socioeducativas não pode acontecer isolada do contexto social, político e econômico em que está envolvido o adolescente. Antes de tudo é preciso que o Estado organize políticas públicas para assegurar, com prioridade absoluta, os direitos infanto-juvenis. Somente com os direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, esporte e lazer, e demais direitos universalizados, será possível diminuir significativamente a prática de atos infracionais cometidos por adolescentes (VOLPI, 2011, p.42).

No caso da Liberdade Assistida (LA), esta pressupõe acompanhamento profissional sistemático, por no mínimo 06 (seis) meses, envolvendo o adolescente sentenciado pela autoridade judiciária e sua família. O caráter educativo da medida está no auxílio e orientações executadas por orientador, pessoa qualificada, que deve abarcar, dentre outros fatores, o acesso integral a direitos e potencialização de qualidades e talentos. Segundo o art. 119 do ECA, cabe ao orientador:

- [...].
- I- Promover socialmente o adolescente e sua família [...];
- II - Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar [...];
- III - Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - Apresentar relatório do caso.

Ao abordar a função pedagógica da medida de Liberdade Assistida, Demori e Carvalho (2009, p. 110) afirmam que “[...] o processo pedagógico somente pode ser eficaz quando acompanhado do direito à escolarização, à saúde, à profissionalização, à convivência familiar e ao atendimento humanizante, respeitando-se a dignidade humana [...]”. No mesmo sentido, Junqueira (2009, p. 17) ressalta o direito à dignidade como expressão única dos Direitos Humanos, congregando todos os demais como direito à vida, à liberdade, etc. Para este autor, os Direitos Humanos podem ser conceituados como “[...] prerrogativas fundamentais e, por isto mesmo, indispensáveis a quaisquer pessoas, desde o nascimento e, mesmo antes, partindo-se da concepção”; tendo em vista, todavia, não uma concepção naturalizada dos direitos, mas a construção histórica e social, incluindo a compreensão do contexto atual.

Volpi (2011) assegura que na medida de LA a dimensão educativa pressupõe acompanhamento personalizado ao adolescente e sua família e a garantia de direitos, dando

especial ênfase à manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários⁴⁹, inserção, frequência e desempenho escolar, qualificação e inserção profissional. A equipe de profissionais dos programas de execução de LA deve ser referência para a família e o adolescente; também responsável por capacitar, monitorar e avaliar conjuntamente a atuação dos orientadores sociais, sejam estes remunerados ou não, garantindo a formação continuada e integração destes com a rede de atendimento.

Os recursos humanos constituem elemento fundamental para a efetividade do trabalho do CREAS. A vinculação dos seus profissionais com a família/indivíduo constitui um dos principais elementos para a qualificação da oferta do trabalho social e especializado [...] Em razão da complexidade das situações atendidas no CREAS, a equipe deverá ter qualificação técnica, reunindo um conjunto de conhecimentos e habilidades que sejam compatíveis com a natureza e os objetivos dos serviços ofertados, bem como com as atribuições pertinentes à função exercida [...] É preciso reconhecer as reais dificuldades dos profissionais na realização do acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, nos serviços do CREAS, em decorrência das situações complexas com as quais se deparam e do impacto que este trabalho causa nos trabalhadores (BRASIL, 2011c, p.42-43).

A partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), alterada pela Lei nº 12.435/2011, no âmbito da gestão descentralizada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pode-se falar em benefícios, projetos, programas e serviços. Estes são executados segundo suas especificações em entidades de atendimento, que segundo o art. 3º, §1º desta lei, refere-se:

[...] aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal [...]. (BRASIL, 2011a).

No que se refere à Proteção Social Especial, a qual dispõe de serviços, programas e projetos que visam “[...] contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos” (BRASIL, 2011a, art.

⁴⁹ Em 2006 foi elaborado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Foi considerado um marco nas políticas públicas no Brasil, contribuindo para a desconstrução da cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, fortalecendo o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Este foi fundamental para alteração legal do ECA, pela Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, que ficou conhecida como a “Lei da Adoção”, pelas profundas alterações neste âmbito. Dentre as ações previstas neste Plano estava a criação de Planos Estaduais e Municipais que adequassem os princípios do Nacional à realidade territorial. No Estado do Pará foi publicado decreto, em setembro do corrente ano, como forma de garantir que o Plano do Pará seja concretizado.

6ºA, II), há a definição do CREAS como responsável por executar as ações de Média Complexidade de maneira integrada com as demais políticas setoriais.

No art. 5º, inciso III, do SINASE, há a determinação de que os municípios são responsáveis por “[...] criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto”. Em consonância com esta afirmação, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais especifica o que se constitui o serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de serviços à Comunidade (PSC), em conjunto com outras publicações (BRASIL, 2011c; 2011d).

O Serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso aos direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens (BRASIL, 2011c, p. 36).

Este documento ainda estabelece como atividades essenciais do Serviço: a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA); o atendimento individual e grupal dos adolescentes; o atendimento à Família, em articulação com o outro serviço desenvolvido no CREAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o acompanhamento da frequência escolar dos adolescentes; a elaboração e encaminhamento de relatórios sobre o acompanhamento dos adolescentes ao Poder Judiciário e Ministério Público; e a elaboração e encaminhamento de relatórios quantitativos ao órgão gestor sobre os atendimentos realizados e articulação com a rede (BRASIL, 2011c).

Neste ponto destaco a relevância que o desenvolvimento do PIA possui na execução da medida de LA. O PIA deve partir do levantamento de informações sobre a realidade integral de vida do adolescente e sua família, para formulação de propostas de ações conjuntas, com metas e prazos estabelecidos, contando em sua construção com a participação conjunta dos profissionais envolvidos no atendimento, o orientador social, o adolescente e sua família (BRASIL, 1990; 2011c; 2012; VOLPI, 2011).

Alinhavada a fundamentação teórica, passemos ao delineamento da pesquisa, com descrição dos procedimentos adotados e método usado para análise dos dados coletados.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

[...] Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra no meio do caminho [...].

(Carlos Drummond de Andrade)

Consideramos que a atividade de pesquisa está intimamente ligada à produção do conhecimento científico. Este, na sua concepção histórica ocidental assumiu, sobretudo a partir do renascimento, de acordo com o pensamento positivista e naturalista, o *status* de saber hegemônico na busca pela compreensão da realidade, com pretensão de constituir verdades últimas sobre o mundo. Entretanto, o modelo quantitativista não foi consenso enquanto perspectiva epistemológica. Concomitante a fenomenologia, a psicanálise e o materialismo dialético durante a modernidade exerceram influência nos delineamentos em Psicologia. Na pós-modernidade, cada vez mais os paradigmas buscam romper com os postulados reducionistas (CHIZZOTTI, 2006; GONZÁLEZ REY, 2002; JAPIASSU, 1978; MINAYO, 2010).

O Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas (NUFEN)⁵⁰ se alinha com as proposições que ressaltam as posturas interdisciplinares e qualitativas, bem como a experiência dos sujeitos. Assim, adotamos a concepção de ciência com um saber possível, não exclusivo, nem único e estritamente verdadeiro. Igualmente, a pesquisa científica em ciências humanas e sociais se interpõe para nós como um desafio no sentido de produzir um conhecimento útil para a sociedade e que contribua para construção da ciência psicológica fenomenológica hermenêutica, ampliando uma compreensão possível da realidade.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010, p. 21), “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Na pesquisa qualitativa de orientação fenomenológica hermenêutica o foco é a compreensão e a possibilidade de escutar e perceber significados e sentidos vivenciados. Segundo Holanda (2006, p. 367), “[...] o vocábulo “Hermenêutica” advém do grego *hermeneutikós*, que por sua vez deriva do verbo *hermeneuein*, que significa ‘interpretar’”. Para Ricoeur (1988, p. 17), “[...] a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos”; sendo que para este autor o texto é o próprio discurso. A fenomenologia hermenêutica proposta por este autor entende a linguagem como discurso

⁵⁰ Pimentel (2009) explica que o NUFEN se constituiu como um grupo de investigação no diretório do CNPq, ligado ao antigo Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2002.

proferido por cada pessoa de maneira contextualizada, considerando-se a situação em que ocorre (momento histórico-cultural), a quem se destina em determinada situação e o sentido a que se propõe. Desta forma, Paul Ricoeur (1988) contribui com uma teoria da interpretação, alicerçada na dialética entre explicação e compreensão.

A análise do discurso surgiu como um tipo de pesquisa qualitativa, principalmente na área da linguística, a partir do final da década de 60. Partiu do reconhecimento de que a linguagem não é um simples instrumento de comunicação ou de transmissão de informação, também servindo para expressar a subjetividade do falante. Chizzotti (2006, p. 120) pontua que esta metodologia realiza “[...] análise de um conjunto de ideias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar quando analisa um texto ou fala”.

Segundo Paul Ricoeur (1988), o discurso se revela na exteriorização da intenção de quem fala, residindo assim na própria enunciação e atribuindo-lhe a dimensão de “autorreferencial”. Este autor afirma que o discurso pode ser compreendido a partir de dois polos que o constituem: o discurso enquanto evento (acontecimento de linguagem) e o discurso enquanto significação (sentido da linguagem), sendo este último exposto à interpretação, na dialética da explicação/compreensão. Segundo o autor, a significação de um discurso.

Para tanto, o discurso se revela no que Paul Ricoeur (1988) denominou fases do discurso, a saber: **ato locucionário** (ato de dizer; expressão verbal), **ato ilocucionário** (aquilo que fazemos ao dizer; recursos não verbais que acompanham a fala) e **ato perlocucionário** (reflexo da linguagem no outro); estes, no entanto, prescindem ainda do **ato interlocucionário** (situação dialógica do discurso; pressupõe a interação entre locutor e ouvinte).

Nesse sentido, a análise do discurso na fenomenologia hermenêutica sustentada por Ricoeur (1973 apud RIBEIRO, 2002, p. 127) pressupõe a compreensão da dimensão linguística (sentido) e dimensão extralinguística (referência), partindo da análise gramatical da frase do locutor, perpassando pela análise semântica da fala, onde há atenção às funções da linguagem; “[...] e é a partir daqui que a linguagem [...] começa a requerer uma hermenêutica, isto é, uma interpretação com uma vertente explicativa, epistemológica, e uma vertente compreensiva, ontológica”.

Esta foi a fundamentação teórica do percurso metodológico empreendido para alcançar o objetivo geral da pesquisa: desvelar alguns elementos que integram os processos de subjetivação presentes no discurso de adolescentes barcarenos do gênero masculino em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Classificamos a pesquisa como qualitativa.

3.1 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Após aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará ICS/UFPA, Parecer nº 038/12, a pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), do município de Barcarena-PA, localizado na Rua Magalhães Barata, 3370, Bairro Betânia. CEP: 68445-000. Fone: (91) 3753-2523 – Barcarena-PA.

A escolha do local da coleta de dados, como abordado na introdução, deveu-se à facilidade de acesso à cidade e ao contato com os profissionais. Outra razão revelou-se no contato prévio com a instituição, onde foram esclarecidos detalhes sobre a pesquisa e seus objetivos. Foi assinada a Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas, quando a instituição demonstrou interesse na realização do estudo como forma de implementar as intervenções profissionais.

Como participantes da pesquisa, a previsão era entrevistar até 04 (quatro) adolescentes, do gênero masculino, com faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, que estivessem em cumprimento de medida socioeducativa de LA, no CREAS de Barcarena. Ao levar em consideração que a LA tem duração de pelo menos 06 (seis) meses,⁵¹ nossa intenção era selecionar 02 (dois) adolescentes que estivessem nos primeiros 03 (três) meses de cumprimento e 02 (dois) que estivessem no processo de encerramento. Considerávamos que dessa forma poderíamos ter um espectro amplo do discurso dos entrevistados, posto que estariam vivenciando momentos distintos no cumprimento da medida. Todavia, realizamos entrevistas com 03 (três) adolescentes por limitações presentes no campo de coleta dos dados empíricos, as quais serão posteriormente expostas.

A seleção foi iniciada pela pesquisa documental dos relatórios e documentos elaborados pelos profissionais do serviço de MSE do CREAS/Barcarena, como fichas de identificação, onde está descrita a sentença judicial e a medida socioeducativa, o tipo de ato infracional praticado e o histórico das infrações, dados gerais do adolescente e de seus familiares. Após a identificação, os informantes que atendiam aos critérios de inclusão na pesquisa foram contatados para realização das entrevistas. Posteriormente, o estudo foi explicado aos responsáveis legais e verificada disponibilidade de participação. Mediante aceite dos adolescentes e dos seus responsáveis, apresentamos o Termo de Consentimento

⁵¹ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 118, §2º: “A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor” (BRASIL, 1990).

Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi devidamente assinado tanto pelos informantes, quanto por seus familiares.

Como instrumento de coleta de dados empíricos, usamos a entrevista aberta, que foi aplicada individualmente e gravada em áudio. Este procedimento contou com questões norteadoras, partindo de temas gerais aos específicos de interesse para o estudo, dentre os quais: escola, amigos, comunidade, *hobbies*, história de vida, linguagem e violência psicológica, família, ato infracional, medida socioeducativa, Eu.

Cabe ressaltar que, a despeito dos cuidados quanto à realização da entrevista, privacidade dos informantes e, sobretudo, respeito ao sofrimento que porventura estivessem vivenciando, a pesquisa poderia evocar possíveis riscos de cunho emocional. Assim, a prevenção seria assegurada por intervenção psicoterapêutica realizada pela própria pesquisadora, que possui a qualificação e experiência profissional em psicologia clínica, ou por outro profissional que indicasse, sem ônus financeiro ao participante. O local seria a clínica-escola da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará.

3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e a discussão dos dados partiram do diálogo entre a realidade e a perspectiva da lógica compreensiva da hermenêutica proposta na Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur, dando especial ênfase à linguagem enquanto produção do discurso do sujeito sobre si e sobre a realidade que percebe. A pesquisa é caracterizada pela não preocupação com generalizações. Para facilitar as análises, usamos uma grelha criada por Pimentel (2011b)⁵².

A partir da Grelha Metodológica para Análise Fenomenológica do Discurso/Texto iniciamos a definição de linguagem enquanto unidade entre *langue* e *parole*.⁵³ A linguagem é o meio para alcançar a compreensão hermenêutica do discurso, do texto, do sentido particular de cada sujeito, dos significados gerais temáticos e dos processos psicológicos dos sujeitos. Para analisar os discursos dos informantes, a pesquisadora requer entender primeiramente o código da fala, ou seja, dominar a língua formal, e o estilo linguístico do(s) falante(s); em seguida, captar a mensagem. Realizar esta ação metodológica solicita fazer uma redução fenomenológica das referências que tem sobre o tema investigado, isto é, o conhecimento

⁵² “Grelha metodológica para análise fenomenológica do discurso/texto” Criação: Profa. Dra. Adelma Pimentel (2011b).

⁵³ Sentido denotativo: convencional; e sentido conotativo: sentido criativo.

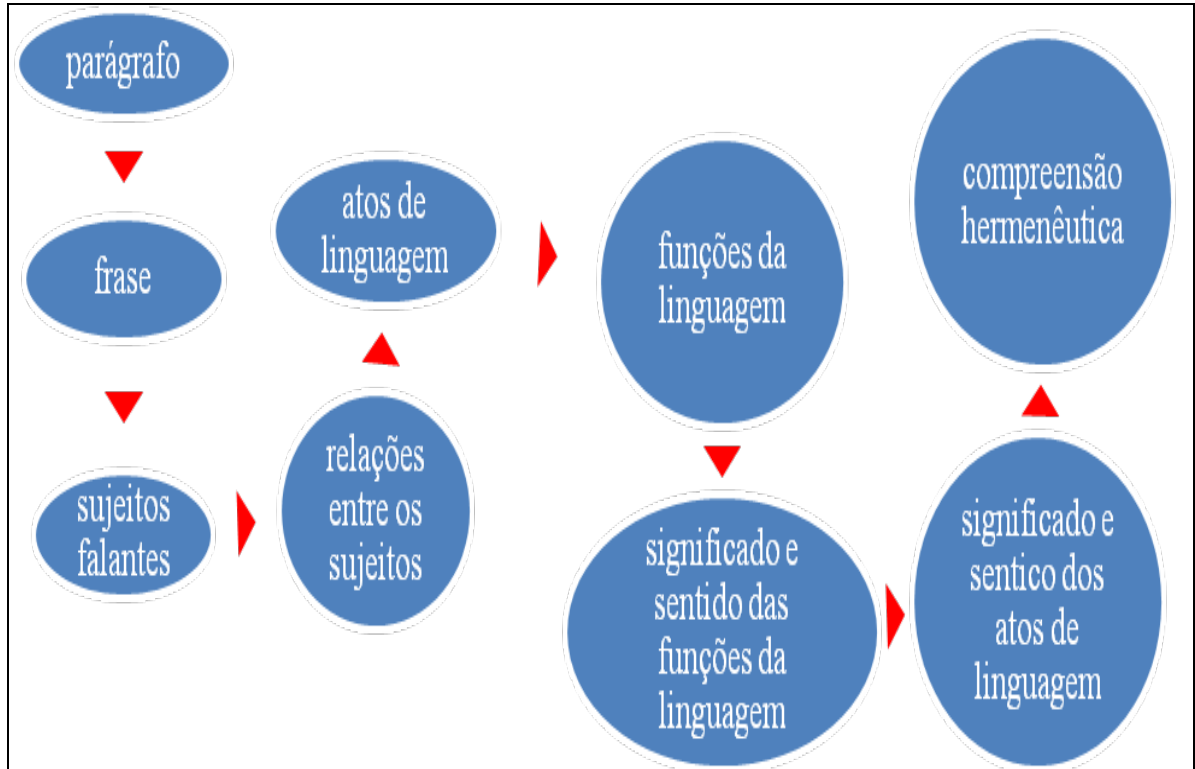
circundante no contexto, tanto do senso comum, como do científico (PIMENTEL, 2011b; RICOEUR, 1988; REIS; ROCHA, 2000).

Após a transcrição do discurso, surgiu o texto que foi o objeto das apreciações voltadas para a compreensão das coisas, pessoas e do cotidiano contextual em que elas habitam. Pragmaticamente, os elementos que foram identificados no texto são os atos e as funções da linguagem que permitem analisar a mensagem, o código, a comunicação e os agentes (PIMENTEL, 2011b; RICOEUR, 1988; REIS; ROCHA, 2000).

De acordo com a norma culta da língua portuguesa, existem 08 (oito) funções da linguagem. Entretanto, em nossa análise nos atemos unicamente à assimilação da função Expressiva ou Emotiva, em que o sujeito que se destaca é o EU. Nesta função, a linguagem usada é a primeira pessoa do singular. No parágrafo, pode ser encontrada em frases que denotem atitudes, emoções, ideias, marcas da subjetividade do emissor, nas interjeições e exclamações (GUITTET; AMADO, 1982).

As demais funções são: Conativa, em que o sujeito é o receptor: TU, ELA/E; a mensagem exerce uma ação sobre o receptor, por exemplo, pedido, ordens e injunções. A Referencial alude ao objeto/tema da mensagem. A Fática visa estabelecer ou manter a comunicação e se vale do uso de expressões para chamar a atenção do interlocutor; o conteúdo é menos importante que a relação. A Poética, onde há destaque para a mensagem. A Metalinguística explica o código usando o próprio código – ex. dicionário. E a Apelativa refere-se ao receptor; a mensagem é voltada à persuasão (GUITTET; AMADO, 1982).

Identificamos, também, os atos de linguagem que nos informam sobre os afetos, motivações e cognição. Estes são identificados nos gestos, nas mensagens, em toda expressão não verbal e estão relacionadas ao contexto: lugar e tempo. Consideramos três classificações dos atos de linguagem: **Locucionários** - coligar na mensagem os pedidos, as ordens e qualificar a mensagem e a intencionalidade interpretada; **Ilocucionários** - podem ser encontrados através da identificação na mensagem de efeitos no interlocutor das ordens, pedidos e injunções; **Perlocucionários** - podem ser localizados através da identificação de frases que denotem omissões, silêncios, risos, respiração (PIMENTEL, 2011b; RICOEUR, 1988; REIS; ROCHA, 2000). Assim, a análise do discurso/texto dos informantes, após a transcrição das entrevistas realizadas, seguiu um fluxo como descrito abaixo:



Quadro 01: Fluxograma da Compreensão dos Processos Subjetivos.
 Fonte: Pimentel (2011b).

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Chega estampado
 Manchete, retrato
 Com venda nos olhos
 Legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente
 Seu moço!
 Fazendo alvoroço demais.

(Chico Buarque – O meu guri)

4.1 APRESENTAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

Constam nos registros históricos que Barcarena começou a ser povoada por indígenas por volta do século XVIII. O nome ‘Barcarena’ foi originado da junção de duas palavras: ‘Arena’, nome de embarcação do local, e ‘Barca’, como era popularmente conhecida entre os moradores (PARÁ, 2011). Após a primeira povoação houve um intenso processo de mudança, advindo da implantação das empresas ALBRAS/ALUNORTE⁵⁴. Segundo Guinalz (2007), as significativas alterações no território do município ocorreram entre os anos de 1970 e 1980, quando se construíram as fábricas das empresas em Vila do Conde e a cidade planejada, chamada de Vila dos Cabanos, para se constituir local de residência dos funcionários e suas famílias. Estes acontecimentos estavam relacionados a fatores históricos, econômicos e políticos, constituídos a partir da descoberta de grande reserva de bauxita na Amazônia, principalmente comandada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o que colocou o Brasil na posição de terceiro maior detentor do minério.

Guinalz (2007, p. 43) aponta que as instalações das empresas no município faziam parte do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PND), ainda no governo militar no país, com objetivo de atrair investidores, culminando com a criação do Programa Grande Carajás (PGC). “O PGC foi de extrema importância na busca do governo militar em melhorar os níveis de exportação do alumínio, a partir de uma boa infraestrutura e de técnicas de exploração dos minérios disponíveis”.

⁵⁴ Guinalz (2007, p. 44) afirma que a ALBRAS é uma das empresas mais importantes de produção de alumínio primário da América Latina. “A produção da ALBRAS é complexa e está entre uma das etapas que fecha um ciclo que se denomina “ciclo do alumínio” [...] O ciclo se inicia através da extração da bauxita pela empresa Mineração Rio do Norte da ALBRAS e depois segue para a ALUNORTE, que produz a alumina. O ciclo finalmente se fecha quando a ALUNORTE remete a alumina para a ALBRAS processar a produção do alumínio primário (lingote primário), a matéria-prima para o setor automobilístico, eletrodoméstico e aeroespacial”. Estas empresas possuem capital multinacional.

Ao buscar analisar as relações de poder envolvidas na produção de territórios e territorialidades no município de Barcarena, a partir da instalação das empresas ALBRAS/ALUNORTE, Cunha e Silva (2007, p. 2) consideram que na implantação das empresas “[...] foi totalmente desconsiderado a dimensão do local e, conseqüentemente, o impacto sócio espacial que tal projeto de desenvolvimento geraria [...]”. Além disto, pontuam que o Estado, com discurso de industrializar o Brasil como sinônimo de desenvolvimento, produziu realidade contraditória, pois “[...] houve a fragmentação do sistema produtivo do alumínio e não a fragmentação do capital [...]”.

O intenso fluxo migratório e a necessidade de adequação do território para a produção das empresas provocou desapropriações apressadas de aproximadamente 516 famílias, as quais foram afastadas de suas atividades tradicionais. Deste total, apenas 14,26% foram alocadas no único assentamento previsto no Plano Urbanístico de Barcarena (PUB)⁵⁵. Ao mesmo tempo houve o surgimento de ocupações espontâneas ao longo das rodovias e formação de aglomerações urbanas, com condições precárias de habitação.

[...] na década de 1970, o município de Barcarena tinha apenas 17.695 habitantes, dos quais 87% eram famílias de pequenos produtores rurais. O município apresentava um déficit de infraestrutura de atendimento aos serviços básicos, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, portanto sem condições de atender as 60 mil pessoas que migraram para lá. No ano de 1991, Barcarena apresentava uma população de 45.946 habitantes, destes 47% estavam localizados na área urbana e 53% na área rural. Segundo dados preliminares do IBGE, em 2005 a população era de aproximadamente de 74.120, destes 43,9% residem na cidade e 56,1% na área rural. O interessante desses dados e que eles nos mostram que em quase quatro décadas o contingente populacional de Barcarena quadruplicou [...] (CUNHA; SILVA, 2007, p. 10).

Esses autores destacam ainda que o investimento em infraestrutura na cidade, bem como em políticas públicas setoriais, foi e é irrelevante frente à arrecadação das empresas presentes no município. Além disso, pouca mão de obra local é utilizada, exceto para serviços operacionais básicos e há pouca qualificação profissional local.

No período de 2002 a 2005 a receita municipal, segundo informações da secretaria do tesouro nacional, passou de R\$ 53.192.390,81 (Cinquenta e três milhões cento e cinquenta e dois mil trezentos e noventa reais e oitenta e um centavos) para R\$100.924.439,37 (Cem milhões novecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos), o demonstra que a expansão das atividades de beneficiamento mineral no município tem contribuído para o aumento das receitas locais. (BARROS, 2009, p.21).

⁵⁵ “O PUB é constituído de um levantamento socioeconômico e teve como objetivo antever as conseqüências geradas pela implantação do complexo de alumínio, e não só prever as conseqüências do projeto, mas também caracterizar a população da microrregião do Baixo Amazonas” (CUNHA; SILVA, 2007, p. 9).

Barros (2009, p. 25) descreve nos resultados de sua pesquisa que não havia prestação de contas públicas pela prefeitura e a cultura local estava pautada na indicação e no apadrinhamento na ocupação dos cargos municipais, garantindo assim o silêncio da população em relação ao gerenciamento político no município. Refere ainda que:

Na comparação entre o plano de governo aqui representado pelo plano plurianual e a execução realizada pelo executivo local, existe uma grande diferença. Estas diferenças são bastante substanciais, pois parece que o planejamento fiscal só existe para o cumprimento da exigência das instituições de controle e fiscalização, onde é visível a diferença entre o planejado e o executado.

Apreciamos os dados sobre o processo de ocupação do município de Barcarena, através das pesquisas anteriormente realizadas. São fundamentais para a compreensão da organização espacial, política e administrativa atual, bem como para o entendimento do desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao atendimento de adolescentes em situação de violação de direitos.

Ao ingressar no município em 2009, a partir de concurso público, percebi alterações na organização das instituições públicas locais e na gestão do Poder Público, especialmente na política pública de assistência social. Saliento a implantação de três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), implantação de Espaço de Acolhimento de Adultos (EAA), implementação do Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (EACA) e revitalização do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Todavia, entendo que ainda existem investimentos insuficientes na infraestrutura da cidade, entraves na articulação das políticas setoriais, como evidenciado em diagnóstico da rede de atendimento de crianças e adolescentes da cidade. Neste, financiado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e executado por pesquisadores externos, é possível perceber a predominância de alguns entraves no que se refere à articulação e o trabalho em rede.

[...] há ainda uma predominância com relação a compreender os problemas de uma determinada sociedade que naturalmente tendem a aparecer de forma isolada, o que dificulta seu enfrentamento. É muito comum olhar para o problema e acreditar que a responsabilidade de sua solução dependa de um só ator ou de um só órgão, como por exemplo, pensar o problema do ato infracional como sendo da exclusiva alçada da polícia e da justiça, esquecendo-se de seus vínculos com a educação, a saúde, a atenção à família entre outras áreas de igual importância (CRUZ et al, 2011, p. 68).

Esse dado corrobora com a percepção vivida na prática profissional. Entre os desafios com que deparava no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto estava o

parco suporte de políticas públicas de esporte, cultura, lazer e profissionalização no município. Esta realidade era pauta de amplas discussões internas provocadas tanto pela coordenação, quanto pela equipe de profissionais que atuava no serviço; assim como era tema de reuniões externas, envolvendo o juiz que atuava na cidade, promotores de justiça, defensores públicos e outros atores de instituições governamentais e não governamentais.

O CREAS de Barcarena foi inaugurado em 2007, funcionando com dois projetos: o “Reencontrar”, destinado ao acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes que vivenciassem situação de violência sexual (abuso e exploração sexual); e o “Semear”, destinado a adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto de LA e PSC. No ano seguinte foi acrescentado o projeto “Juçara”, responsável pelo atendimento de mulheres em situação de violência nas relações íntimas e/ou domésticas.

Ao ingressar no CREAS, constatei que a equipe profissional era diminuta: apenas uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga. O espaço físico era composto por uma sala de recepção, outra dividida entre coordenação e equipe multiprofissional (única climatizada); um cômodo chamado “pedagógico”, onde haviam objetos lúdicos destinados ao atendimento infantil; uma sala de atendimento para as demais demandas; e uma cozinha, onde tanto se providenciava a alimentação dos funcionários, como se realizavam reuniões em grupo com as pessoas atendidas nos projetos. Havia ainda um quintal amplo, mas aproveitado de modo insuficiente. Existia pouco planejamento das atividades desenvolvidas, sem banco de dados e indícios de dificuldade de articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A partir de julho de 2010 houve uma mudança significativa na coordenação e na equipe multiprofissional. O CREAS passou por um processo de intensa revitalização e reestruturação, desde o espaço físico, até os recursos humanos para formulação de fluxo de atendimento, rotina técnica, implementação dos instrumentais utilizados, elaboração de banco de dados e planejamento contínuo de atividades. Atualmente, o Centro, na avenida principal da sede do Município, funciona em um prédio alugado, contando com uma recepção, sala de acolhimento, sala da coordenação, duas salas técnicas - onde também são realizados atendimentos individualizados, uma cozinha, três banheiros, garagem e área externa, onde são exercidas atividades em grupo e atendimentos.

Com a nova estruturação os serviços foram readequados, contando o de Proteção a Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias (PSDI) e o de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), também denominado de MSE. Este propõe

atendimentos individualizados e grupais aos adolescentes em cumprimento das medidas de LA e/ou PSC. As intervenções possuem centralidade na família, visando seu fortalecimento e manutenção de vínculos. Atualmente, a equipe conta com uma psicóloga e um assistente social exclusivos; um advogado também atua nos demais serviços.

4.2 DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Efetivei 05 (cinco) visitas ao local da pesquisa. A primeira para articulação das entrevistas com a coordenadora e equipe, quando também houve levantamento prévio das pastas dos adolescentes acompanhados pelo serviço de MSE. Em seguida, concretizamos mais 03 (três) encontros, para entrevistar os informantes e finalizar a análise documental. Por fim, conversamos com a coordenadora para obter maior detalhamento do acompanhamento da medida de LA e estabelecer algumas reflexões críticas.

Apesar dos profissionais que atuam no serviço terem demonstrado total colaboração com a pesquisa, não foi possível realizar contato pessoal, pois residem em Belém e atuam em escala organizada pelo Centro mensalmente. Somente na primeira visita a psicóloga estava presente, contribuindo com o fornecendo de cópias dos instrumentais utilizados nos atendimentos e material contendo informações do Banco de Dados. Os demais contatos foram por telefone, quando os profissionais se disponibilizaram a agendar os contatos com os adolescentes e fornecer qualquer dado necessário.

As entrevistas aconteceram segundo os critérios de seleção dos informantes. Em fevereiro do corrente ano os técnicos de referência do serviço MSE apresentaram prontuários⁵⁶ dos adolescentes. Os profissionais selecionaram 03 (três) adolescentes e realizaram o contato telefônico para que comparecessem ao Centro no dia seguinte, acompanhados de seus responsáveis. Apenas 2 (dois) adolescentes estiveram presentes, entretanto 01 (um) não atendia aos critérios de corte. O segundo adolescente atendia a todos os critérios de inclusão, incluindo o aceite voluntário e o consentido de sua responsável. Estes receberam orientações quanto à pesquisa e assinaram os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A entrevista individual com o adolescente foi realizada na mesma manhã e gravada em áudio para posterior transcrição.

Em maio retomamos o contato com os profissionais do serviço de MSE, os quais informaram que havia apenas um adolescente que se encaixava em todos os critérios da

⁵⁶ Denominação utilizada para as pastas com documentos dos adolescentes.

pesquisa. A equipe novamente fez contato com o adolescente e sua responsável, agendando entrevista. Ambos compareceram e concordaram em participar, assinando TCLE. Procedemos a entrevista na mesma manhã, seguindo os mesmos moldes da anterior. Em junho, fui informada da entrada de novo socioeducando. No encontro comigo, aceitou contribuir com a pesquisa, assinando termo e autorizando a gravação. Este foi incluído na amostra conforme critério estabelecido como excepcionalidade no ECA⁵⁷.

Até o final de julho, período previamente determinado pelas pesquisadoras para coleta de dados, não havia sido acolhido nenhum adolescente para cumprimento de LA no serviço. Por este motivo, apesar da previsão de realizar 04 (quatro) entrevistas, efetuamos apenas 03 (três), o que não ocasiona nenhum prejuízo para a pesquisa, posto que qualitativa, não existindo limite mínimo de informantes (GONZÁLEZ REY, 2002).

A conversa com a coordenadora do CREAS não foi gravada, por não estar prevista como informante da pesquisa, apenas como dado completar. Há dois anos na gestão no Centro, avaliou avanços na estrutura física, mais acolhedora e adequada ao serviço; no aparelhamento, com salas de atendimento climatizadas e serviço de internet; no aumento e especialização da equipe; na constante avaliação e readequação do fluxo de atendimento interno, dos instrumentais utilizados nos atendimentos e do banco de dados.

Como entraves, a coordenadora destacou: a segurança, ainda inadequada ao público atendido; as atividades em grupo, principalmente no serviço de MSE, verificando a importância de explorar temas transversais, multidisciplinares e intersetoriais, proporcionar passeios externos e oficinas de geração de renda e de artes, como música, teatro e serigrafia; dificuldade de articulação com os CRAS.

Em relação ao acompanhamento de MSE, destacou que tem buscado novas parcerias para realização conjunta de ações nas escolas, voltadas à prevenção da prática de atos infracionais, bem como esclarecimento dos procedimentos que devem ser adotados quando identificada ação ilegal, contribuindo para desconstruir imaginário de impunidade. Avalia ainda que a escola tem falhado em muitos pontos, pois pouco tem contribuído para a emancipação dos adolescentes e incentivado à reflexão crítica, e que não há integração entre as políticas setoriais. Verbalizou que Barcarena ainda não discute medida socioeducativa e o adolescente acusado de prática de ato infracional de maneira integral, apontando a necessidade de ampliar o entendimento sobre os contextos familiares. Lembrou que,

⁵⁷ Parágrafo único, do art. 2º do ECA: “[...] Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (BRASIL, 1990). Segundo Liberati (2008, p. 116): “[...] O que importa é a data do fato; entretanto, o limite permitido pela lei para a aplicação de medida socioeducativa pela autoridade judiciária é de 21 anos”.

provavelmente, os pais/responsáveis vivenciaram a década de 80, quando foi maior o fluxo migratório, e não havia perspectiva de emprego ou moradia.

4.3 BREVE IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES

Como forma de garantir o sigilo dos adolescentes entrevistados, atendendo as prerrogativas da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, os identificaremos como **Pedro, João e Paulo**.

Pedro, o primeiro informante, possui 17 anos, cumpriu medida socioeducativa de Liberdade Assistida no CREAS/Barcarena, durante aproximadamente 8 (oito) meses. Os profissionais do serviço de MSE já haviam encaminhado o Relatório Psicossocial para o juiz, referente ao acompanhamento da medida socioeducativa, sugerindo o encerramento, no mês anterior à entrevista realizada. Havia participado de audiência coletiva simbólica de encerramento de medida, aguardando o envio da Sentença de Extinção - documento que oficialmente encerra o processo – do juizado ao CREAS⁵⁸.

João, o segundo informante, também possui 17 anos, cumpria as medidas socioeducativas de LA e PSC, como progressão da medida de Internação, há 06 meses. Estava previsto que o adolescente permanecesse mais três meses nos atendimentos sistemáticos no CREAS.

Paulo, o terceiro informante, tem 19 anos, cumpria medida de LA há menos de um mês. Estava previsto que seu cumprimento duraria pelo menos um ano, segundo sua sentença, devido progressão da medida de Internação.

Para cada adolescente que ingressa no serviço de MSE do CREAS/Barcarena, mediante ofício de encaminhamento do Juizado da Infância e Juventude do município, é criado um *prontuário*⁵⁹, onde estão os documentos referentes à medida a ser cumprida, dados de identificação individual e familiar, e registro de procedimentos técnicos realizados.

Em relação às cópias das sentenças enviadas pelo Juizado, presentes nas pastas dos informantes, examinei que o ato infracional praticado por **Pedro** estava tipificado como

⁵⁸ ECA, art. 118, §2º: “A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor”. A Lei nº 12.594/2012, a qual instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas, no art. 46, refere que: “A medida socioeducativa será declarada extinta: [...] II - pela realização de sua finalidade”.

⁵⁹ Aqui julgo pertinente comentário crítico a respeito da terminologia “Prontuário”. Esta palavra comumente é utilizada por profissionais da medicina em instituições de saúde como forma de designar as anotações a respeito dos pacientes, suas patologias, medicações e prognóstico, de maneira impessoal.

roubo, com fulcro no art. 157, §2º, I, do Código Penal Brasileiro⁶⁰. Descrevia que a situação ocorreu no dia 24/02/2011, da seguinte forma: “[...] simulando portar arma subtraíram, mediante grave ameaça, um celular”; indicando que estava acompanhado de outro adolescente. Além disto, continha a informação que o adolescente já havia cumprido medida socioeducativa de Internação Provisória.

Na cópia da sentença de **João**, a ação ilícita (roubo) estava fundamentada no art. 157, §2º I e II⁶¹ do Código Penal. Não existia referência detalhada da conduta, mas continha a ressalva de várias infrações imputadas ao adolescente e, por este motivo, respondia a outros processos. Sua sentença previa o cumprimento das medidas de PSC cumulada com LA, com destaque para necessidade de matrícula escolar.

Na pasta de **Paulo** observamos que o suposto envolvimento infracional estava caracterizado como homicídio, no art. 121, §2º II e IV⁶², do Código Penal. Não tinha detalhamento do ocorrido, fora o registro de cumprimento de medida de Internação, onde havia frequentado curso de informática e violão. Sua sentença era cumprir progressão de medida para LA, por período mínimo de 01 (um) ano.

Como forma de padronizar as informações das pastas os profissionais criaram instrumentais de coleta de dados pertinentes ao acompanhamento dos adolescentes, dentre os quais: “*Ficha de Acolhimento*”,⁶³ onde estão presentes dados de identificação geral do adolescente e sua família, informações quanto ao ingresso nos serviços socioassistenciais, documentação civil, situação socioeconômica e demanda de atendimento. É preenchido no primeiro dia em que o adolescente comparece ao Centro, necessariamente acompanhado de um responsável.

Nesse instrumental constava que o **Pedro** tinha cor parda e cursava a 6ª série do Ensino Fundamental. A situação socioeconômica da família narrada era que residiam em domicílio próprio, em Barcarena Sede, constituído de madeira e 01 (um) cômodo, com abastecimento de água de poço e energia elétrica. Morava com a mãe, a irmã de 15 (quinze)

⁶⁰ “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência: [...] §2º A pena aumenta-se de um terço até a metade: I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; [...]” (BRASIL, 2007).

⁶¹ “II – se há o concurso de duas ou mais pessoas; [...]” (BRASIL, 2007).

⁶² “Matar alguém [...] § 2º Se o homicídio é cometido: [...] II – Por motivo fútil; [...] IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recuso de dificulde ou torne impossível a defesa do ofendido” (BRASIL, 2007).

⁶³ O acolhimento é considerado uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), na gestão da “clínica ampliada”. O acolhimento, enquanto postura profissional, pode ser compreendido como: “[...] ato ou efeito de acolher expressa, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um “estar com” e “perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão.” (NEVES; ROLLO, 2006, p. 2).

anos e o padrasto, relatando ‘boa’⁶⁴ convivência familiar. Havia registro de que a genitora possuía Cadastro Único,⁶⁵ mas não recebia qualquer benefício de transferência de renda. A renda familiar informada era de R\$ 545,00 (salário mínimo vigente).

No mesmo instrumental, referente a **João**, relatava que tinha cor parda e havia interrompido os estudos na 4ª série do Ensino Fundamental. Morava com a companheira, de 22 (vinte e dois) anos e o filho dela, em domicílio próprio, de madeira, constituído de 02 (dois) cômodos, com abastecimento de água de poço e energia elétrica. Não recebiam benefício de transferência de renda. A genitora possuía Cadastro Único e recebia Bolsa Família no valor de R\$102,00. A mãe residia no mesmo bairro, em Barcarena Sede, com o seu companheiro e a irmã do adolescente de 14 (quatorze) anos. Não havia dados sobre a renda familiar, mas contava que a relação familiar era conflituosa entre mãe e filho, e que **João** não falava com seu pai.

Na ficha de acolhimento de **Paulo**, figurava que era negro, originário do Estado do Maranhão, e estava matriculado no 1º ano do Ensino Médio. A família, constituída de 06 (seis) irmãos, sendo 03 (três) homens e 03 (três) mulheres, havia morado em Parauapebas⁶⁶ por 08 (oito) anos. Filho caçula, atualmente residia em Barcarena, no bairro Laranjal, próximo de Vila dos Cabanos, em casa de alvenaria, com 06 (seis) cômodos, conjuntamente com a mãe e o padrasto, sem receber qualquer benefício de transferência de renda. A família era sustentada por salário mínimo atual, fruto de aposentadoria rural da mãe. Destacava-se que os vínculos familiares estavam preservados e fortalecidos e que o jovem começaria a trabalhar com carteira assinada em uma empresa prestadora de serviços para a ALBRAS/ALUNORTE.

Outro instrumental técnico consultado era denominado “*Entrevista Inicial do Socioeducando com o Técnico de Referência*”⁶⁷, utilizado no primeiro contato do socioeducando com o profissional que atua exclusivamente no serviço de MSE, com o objetivo de fornecer elementos que nortearão o cumprimento da medida.

⁶⁴ Saliento que a utilização de termos com significado valorativo pode ser entendido como preconceituoso, devendo ser evitado nas evoluções profissionais.

⁶⁵ O Cadastro Único constitui-se um instrumento de identificação e caracterização de famílias, possibilitando conhecimento de suas realidades socioeconômicas, caracterização dos seus domicílios, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Informações disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

⁶⁶ Município localizado no Sul do Estado do Pará.

⁶⁷ Sobre este instrumental, faço novo comentário crítico. Percebo que existe uma riqueza de informações presentes no documento. No entanto, avaliando a intervenção que efetuávamos no serviço, tais dados não eram cuidadosamente explorados, sendo seu preenchimento em diversos momentos meramente mecânico.

Esse informava que **Pedro** negava prática de ato infracional anterior e que a motivação para o envolvimento era conseguir dinheiro para ir a festas; não trabalhava e nunca havia frequentado curso profissionalizante, demonstrando interesse em informática e montagem; já tinha usado drogas lícitas (álcool/cigarro), nas festas de aparelhagem, considerando que as frequentando atualmente contribuía para utilização contínua; negou consumo de drogas na família; possuía carteira de identidade e certidão de nascimento; não tinha religião; praticava futebol na praça próximo da sua casa; relato de ‘boa’ convivência familiar e comunitária; negou ter sofrido qualquer tipo de violência no âmbito privado ou público; negou possuir arma de fogo, classificando como difícil adquirir; afirmou que possuía vida sexual ativa desde os 14 anos, iniciada com a namorada, com uso de preservativo (camisinha); negou Doença Sexualmente Transmissível (DST); e sobre projeto de vida, mencionou que gostaria de concluir os estudos e trabalhar.

No mesmo instrumental, **João** confirmou ter cometido ato infracional anterior, por porte ilegal de arma, quando cumpriu Internação Provisória no Centro de Internação do Adolescente Masculino (CIAM), localizado no bairro Sideral, na região metropolitana de Belém, por 36 dias. Foi sentenciado à Internação, onde permaneceu por dois meses, conseguindo a atual progressão para medida cumulada de PSC e LA.

Outros dados presentes: trabalhava como carregador de som de uma aparelhagem aos finais de semana, sem carteira assinada, e tinha interesse em curso de mecânica e soldador; possuía apenas a certidão de nascimento, como documentação civil; relatou uso de drogas lícitas (álcool e cigarro), iniciado na adolescência, atribuídos a amigos e curiosidade; afirmação de consumo de drogas lícitas e ilícitas na família extensa; identificação de práticas ilícitas e condenações judiciais na família extensa; possuía arma de fogo; havia presenciado situações de violência física na família (entre os genitores), na escola, na rua e na unidade de internação, e verbalizou ter sido vítima de espancamento quando apreendido pela polícia; registro de conflitos familiares; vinculação ‘positiva’ com vizinhos e amigos; início da vida sexual com 14 anos, utilizando preservativo (camisinha), destacando que atualmente não usa qualquer método de prevenção de DST’S, pela confiança na relação com a companheira.

Os últimos instrumentais analisados foram o “*Fluxo de Atendimento*”, as “*Fichas de Evolução*”⁶⁸ - que possuem finalidade de acesso rápido aos procedimentos profissionais elaborados com os adolescentes e para registro de cada atendimento, respectivamente; e o “*Plano Individual de Atendimento – PIA*”, que seria preenchido como função de planejamento

⁶⁸ Neste ponto, sinto novamente comparecer a linguagem médica no fazer dos profissionais que atuam no CREAS Barcarena.

de ações concretas, contendo a realidade ao iniciar a medida, no que se refere as dimensões dos direitos previstos no ECA, e metas quantitativas e qualitativas que se deveria alcançar. Este último só apareceu preenchido na pasta de **João**, de maneira incompleta, já contemplado nas descrições dos outros instrumentos. Identificamos que os encaminhamentos adotados pelos profissionais no seu acompanhamento estavam relacionados com as metas estabelecidas entre o adolescente e a equipe.

A partir desses instrumentais observamos que o cumprimento da medida socioeducativa de LA de **Pedro** foi constituída das seguintes atividades e procedimentos: acolhimento/entrevista (técnico de referência); atividade em grupo; encaminhamentos (matrícula escolar, atendimento psicológico na saúde para a mãe e serviço de saúde para orientações DST/AIDS); 04 (quatro) atendimentos sociais individuais com o adolescente; 02 (dois) atendimentos psicológicos conjunto, adolescente e mãe; 01 (um) atendimento psicológico individual com a mãe; 01 (um) atendimento psicológico individual com o adolescente; 02 (duas) visitas institucionais (inserção em curso informática e seleção/capacitação de orientador); 03 (três) visitas domiciliares (acompanhamento de medida); e elaboração de relatório psicossocial sugerindo encerramento de medida.

No acompanhamento de **João**, até aquele momento, havia contado com: acolhimento/entrevista (técnico de referência); preenchimento do PIA; envio do PIA ao juizado; encaminhamentos (Núcleo de Atenção ao Cidadão (NACI) para retirada de documentos civis à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para inclusão escolar, Programa “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha vida”; Centro de Cuidado ao Dependente Químico (CCDQ), Hospital Materno-Infantil para atendimento com clínico geral do adolescente, Conselho Tutelar de Barcarena Sede para execução da PSC; 10 (dez) atendimentos sociais, envolvendo o adolescente, a companheira e a genitora, individuais e em conjunto; 02 (dois) atendimentos psicológicos, envolvendo o adolescente e sua genitora, individuais e em grupo, com uma falta do adolescente; e visitas institucionais (SEMED, NACI e Conselho Tutelar).

Na pasta de **Paulo** havia descrição apenas do acolhimento e da entrevista (técnico de referência), talvez pelo pouco tempo de permanência.

4.4 OS DISCURSOS DE PEDRO, JOÃO E PAULO

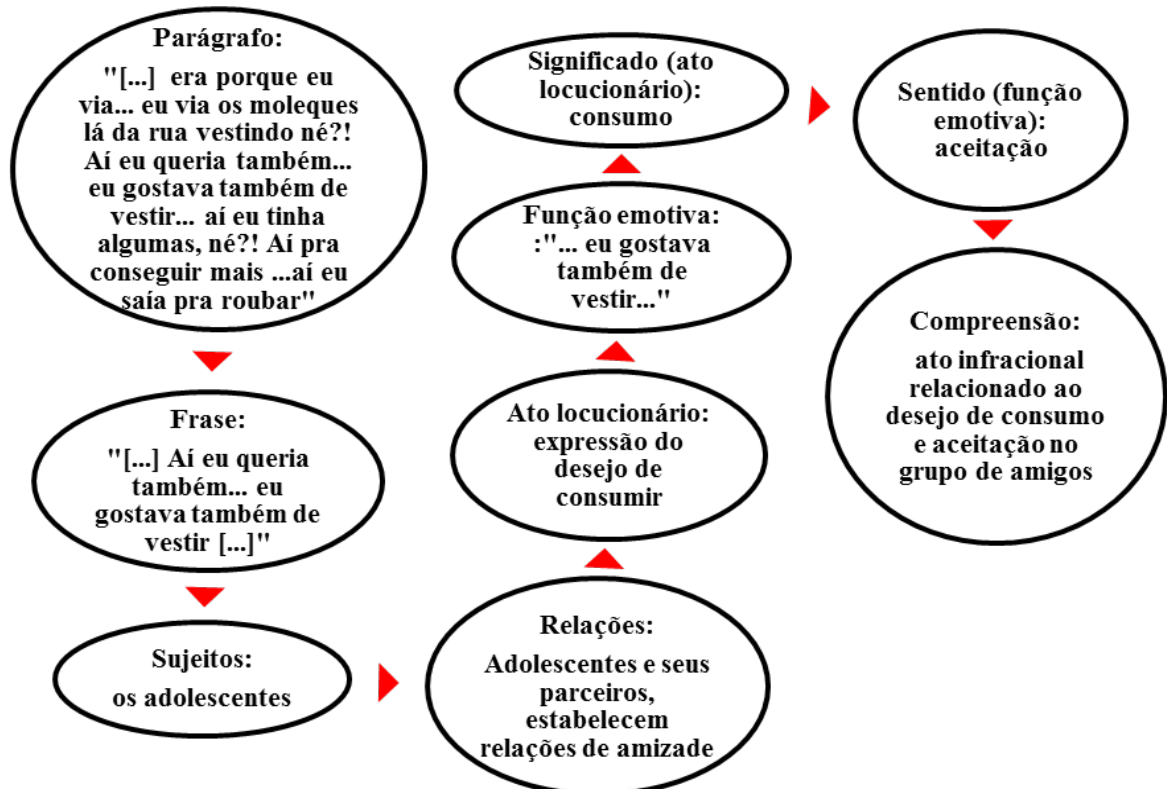
Após transcrever as entrevistas realizadas com **Pedro, João e Paulo** os discursos constituíram-se em texto, sistematizados de acordo com o modelo de Fluxograma elaborado

por Pimentel (2011b), conforme ilustrado no percurso teórico-metodológico. A seguir apresentaremos os resultados, na formatação de fluxos da compreensão fenomenológica hermenêutica, em conjunto com considerações iniciais dos dados, dialogando constantemente com as literaturas consultadas durante a realização da pesquisa.

4.4.1 Elementos do processo de subjetivação

Sobre o processo de subjetivação dos informantes, levando em consideração excertos dos discursos produzidos, selecionamos a significação de dois momentos para nossa análise e discussão: a *motivação* descrita para o envolvimento em situações de ilegalidade e a *reiteração* na prática de atos infracionais.

Sobre o primeiro assunto, **Pedro** comenta querer dinheiro para ir a festas e para comprar roupa: “[...] aí a mãe não tinha... o único jeito era esse [...] ai eu saía de casa, ia lá pra rua lá [...]”. Referindo-se a roupas de marcas famosas no mercado: “[...] era porque eu via... eu via os moleques lá da rua vestindo, né?! Aí eu queria também... eu gostava também de vestir... aí eu tinha algumas, né?! Aí pra conseguir mais ... aí eu saía pra roubar”. No quadro 02 apresentamos o fluxo da compreensão deste trecho.



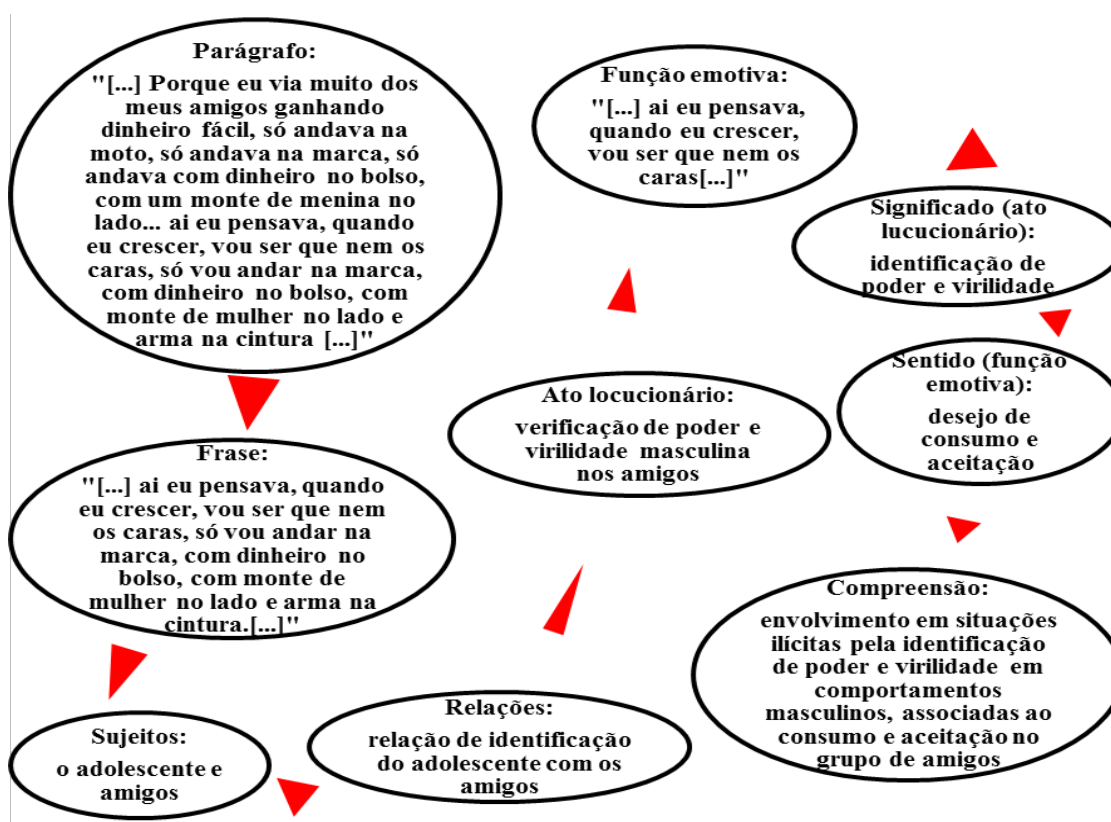
Quadro 02: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação **Pedro**.
Fonte: Elaborado pela autora.

O entendimento do discurso de **Pedro**, no quadro 02, permitiu a compreensão de que o seu envolvimento com a prática de roubos estava relacionado ao desejo de consumo de roupas de marcas famosas e aceitação de seus pares, amigos da rua onde mora. Sugerimos que nas suas amizades a maneira de se vestir é um fator importante para o reconhecimento e integração grupal.

Demonstra que a valorização do consumo de roupas para identificação no grupo de amigos está presente na configuração de suas relações na comunidade, portanto, no entendimento gestáltico, a partir da conceituação de campo relacional, influenciando no seu comportamento social e formação de identidade adolescente singular (AGUIAR, 2005; LIRA, 2010; YONTEF; 1998).

Esses elementos também foram figurados para o ingresso na prática de ato infracional na fala de **João**, quando perguntei sobre o que considerava ter sido o motivo para a primeira ação ilegal:

[...] amizade. Porque eu via muito dos meus amigos ganhando dinheiro fácil, só andava na moto, só andava na marca, só andava com dinheiro no bolso, com um monte de menina no lado... ai eu pensava, quando eu crescer, vou ser que nem os caras, só vou andar na marca, com dinheiro no bolso, com monte de mulher no lado e arma na cintura. Pronto! Fui crescendo no meio deles. Eu era aviãozinho, eu era molequinho, eu ia comprar drogas, eu ia comprar isso e aquilo pros cara, via uns cara com dinheiro no bolso. Ai eu pensava: quando eu crescer vou ser assim mesmo. Ai pronto! [...].



Quadro 03: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação **João**.

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do discurso de **João**, no quadro 03, denota ser possível, afora os elementos do processo de subjetivação já delineados, acrescentarmos registro de traços do pensamento de masculinidade modernos, relacionados aos atributos de poder e de virilidade. Percebemos que a identificação de **João** é relativa a amigos do gênero masculino e que o nexo estabelecido era com a exibição de objetos, como roupa de marca, moto e dinheiro, e com as figuras femininas.

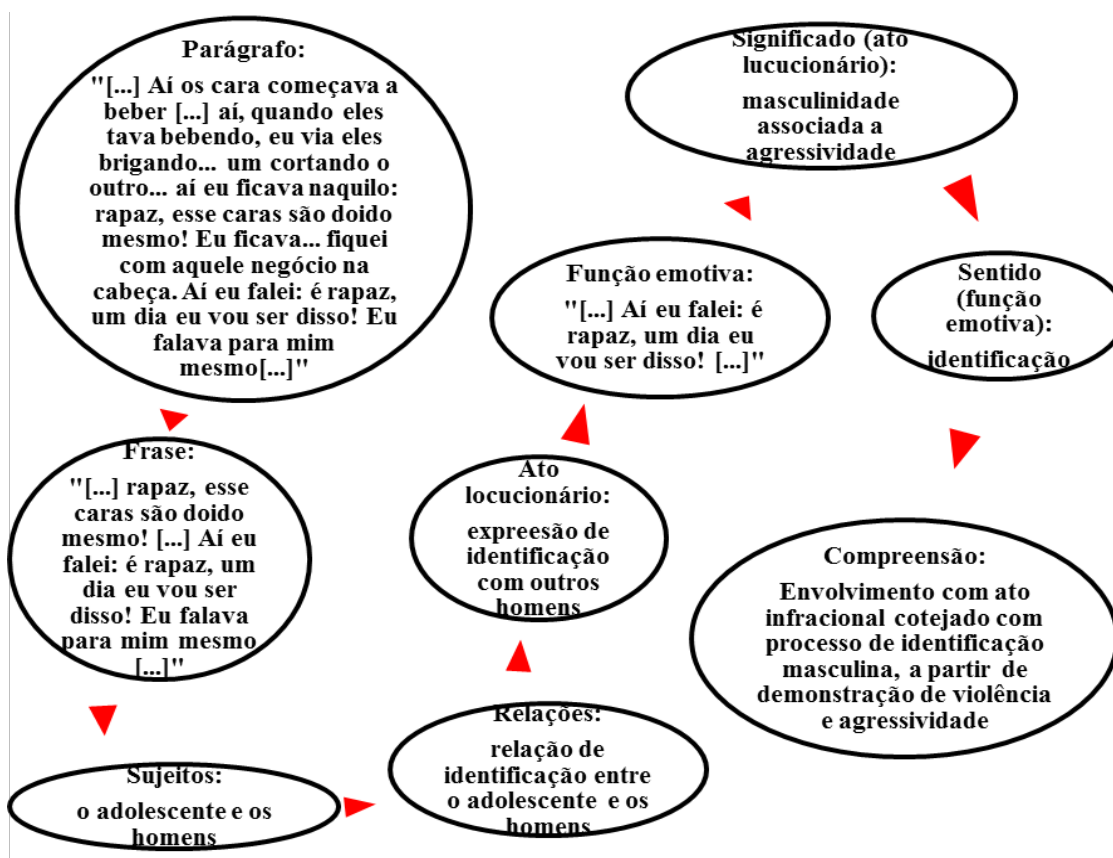
Supomos que no contexto grupal do segundo informante a aceitação e o reconhecimento do poder de consumo estavam baseados em atributos cristalizados como masculinos, a saber, a exibição de virilidade nas relações afetivas/sexuais adjetivada enquanto prova de poder, como comentada por autores consultados (BOURDIEU, 2010; LYRA et al, 2005). Estes aspectos demonstram compor a contextualização intersubjetiva de **João** (RICOEUR, 1988; RIBEIRO, 2002).

É valioso observar que na continuação da exposição o adolescente ainda esboça uma rápida descrição de sua entrada no tráfico de drogas, iniciando com a prestação de pequenos favores aos traficantes, ainda na infância, depois agindo como ‘aviãozinho’ – função caracterizada como atravessador da droga entre o traficante e o usuário –, até chegar ao comando da ação. Em outro momento da entrevista, **João** explicita que esteve três anos consecutivos no tráfico e que era muito rentável, em função da quantidade de pessoas que utilizam drogas em Barcarena, ultrapassando gerações em uma família. A rentabilidade do ‘trabalho’, como denomina, permitia amplo poder de consumo e manutenção da sua casa.

Essas informações refletem a carente atenção quanto à organização do tráfico e o suporte da rede de atendimento a esta demanda no município de Barcarena. É mister ações integradas de prevenção na infância, envolvendo escolas, CRAS e organizações não governamentais, como desenhado nos ordenamentos jurídicos e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). De maneira semelhante, conclama para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao adolescente em cumprimento de medida, eventual usuário de drogas ou dependente químico (BRASIL, 1990; 2005; 2006; 2011a; 2012).

A identificação de atributos masculinos, adotados como justificativas para ingresso em práticas infracionais, comparece de maneira similar no transcurso de **Paulo** neste fragmento:

[...] eu comecei quando eu era... é quando eu já tinha morado lá... quando eu já tinha morado lá, passei quase seis anos lá. Aí eu morava num bairro, esse bairro era o N. V. Esse bairro era perigoso. Aí nós tinha um comércio lá. Aí os cara começava a beber. A própria galera lá começava a beber. A aí, quando eles tava bebendo, eu via eles brigando... um cortando o outro... aí eu ficava naquilo: rapaz, esse caras são doido mesmo! Eu ficava... fiquei com aquele negócio na cabeça. Aí eu falei: é rapaz, um dia eu vou ser disso! Eu falava para mim mesmo [...].

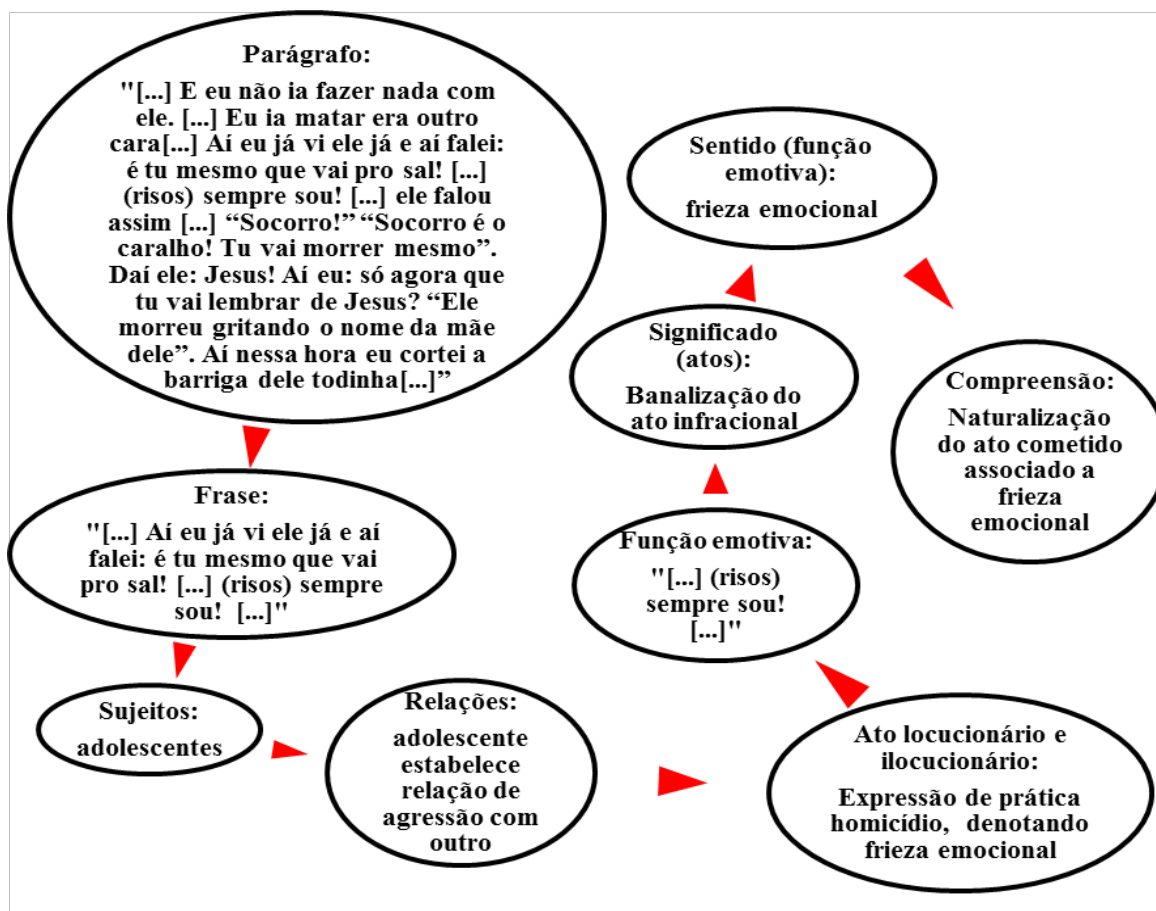


Quadro 04: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação **Paulo**.
Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos, no quadro 04, que possivelmente **Paulo** percebe influências, no comportamento agressivo e violento, dos homens que frequentavam o bar da família, como modelos que posteriormente foram adotados, condizentes com o princípio de condutas ilícitas. Novamente estas idiosincrasias comparecem nas classificações masculinas advindas da modernidade descritas por Lyra *et al* (2005) e Bourdieu (2010); e lógicas concorrentes na atualidade, comunicadas por Roman (2009).

Outro elemento é evocado na explanação de **Paulo** neste ponto:

[...] E eu não ia fazer nada com ele. Eu ia fazer com outro cara. Eu ia matar era outro cara. Não era nem ele. Ai eu já vi ele já e aí falei: é tu mesmo que vai pro sal! Ai ele falou pra mim: égua N., não quero nada contigo e tal! Bora esquecer essa parada! [...] Ai ele: não e tal, eu quero esquecer. Pois faz o seguinte, tu vai esquecer essa parada bem aqui. Cabou aqui! [...] Eu tava falando... é... tipo pra ele ver se juntava o quebra-cabeça [...] (risos) sempre sou! [...] ele falou assim [...] “Socorro!” “Socorro é o caralho! Tu vai morrer mesmo”. Daí ele: Jesus! Ai eu: só agora que tu vai lembrar de Jesus? “Ele morreu gritando o nome da mãe dele”. Ai nessa hora eu cortei a barriga dele todinha. Tirei a tripa dele e tudo. Cortei aquele bofe velho dele todinho [...].



Quadro 05: Elementos do Processo de Subjetivação – Motivação **Paulo** - 2.

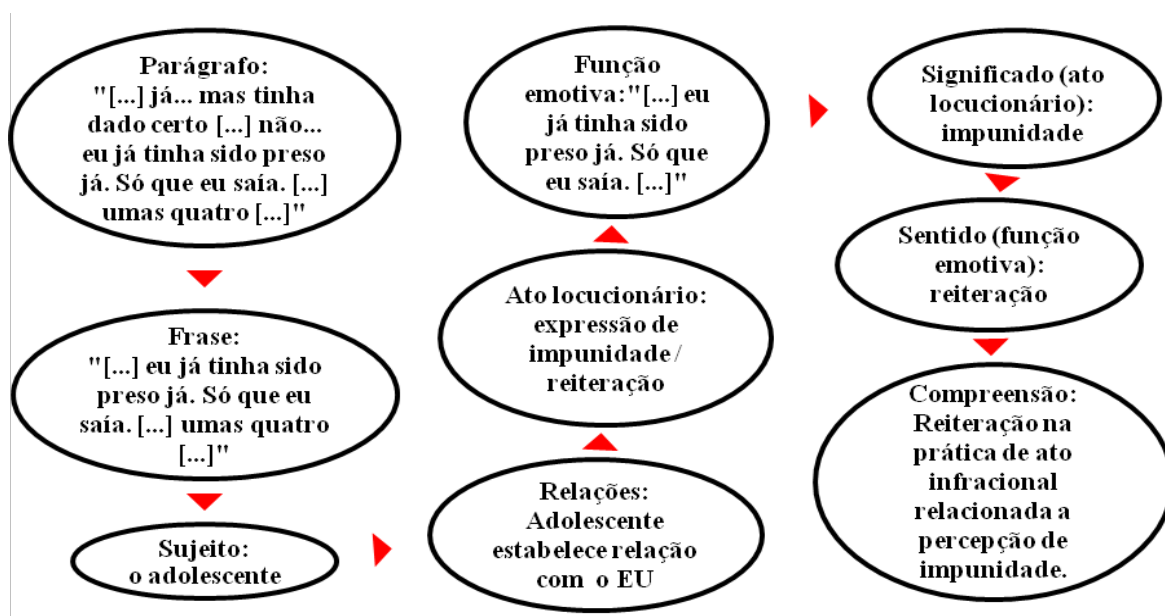
Fonte: Elaborado pela autora.

É possível apreender que o processo de naturalização da violência na vivência de **Paulo** interfira, em conjunto com múltiplos fatores, na configuração de comportamentos agressivos, como no homicídio de outro rapaz. Ao recontar os fatos o adolescente demonstra banalizar a situação, gesticulando para mostrar o corte feito, e ao não expressar de maneira verbal ou não verbal sentimento de arrependimento. No quadro 05 compreendemos que há forte indicativo de que este adolescente tem dificuldade de reconhecer a validade da vida de outrem e tratá-lo com desvelo, quando se sente ameaçado ou desafiado, segundo pensamento gestáltico, ao articular sua existência no diálogo com o mundo e com o outro (PIMENTEL, 2011b).

A naturalização da violência no relato de **Paulo** também é expressa de forma verbal e quando sorri, ao questioná-lo se o fato de ‘avisar’ que mataria o adolescente de maneira dúbia não conferia frieza emocional. O informante apresentou, neste fragmento do discurso, a naturalização com que decidia matar alguém, com requintes de crueldade, inclusive travando diálogo com a vítima na hora de desferir os golpes à faca.

Não percebi, neste momento do nosso encontro, qualquer indicativo de remorso ou arrependimento. Notei que o tempo presente utilizado na confirmação da percepção da frieza emocional na ação contada pode indicar a possibilidade de reiteração no ato infracional. No entanto, nesta pesquisa não cabe qualquer conclusão que se pretenda verdadeira ou inquestionável, tampouco conferir diagnóstico psicopatológico do adolescente. Ao mesmo tempo refletimos, na ótica gestáltica, que este relato significa um momento na vida do informante, não uma característica imutável de sua singularidade (FLORES; PIMENTEL, 2011; PIMENTEL, 2007).

A respeito da segunda significação escolhida, a de *reiteração*, no momento em que **Pedro** mencionou que não era a primeira vez que se envolvia em situação ilegal, destacou: “[...] já... mas tinha dado certo [...] não... eu já tinha sido preso já. Só que eu saía. [...] umas quatro”. No quadro 06 há a análise fenomenológica desta passagem.



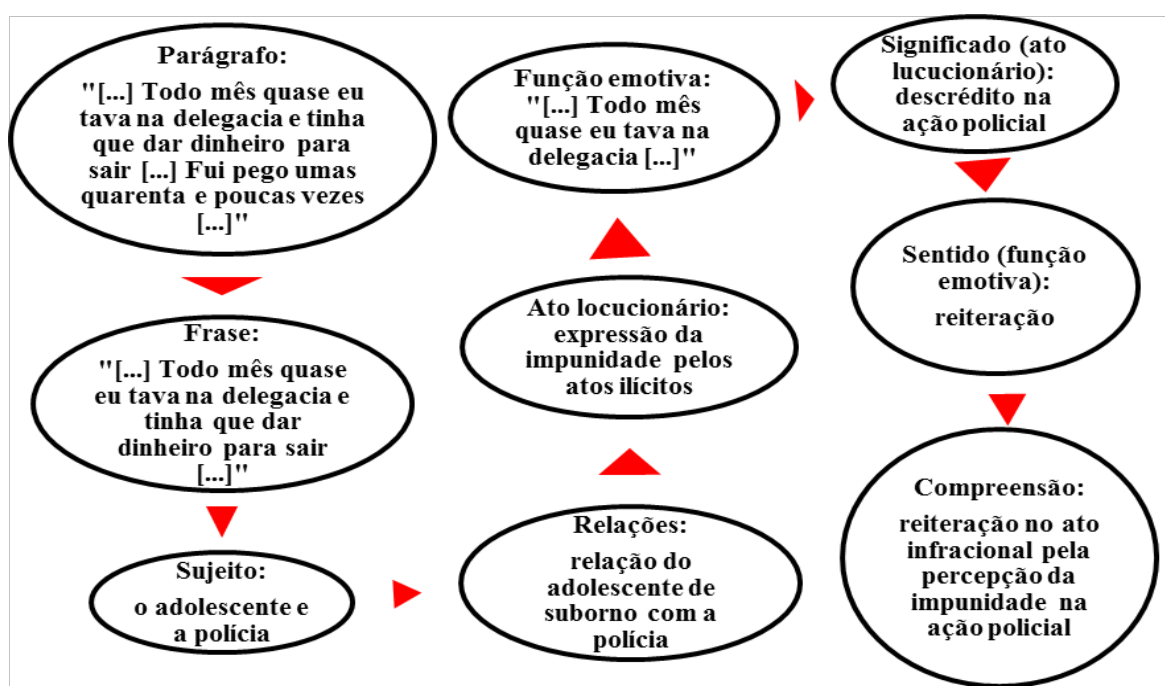
Quadro 06: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração **Pedro**.
Fonte: Elaborado pela autora.

O discurso de **Pedro** apresentado no quadro 06 sugere que a perpetuação de comportamentos furtivos poderia estar concatenada com a percepção de impunidade no fato de ser preso e liberado, por pelo menos quatro vezes. Este relato permite a suposição que, nas apreensões anteriores a que culminou no cumprimento da medida de LA, não era realizado todo o procedimento de apuração do ato infracional, como determinado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo o adolescente liberado. Porém, não é possível ter certeza, pois para ser realizado o procedimento de apuração é necessária denúncia ou

flagrante da ação delituosa (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008). Estes dados não foram explicitados pelo informante.

A percepção de impunidade conectada a reiteração na execução de ações proibidas pela lei penal brasileira sobressai, igualmente, no intervalo do discurso de **João**:

[...] Todo mês quase eu tava na delegacia e tinha que dar dinheiro para sair... polícia me pegava e tinha que dar dinheiro pra sair [...] Fui pego umas quarenta e poucas vezes [...] A parada é a seguinte: se tu tiver com dinheiro, tu tá com largura. A polícia te pega, aí tu dá cinquenta, cem e eles te liberam na mesma hora. [...] Não interessa. Pagou tá liberado. Eles logo perguntam: “cadê o dinheiro, tem? Quanto é que tu tem? Eu tenho tanto? Então me dá e vai te embora [...].

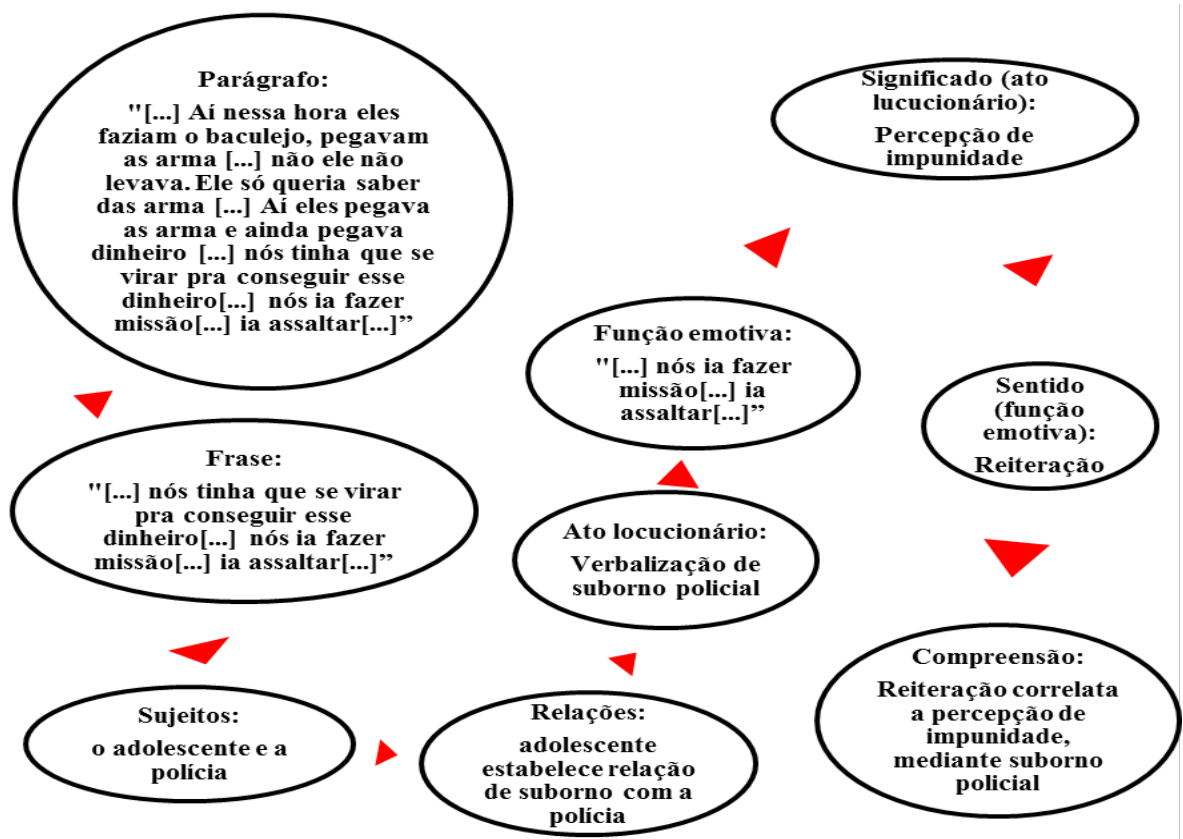


Quadro 07: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração **João**.
Fonte: Elaborado pela autora.

No momento da entrevista destacado no quadro 07 é possível conceber que **João** não qualificava a ação policial como coercitiva e inibitória para repetição de condutas extralegais, informando que foi apreendido, sem qualquer consequência legal, por mais de quarenta vezes. Mesmo que este número seja fictício, não diminui a formação da ideia de ineficiência na ação policial. Mais grave é verificar o acréscimo do suborno na relação entre o adolescente e a polícia. Esta realidade de suborno é comentada por Roman (2009); podendo traduzir mais uma manifestação da fragilidade dos referenciais éticos nas instituições legitimadas socialmente no Brasil, a exemplo da ação de políticos corruptos elencada por Vivarta *et al* (2004).

Na manifestação de **Paulo**, a reiteração é desvelada no seguinte trecho:

[...] Aí nessa hora eles faziam o baculejo, pegavam as arma... e só recolhia só as arma [...] não ele não levava. Ele só queria saber das arma. Porque eles falavam assim... porque tirando as arma da nossa circulação, aí já acalmava mais. Aí eles pegava as arma e ainda pegava dinheiro. Daí ele dizia: olha tal dia eu quero que vocês dê 5 mil para nós aí. Cara, 5 mil é muito dinheiro, rapá! Num sei, te vira. Amanhã eu venho buscar. [...] Nós tinha que se virar pra conseguir esse dinheiro, porque se não conseguisse... [...] aí no dia seguinte nós ia fazer missão. A gente chamava de missão [...] ia assaltar [...].



Quadro 08: Elementos do Processo de Subjetivação – Reiteração **Paulo**.

Fonte: Elaborado pela autora.

Paulo demonstra ter continuado a agir de forma ilegítima, do ponto de vista da lei penal, em função de correlacionar a ação policial de abordá-lo somente com o objetivo de obter armas e dinheiro. Além disto, afirma que se sentia impelido pelos policiais às ações ilícitas para saldar dívidas de suborno. Este dado sugere novamente uma relação totalmente contraditória entre o adolescente e a polícia, pois esta seria responsável por coibir condutas ilícitas, não incentivar a ocorrência de novas situações. Este fato é discutido por Roman (2009).

Vale ressaltar: os três afirmaram que a única vez que foram apreendidos e concretizados os procedimentos de apuração do ato infracional resultou na medida que

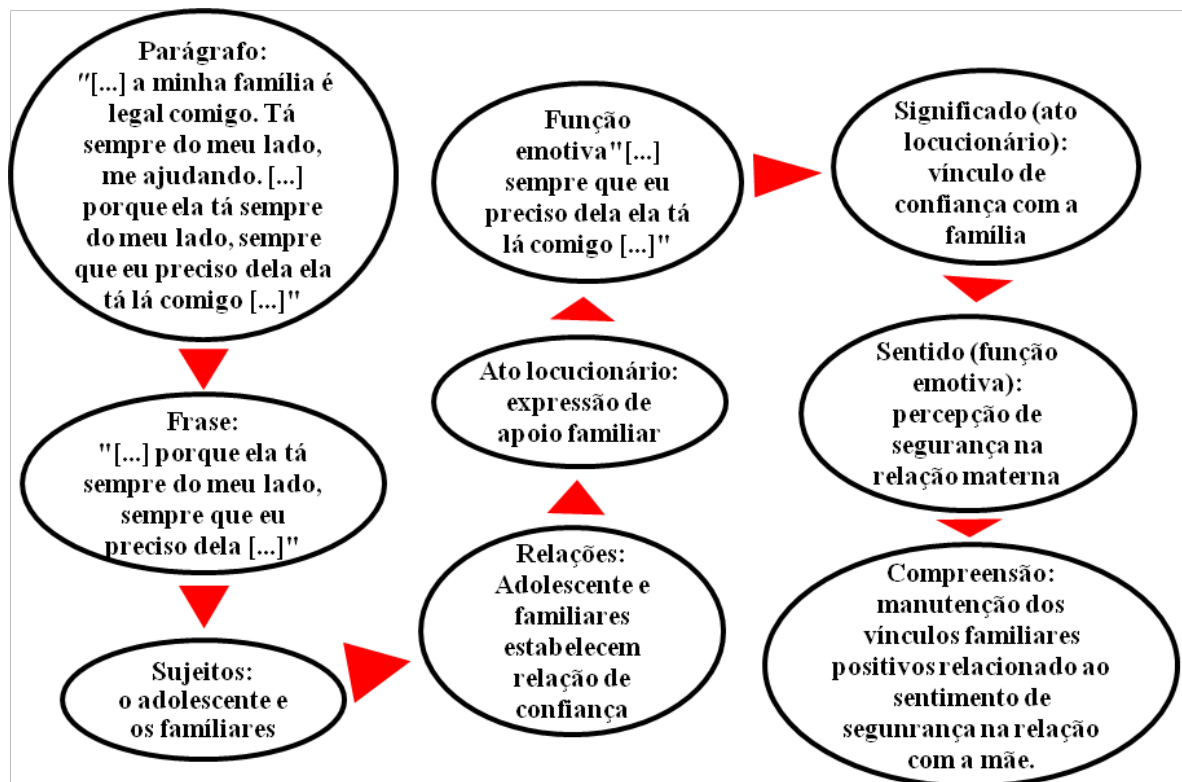
estavam cumprindo, no caso de **João e Paulo**, ou recentemente finalizado, como na situação de **Pedro**.

4.4.2 Referências familiares e suportes emocionais

Para discutir as referências familiares citadas no decurso das análises das transcrições da coleta de dados, iniciamos com as significações de *referências afetivas* valoradas pelos informantes e após, com os relatos de *conflitos familiares*.

Ao descrever a família, **Pedro** afirma:

[...] a minha família é legal comigo. Tá sempre do meu lado, me ajudando”. Contou que morava com a mãe e irmã mais nova (15 anos), mas no mesmo terreno residiam parte da família extensa: “[...] quem mora lá é minha avó, o meu avô, sobrinhos, quatro tias minhas que moram lá. Mas tem mais uma tia que mora pra I. que ela gosta muito de mim ela”; detalhando a relação com a mãe: “[...] porque ela tá sempre do meu lado, sempre que eu preciso dela ela tá lá comigo... Isso é um apoio, né?! Dela [...].



Quadro 09: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva **Pedro**.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise fenomenológica hermenêutica, no quadro 09, assumimos que há indicativos de que a manutenção dos vínculos positivos com os membros familiares, baseados

em sentimentos de confiança e apoio, esteja associada à relação com a genitora. Na fala de **Pedro** foi possível notar que a mãe é sua referência afetiva de segurança, pois esteve presente nos momentos mais difíceis de sua vida, o que não significa que o apoiasse na conduta infracional ou não estabelecesse regras e limites.

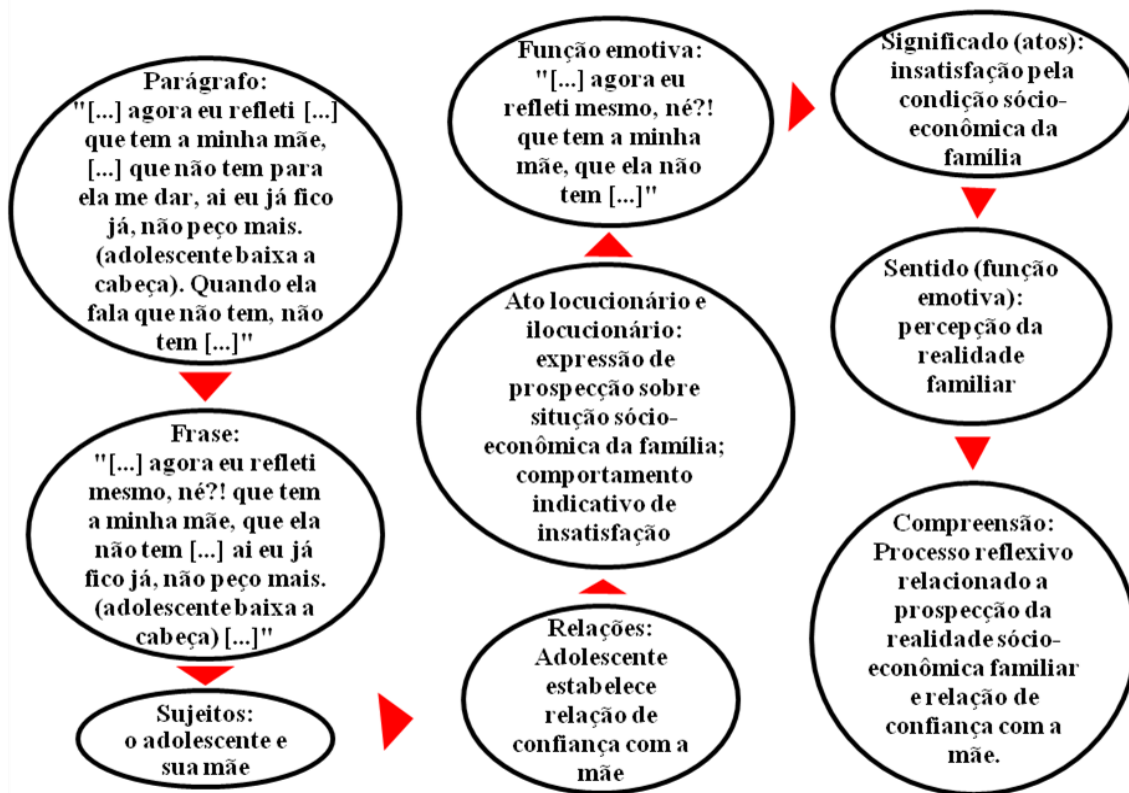
Esse entendimento possível favorece o destaque da família como um contexto significativo para o bem-estar do adolescente, como abordado por Aguiar (2005). Da mesma forma, dialoga com a afirmação de Pimentel (2008b) de que, quando a família cumpre o seu papel de confirmação, gera uma percepção de campo positiva, deixando o adolescente seguro para buscar a satisfação de suas necessidades, amadurecimento emocional e físico. Justifica ainda a proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de estabelecer como diretriz dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a centralidade no acompanhamento familiar (BRASIL, 2005).

A referência afetiva materna é repetida por **Pedro** em outro momento, ao dispor sobre as condições socioeconômicas da mãe e o seu desejo de consumir roupas de marca que permanecia frequente:

[...] agora eu refleti mesmo, né?! que tem a minha mãe, que ela não tem, que não tem para ela me dar, ai eu já fico já, não peço mais. (adolescente baixa a cabeça). Quando ela fala que não tem, não tem, ai eu fico lá em casa, às vezes eu saio lá pra praça pra jogar futebol, só isso... toda tarde eu jogo futebol lá na praça [...].

No quadro 10 sugerimos que **Pedro** verbalizasse que conseguiu refletir sobre a condição socioeconômica da sua mãe, após o cumprimento da medida de LA, possivelmente pela relação de confiança estabelecida. Apesar de afirmar que permanece com desejo de obter roupas de marca, não entra em conflito com sua mãe, nem se envolve em ato infracional, provavelmente influenciado pelo desejo de manutenção do vínculo positivo com a genitora.

Novamente consideramos possível que, pela percepção positiva do campo de relação com a mãe, houve a possibilidade de **Pedro** se sentir mais seguro para buscar formas criativas de satisfazer suas necessidades, como identificamos na continuação do discurso, ao referir-se que desloca a energia para exercício de atividade de esporte e lazer na comunidade (futebol), estabelecendo elos de sentido com Pimentel (2008b) e Aguiar (2005).



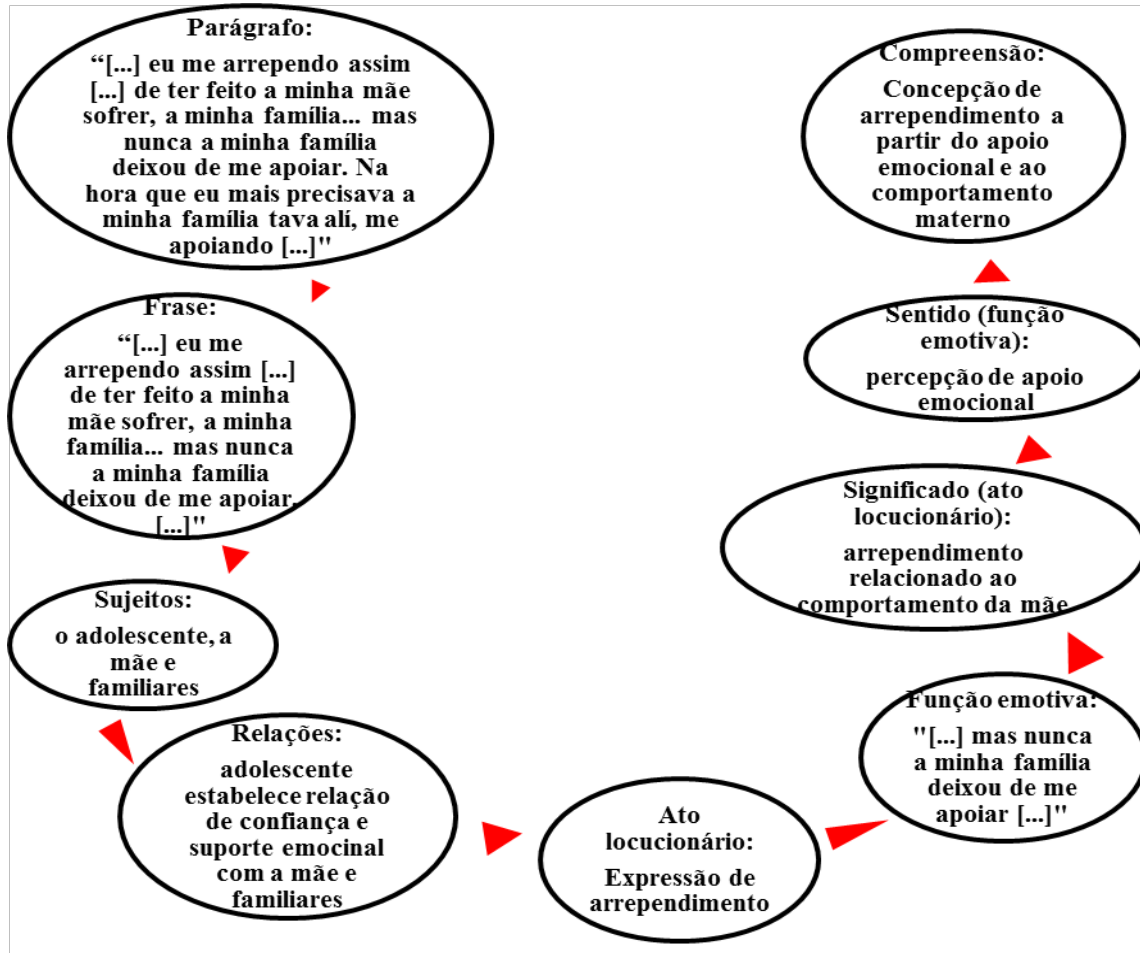
Quadro 10: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva **Pedro - 2**.
Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto, pontuamos que o adolescente situou seu processo reflexivo no período de cumprimento da medida, o que também sugere que o acompanhamento dos profissionais pode ter facilitado a reconfiguração das relações familiares e a percepção de responsabilização.

Paulo também citou a referência afetiva materna:

[...] me arrependo. Ixi! Todos os dias [...] eu me arrependo, assim, por causa dessas coisas. Entende? De ter feito a minha mãe sofrer, a minha família... mas nunca a minha família deixou de me apoiar. Na hora que eu mais precisava a minha família tava ali, me apoiando [...] minha família me apoiou, me incentivou pra mim melhorar, tá me incentivando pra mim melhorar e eu tô melhorando. Minha família mesmo tá vendo minha mudança [...].

No trecho exposto no quadro 11 percebemos que o sentimento de arrependimento está mediado pela relação materna e familiar, como expressão de suporte e apoio materno. **Paulo** sugere que a reflexão pelos atos infracionais praticados só foi possível com a visualização do sofrimento materno e familiar. Deixa claro que a família o validou e incentivou em todos os momentos, apesar da gravidade das ações ilícitas desempenhadas.



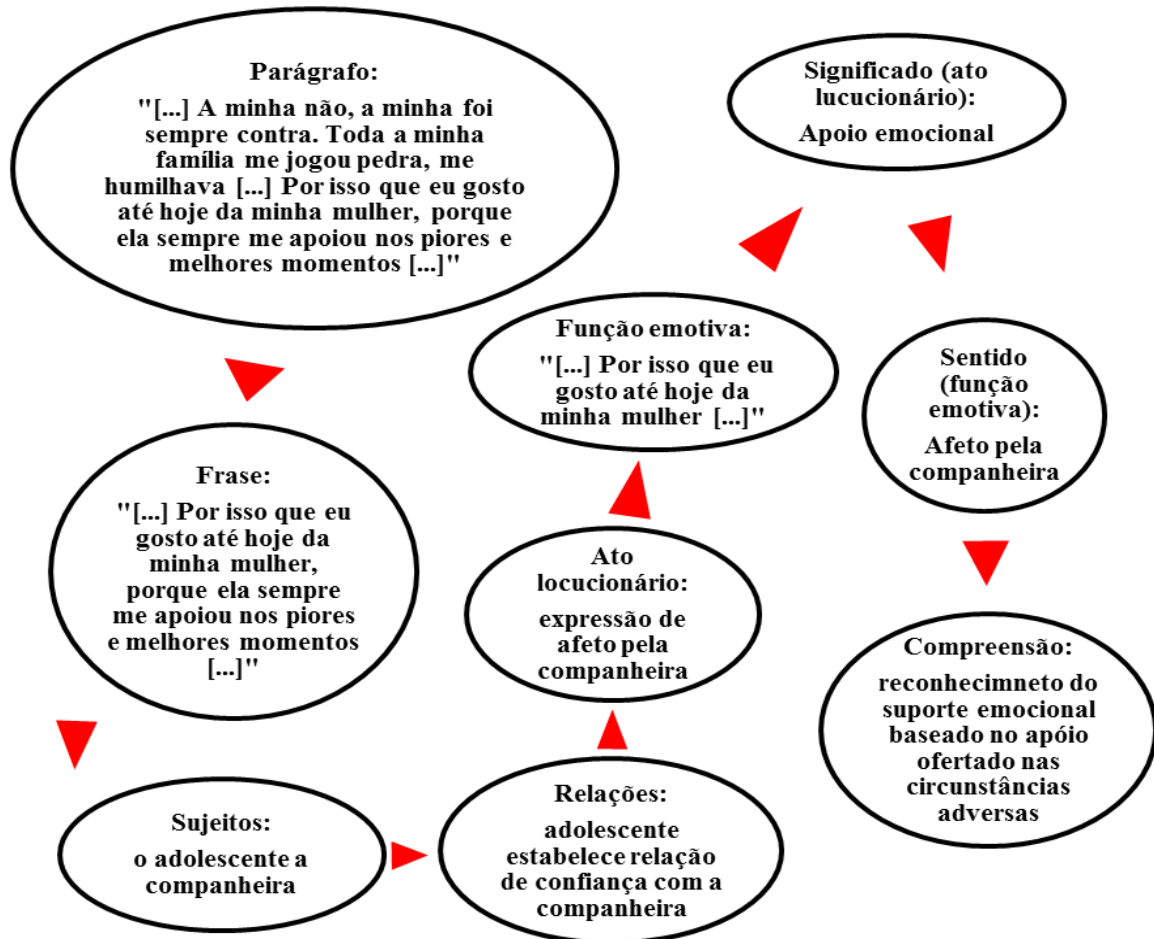
Quadro 11: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva **Paulo**.
Fonte: Elaborado pela autora.

João apresenta como sua referência afetiva sua companheira, como observamos na passagem:

[...] Quando eu me afundei, quando a mamãe soube que eu tava roubando, vendendo droga, ela largou de mão: “nem pra te matarem!” [...] mamãe foi muito contra mim ela. Até hoje eu sou meio contra ela, porque muitas mãe, mesmo o filho tando errado, ela tá lá, não sai do lado. A minha não, a minha foi sempre contra. Toda a minha família me jogou pedra, me humilhava [...] “Nem pra ti morrer!” [...] Por isso que eu gosto até hoje da minha mulher, porque ela sempre me apoiou nos piores e melhores momentos [...].

A atribuição do referencial afetivo para **João**, presente no quadro 12, parece aproximar-se da concepção de suporte emocional e incentivo nos momentos em que esteve mais envolvido em ações de burlar leis, por isso direcionado a sua companheira. Lembro que no encontro com informante busquei qualificar se sua companheira se comportava como ele ou se o apoiava nas infrações. **João** deixou claro que ela nunca concordou com seu envolvimento no tráfico, em roubo e no uso de drogas, sendo motivo de constantes brigas entre o casal. Ressaltou que sua admiração baseava-se no incentivo constante para mudar sua

conduta, voltar a estudar e parar de consumir drogas. Embora ela usufruísse do dinheiro da prática infracional para o sustento da casa onde vivem e usualmente utilizasse álcool.



Quadro 12: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva João.
Fonte: Elaborada pela autora.

Entendo ser importante registrar ainda que, na descrição do comportamento adotado pelos demais membros de sua família, há indicativo de violência psicológica ao verbalizar “Toda a minha família me jogou pedra, me humilhava”. Como destacado nesta dissertação, a violência psicológica não deixa marcas físicas, mas é lesiva ao desenvolvimento da autoestima e da autoimagem do adolescente (AGUIAR, 2005; AMARAL; LOBATO, 2011; ARAÚJO, 2007; MONTEIRO, 2009; PIMENTEL, 2008b; SANDERSON, 2005). Dialoga ainda com a elasticidade da definição atual de família, rompendo com o sentido idealizado da família nuclear burguesa, e admitindo configurações relacionais que podem oferecer ameaça à integridade física e moral dos seus componentes (FISCHER; SCHOENMAKER, 2010; GALANO, 2006; SARTI, 2005; SZYMANSKI, 2005).

No discurso de **Paulo** também notamos referenciais afetivos, com relevo para seu irmão mais velho, ilustrado no excerto a seguir:

[...] Sempre ele... meu irmão, graças a Deus, ele é meu pai, eu considero ele como meu pai, porque tudo que eu precisei dele, ele me ajuda. Meus irmãos, graças a Deus, tudo que eu precisei deles, eles me ajuda [...] Ele tem 34 ano. [...].



Quadro 13: Referências Familiares e Suporte Emocional – Referência afetiva **Paulo** - 2.
Fonte: Elaborado pela autora.

No caso de **Paulo**, a segunda referência afetiva que apresentou no seu discurso acrescenta a figura de paternidade, como componente de valorização do apoio emocional e financeiro. Verificamos ainda que o adolescente é o filho mais novo de uma prole de seis, e no quadro 13 aborda a relação com o irmão mais velho quinze anos, o que pode favorecer a percepção paterna da relação. Ademais, verificamos que o componente financeiro corresponde à representação de mantenedor, o que sugere ressonância com atributos masculinos modernos, como os desenhados por Gutierrez e Minayo (2011) e Lyra *et al* (2005).

No que se refere aos *conflitos familiares*, a segunda significação escolhida, ao conversarmos com **Pedro**, ele transmitiu:

[...] já. Teve uma vez que eu saí de casa já. [...] foi por causa do meu padrasto. Eu discuti com ele... Ele queria mandar me prender diz que... Aí, eu peguei e saí de casa. [...] não, é porque eu queria ir pá festa e ele não queria deixar. Eu falei pra mamãe e ela não falou nada. Aí eu me arrumei, ia saindo já, e ele disse que ia lá pra delegacia pra mandar me prender [...] é... Ele não queria deixar [...].

Pedro esclarece que o padrasto ainda reside com a família: “[...] Ele dorme lá. [...] Ele tá lá [...] Um não fala com o outro (riso) [...] ele não fala comigo, eu também não falo com ele.”



Quadro 14: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares **Pedro**.
Fonte: Elaborado pela autora.

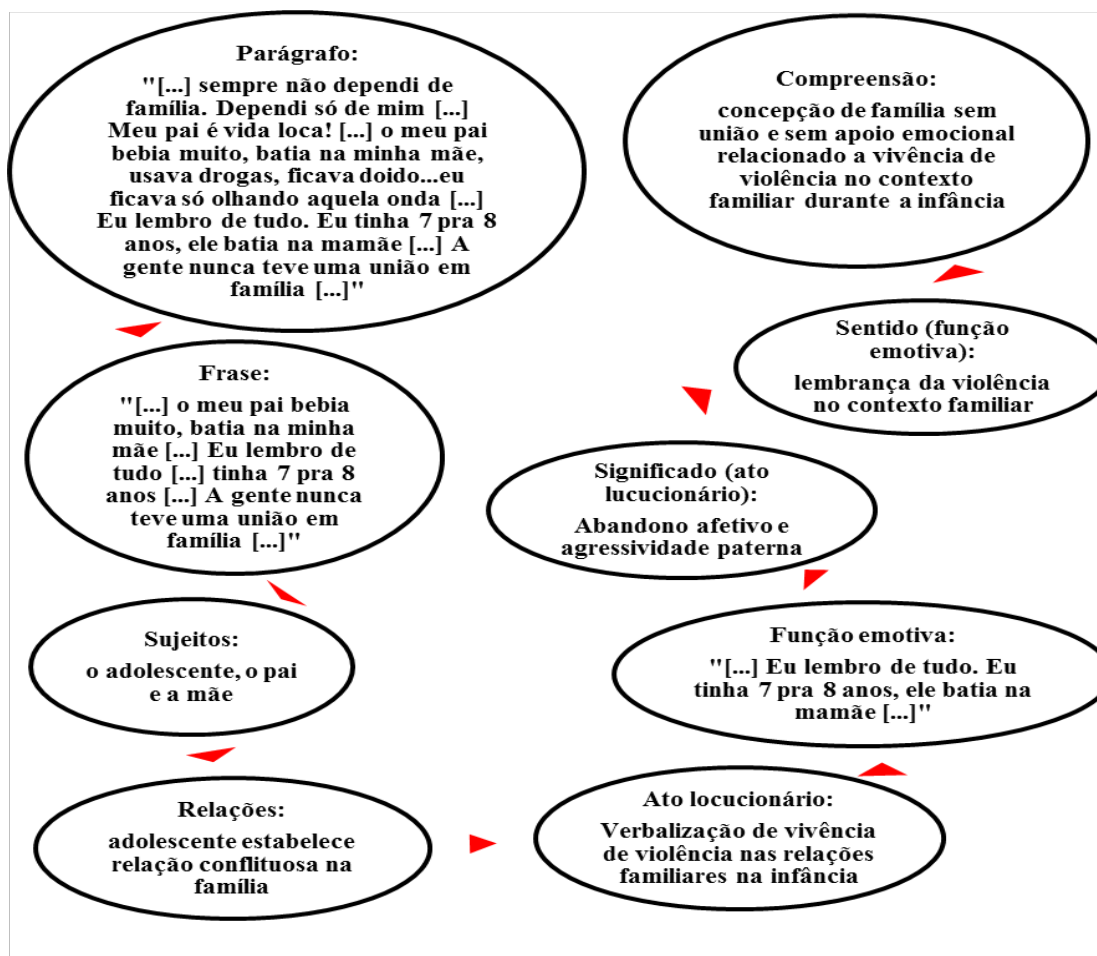
Indicamos, no quadro 14, que **Pedro** poderia estar vivenciando relação conflituosa com o padrasto pela sua dificuldade em reconhecer regras e limites no contexto familiar, impostas no processo de cumprimento de medida de LA e pelo padrasto como figura paterna. Dentre as orientações comumente repassadas aos adolescentes em acompanhamento de LA, tanto pelo Juiz, quanto pela equipe de profissionais que atua no CREAS, é que o adolescente não pode frequentar festas ou permanecer fora da residência em período noturno sem o consentimento e/ou companhia de responsável. No fragmento de discurso de **Pedro** percebemos que a discussão com o padrasto iniciou após proibição de frequentar festa, seguido de ameaça.

Nesse sentido consideramos que comparece a importância do acompanhamento da medida socioeducativa envolver todos os membros que participam da configuração familiar do adolescente, incluindo os que não possuem laços consanguíneos, corroborando com Brasil (2005). Assim, é necessário que a equipe de referência esteja atenta aos diversos arranjos familiares para não incorrer em preconceitos ou pré-julgamentos.

O exemplo de conflito familiar vivido por **João** foi encontrado neste ponto da entrevista:

[...] sempre não dependi de família. Dependi só de mim [...] Meu pai é vida loca! [...] vida loca... a minha era parece... o meu pai bebia muito, batia na minha mãe, usava drogas, ficava doido...eu ficava só olhando aquela onda [...] Eu lembro de tudo. Eu tinha 7 pra 8 anos, ele batia na mamãe [...] A gente nunca teve uma união em família. Entendeu? Sentar junta, pai, mãe, filho, filha. Nunca. Nunca foi assim. Nunca teve aquela união. Entendeu? [...].

Segue fluxo da compreensão desta fala, no quadro 15:



Quadro 15: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares **João**.
Fonte: Elaborado pela autora.

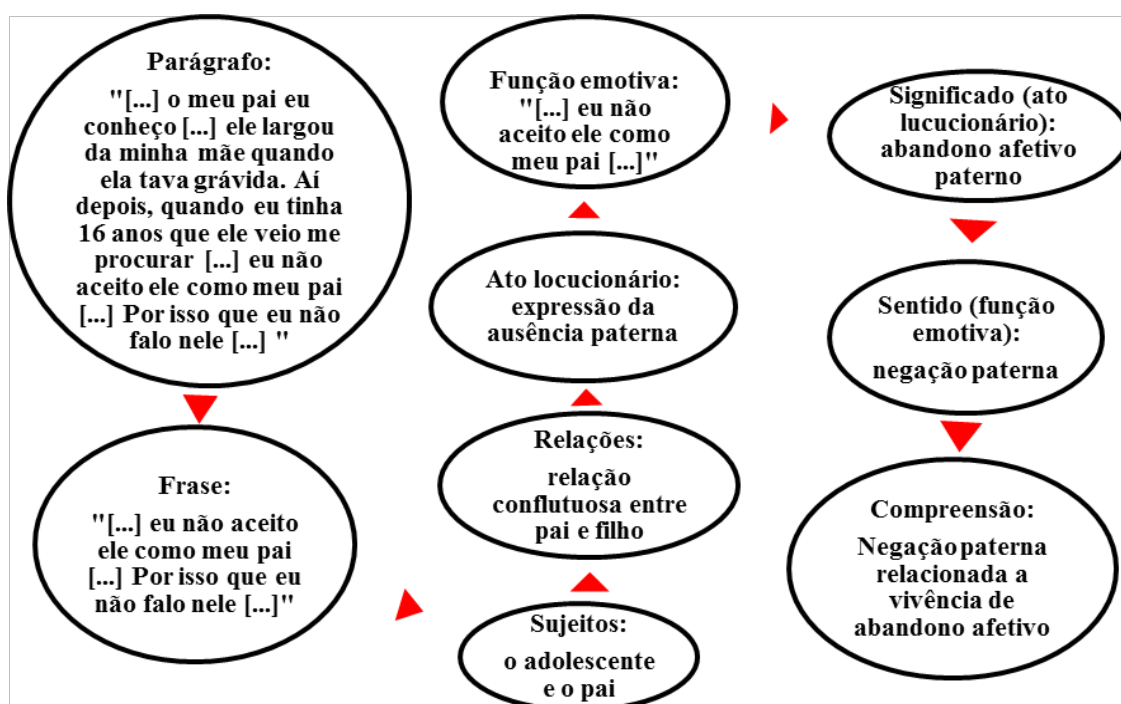
No quadro 15 visualizamos a vivência de conflitos no ambiente familiar de **João**, a partir do comportamento agressivo do pai em relação a sua mãe. Esta cena parece influenciar o sentimento de abandono afetivo e de desqualificação vividos por este informante. Admitimos a possibilidade de esta vivência infantil ter influenciado na maneira como se retratava, quando envolvido em situação infracionais, enquanto “vida loca”, bem como em condutas agressivas e abusivas de álcool em outras drogas.

Percebemos ainda que, em outro momento, ao descrever o relacionamento afetivo com a atual companheira, verbalizou que nunca a tratou com violência, repudiando homens violentos com suas esposas, mas que ela já o tinha ferido com facadas durante briga. Esta vivência sugere que há a reprodução da violência nas relações afetivas do adolescente.

Novamente conferimos as possíveis consequências que a vivência de violência nas relações estabelecidas pelo adolescente pode influenciar na percepção de si e do mundo (AGUIAR, 2005; MONTEIRO, 2009; NASCIMENTO; TORRES, 2011; PIMENTEL, 2008b; SANDERSON, 2005).

O trecho do discurso de **Paulo** em que percebemos relato de conflito foi:

[...] o meu pai eu conheço. É porque é o seguinte: ele largou da minha mãe quando ela tava grávida. Aí depois, quando eu tinha 16 anos que ele veio me procurar. [...] Aí eu... tipo, eu não aceito ele como meu pai. [...] Por isso que eu não falo nele [...] mas eu não tenho alguma coisa contra ele. Eu só, eu só não aceito dessa maneira [...].



Quadro 16: Referências Familiares e Suporte Emocional – Conflitos familiares **Paulo**.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na descrição de **Paulo** percebemos relação conflituosa com o pai pelo abandono físico e emocional durante a gravidez da mãe e toda a sua infância. Na sequência da sua fala, expressa que sua referência paterna é o padrasto e o irmão, porque foram estes que estavam presentes quando precisou.

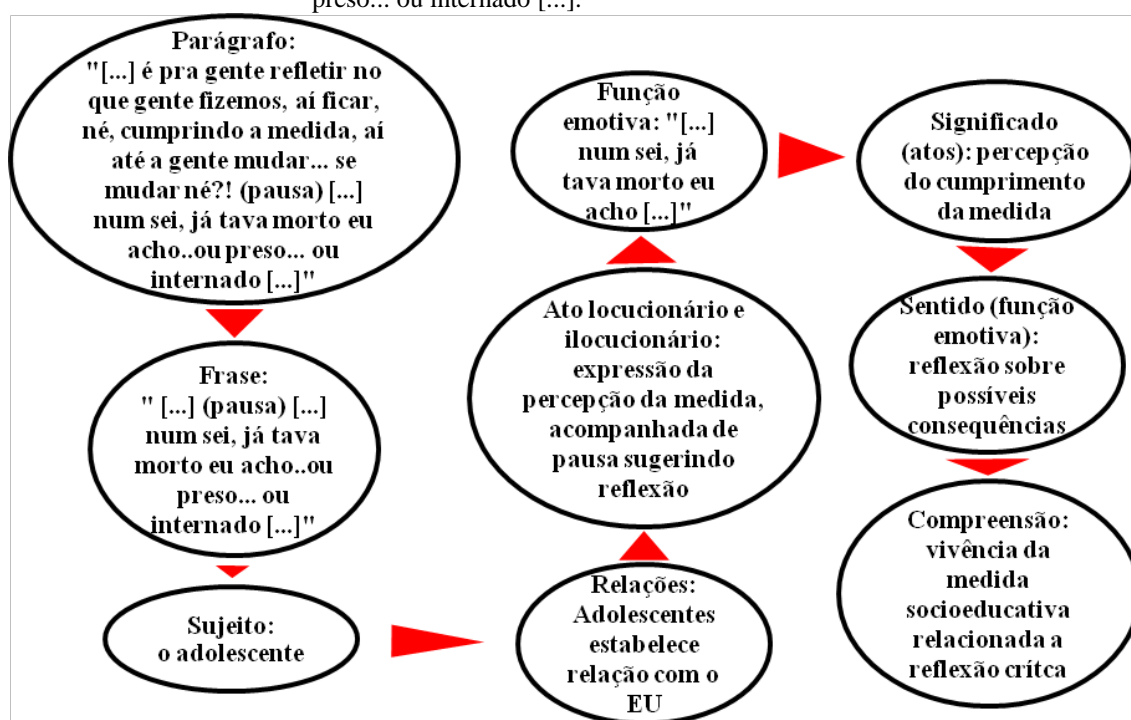
A vivência de **Paulo** suscita mais uma vez a composição das masculinidades contextualizadas na ascensão da sociedade burguesa, na expansão do capitalismo e na conservação da propriedade privada, onde foi destinado ao homem o espaço público e à mulher o ambiente privado, conseqüentemente o cuidado com os filhos (BOURDIEU, 2010; LYRA *et al*, 2005).

4.4.3 Vivência da medida socioeducativa de liberdade assistida

Em relação a este tópico, observamos as dimensões de *percepção da medida*, buscando desvelar como os informantes compreendiam o cumprimento da LA, e a *prospecção*, tentando destacar percepções de si e do futuro, a partir da vivência da medida socioeducativa.

Sobre o cumprimento da MSE **Pedro** destacou que entendia:

"[...] é pra gente refletir no que gente fizemos, aí ficar, né, cumprindo a medida, aí até a gente mudar... se mudar né?! (pausa [...]). Acrescentou que acreditava que se não tivesse alterado sua conduta social: "[...] num sei, já tava morto eu acho... ou preso... ou internado [...]."



Quadro 17: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida **Pedro**.
Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 17 apresentamos compreensão fenomenológica do discurso de **Pedro**, que permitiu entender que **Pedro** demonstra ter compreendido o cumprimento da medida socioeducativa de LA como um momento de facilitação do processo de reflexão crítica sobre as possíveis consequências do envolvimento na prática de atos infracionais.

Consideramos que a compreensão desse informante demonstra ter atendido aos objetivos das medidas socioeducativas definidos no ECA e no SINASE, quando destacam o caráter de responsabilização, de educação e de incentivo a não reiteração no ato infracional (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

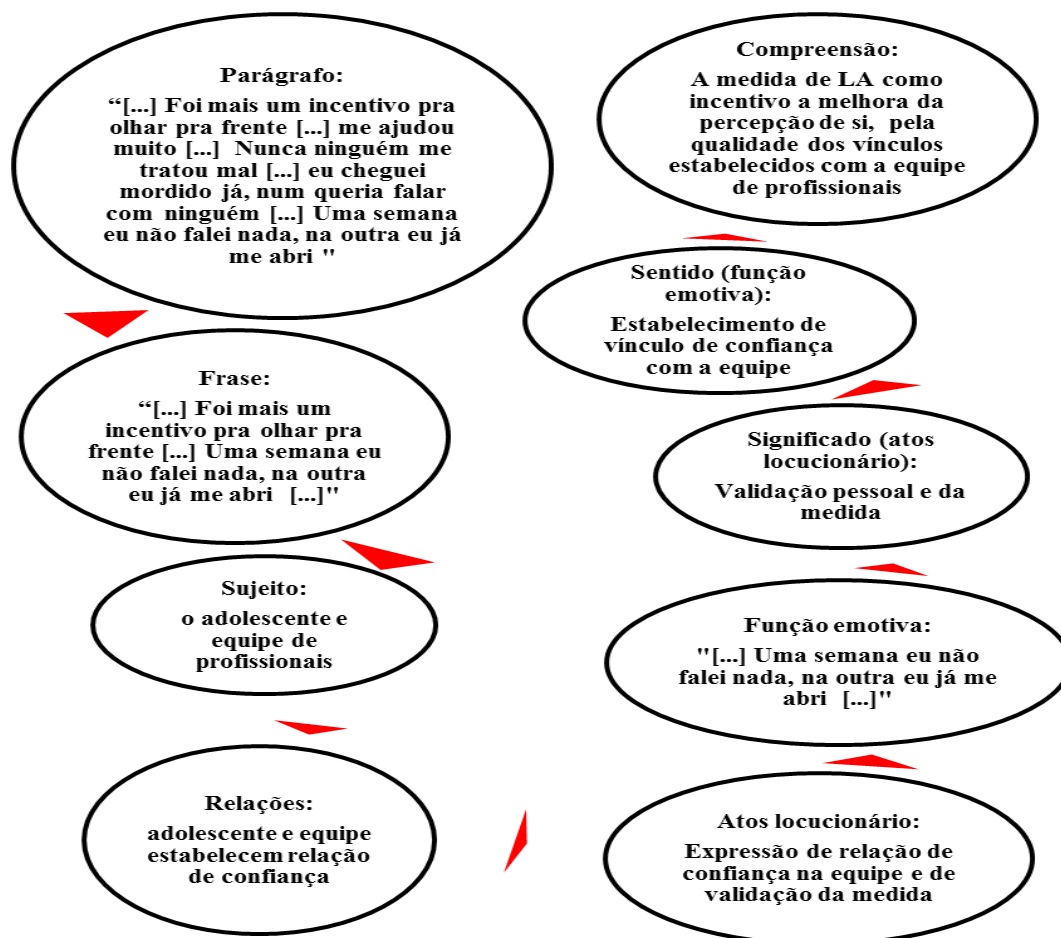
[...] a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; [...] a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e [...] a desaprovação da conduta infracional [...] (BRASIL, 2012, art. 1º §2º, I, II e III).

Da mesma forma se coaduna com o princípio da Doutrina da Proteção Integral e a compreensão dos adolescentes como sujeitos de direitos (BOBBIO, 1992; GOMES, 2009).

A percepção de **João** sobre a LA está presente no fragmento:

[...] Foi mais um incentivo pra olhar pra frente... quando eu cheguei aqui... a primeira vez que eu vim aqui... eu num falava nada, não me abria. Eu ainda tava muito revoltado ainda! Depois não, foi amolecendo, amolecendo, que eu me rendi. (risos) [...] foi legal. [...] Ela me apoiou muito. Mesmo eu tando errado ela me apoiava: “G. um bora melhorar, um bora olhar para frente! Vamos pensar no teu futuro”. A minha mulher também já veio aqui muitas vezes com ela. “Pensa no teu futuro! Tua mulher está aí.” ela me ajudou muito [...] Nunca ninguém me tratou mal. não sei por que? [...] quando eu cheguei aqui, eu cheguei mordido já, num queria falar com ninguém. [...] foi tranquilo. Uma semana eu não falei nada, na outra eu já me abri.

No quadro 18 exibimos o fluxo de compreensão deste aspecto da fala de **João**. Notamos que este informante valoriza a medida socioeducativa como uma oportunidade de conviver em ambiente acolhedor, onde ninguém lhe trata de maneira negativa ou segundo o estereótipo de ‘adolescente infrator’ como era esperado por ele, sendo favorável a formação de vínculos de confiança com a equipe. Supomos que as relações estabelecidas pelo adolescente no serviço de MSE do CREAS de Barcarena estão sendo significativas para a construção de uma nova percepção de si, considerando a autonomia e responsabilidade do adolescente com sua vida. Esta percepção afina-se mais uma vez com a importância das relações vividas nos diversos campos onde o adolescente transita para construção da sua visão de si e do mundo (AGUIAR, 2005; LIRA, 2010; PERLS et al, 1997; RIBEIRO, 1998; YONTEF, 1998).

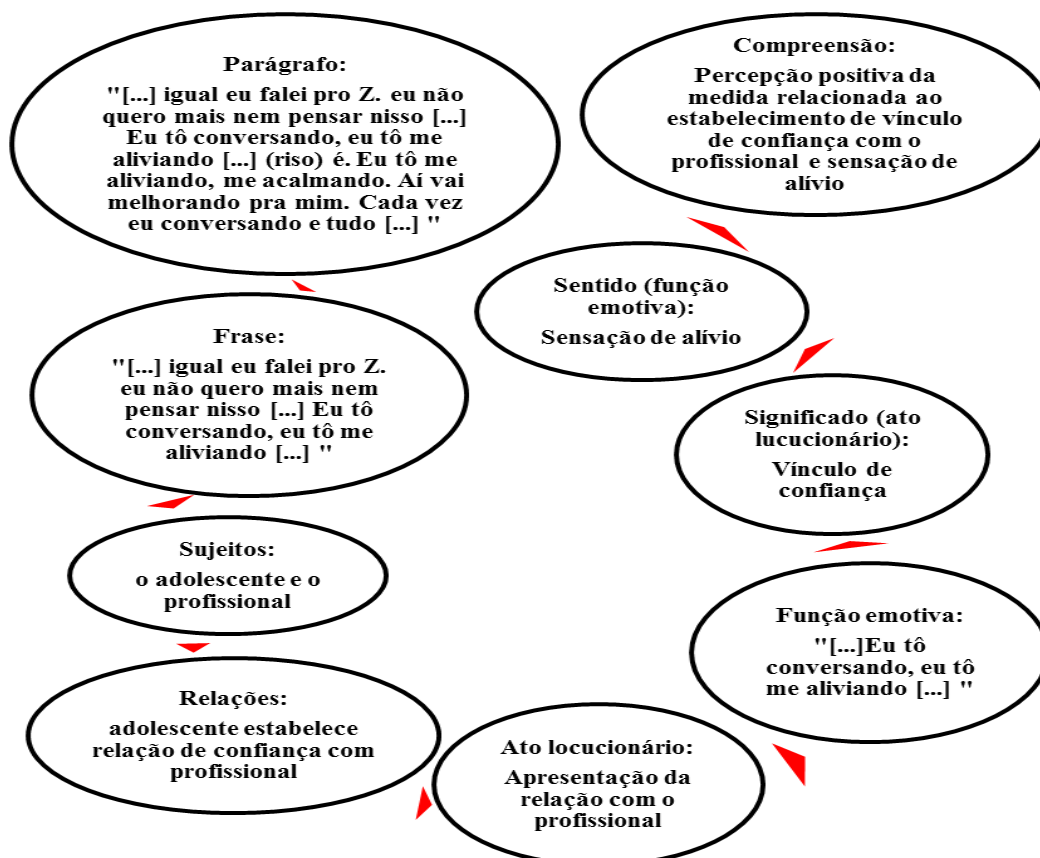


Quadro 18: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida João.
Fonte: Elaborado pela autora.

A atuação dos profissionais parece estar em sintonia com a recomendação de Volpi (2011), de que na medida de LA a dimensão educativa deve pressupor acompanhamento personalizado do adolescente e de sua família, reconhecendo na equipe de profissionais uma referência para garantia de seus direitos. Também adequar-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no âmbito da gestão descentralizada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), ao ofertar serviço continuado e planejado de acompanhamento psicossocial dos adolescentes em cumprimento de LA, com o objetivo de gerar autonomia, fortalecimento pessoal e dos vínculos familiares e comunitários.

Paulo aborda sua percepção sobre a medida de LA no seguinte momento:

[...] não, não. Igual eu falei pro Z. eu não quero mais nem pensar nisso. [...] Não, sabe por que eu vou fazer? Porque ali eu tô pegando conhecimento. Eu tô me expressando. Eu tô me aliviando. Eu tô conversando, eu tô me aliviando [...] (riso) é. Eu tô me aliviando, me acalmando. Aí vai melhorando pra mim. Cada vez eu conversando e tudo... Igual o Z. me perguntou: o pessoal jogando bola, ninguém sabe? Eu falei: não, ninguém sabe. Eu não tenho esse falar pra ninguém [...] não. eu não tenho esse falar pra ninguém porque o preconceito hoje em dia tem em tudo quanto é lugar [...].



Quadro 19: Vivência da Medida Socioeducativa – Percepção da medida **Paulo**.
Fonte: Elaborado pela autora.

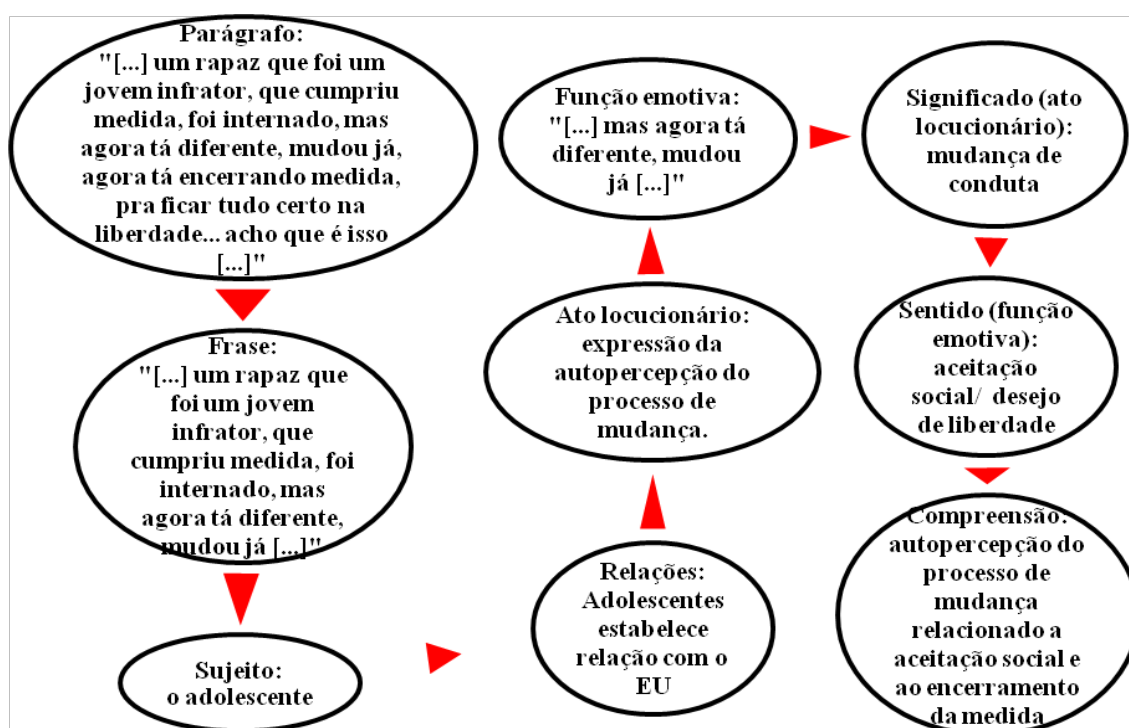
No quadro 19 compreendemos que **Paulo** está apresentando uma percepção positiva da medida de LA por considerar uma oportunidade de expressar com liberdade seus sentimentos e sua vida, possivelmente pela maneira como foi atendido pelo assistente social, o único com quem tinha tido contato até o momento da entrevista.

Registramos que na continuação do seu discurso sobre a vivência da medida esse informante deixa claro que compreende que é sua obrigação cumprir a medida, pois foi confirmado que cometeu o ato infracional do qual foi acusado, demonstrando entender a MSE como responsabilização pelos seus atos.

Nesse ponto fica evidente novamente o significativo papel que a equipe profissional possui para o sucesso da medida em meio aberto, quando oferta um atendimento humanizado, conforme defendido por Demori e Carvalho (2009). Pela continuação do discurso de **Paulo** foi reforçado ainda o caráter coercitivo da medida de LA e sua função de responsabilizar o adolescente pelo ato ilegal infringido. Entretanto lembramos que também é fundamental a articulação em rede com o Sistema de Garanti de Direitos (SGD) e a atuação do orientador social, conforme salientados por (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

Segundo a análise dos discursos e dos documentos dos informantes, consideramos que há indicativos de esforço da equipe do CREAS/Barcarena para atuar em rede e garantir a integralidade dos direitos previstos nas leis. O mesmo não parece ocorrer em relação à presença do orientador social, que não foi evocada no acompanhamento de **João** e de **Paulo**, apenas no de **Pedro**, segundo seus discursos e a análise documental.

Sobre o segundo momento cotejado, a *prospecção*, temos a descrição de **Pedro** sobre si: “[...] um rapaz que foi um jovem infrator, que cumpriu medida, foi internado, mas agora tá diferente, mudou já, agora tá encerrando medida, pra ficar tudo certo na liberdade... acho que é isso [...]”.



Quadro 20: Vivência da Medida Socioeducativa– Prospecção de **Pedro**.
Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 20 apresentamos a análise fenomenológica hermenêutica do discurso de **Pedro** sobre sua autopercepção. Indicamos que a noção de **Pedro** sobre o seu processo de mudança pode estar relacionada ao desejo de aceitação social e de encerramento de medida. Pontuamos que a validação familiar, da comunidade e dos profissionais que realizam o acompanhamento dos adolescentes no serviço de MSE é primordial para que no relatório técnico, o qual é enviado ao juiz ao término da medida, haja a sugestão de encerramento do processo. É do conhecimento do adolescente e da família que o relatório

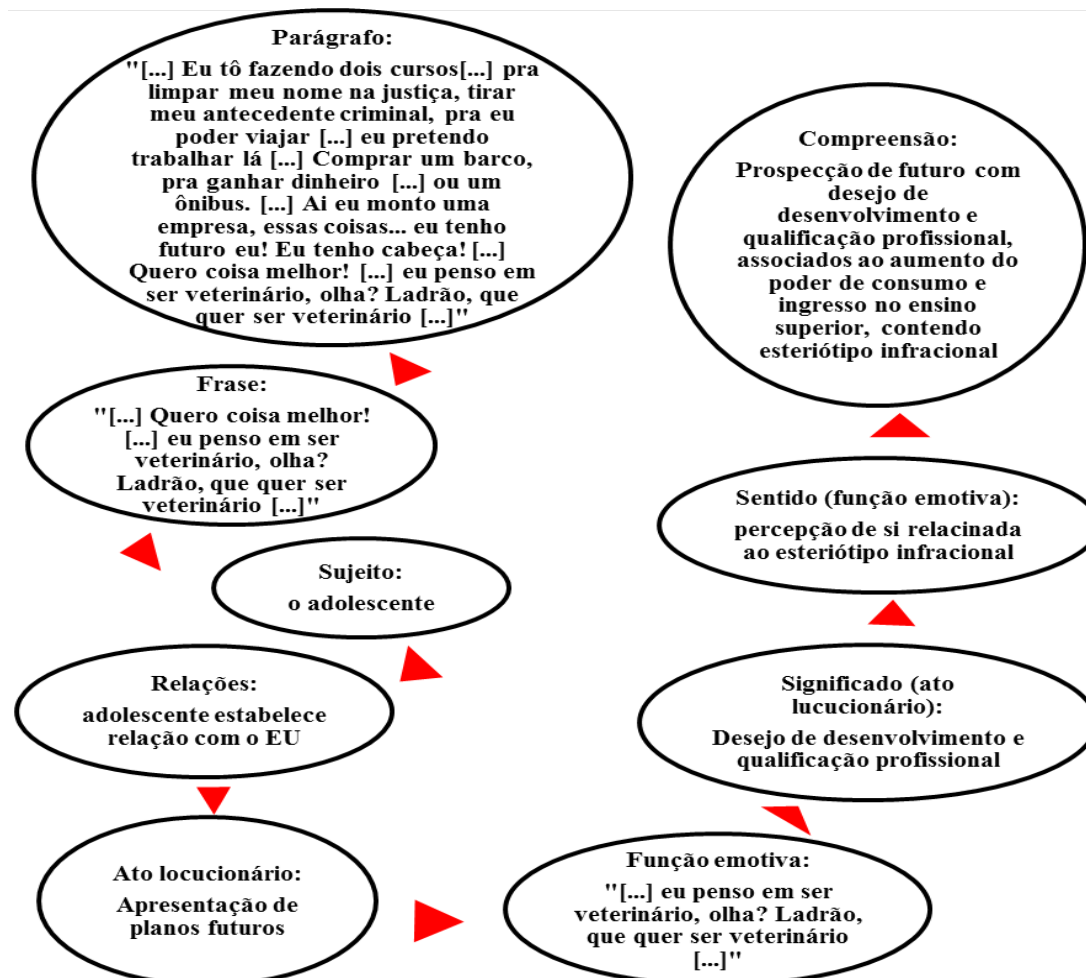
dos profissionais que atuam no CREAS é bastante relevante para a decisão final do magistrado.

Assim, a descrição de **Pedro** sobre a percepção de si, fazendo referência apenas à conduta infracional anterior e ao encerramento da medida, pode ter um sentido de convencimento de que houve um afastamento da prática de atos infracionais como tentativa de se proteger de uma possível prorrogação ou substituição de medida socioeducativa.

O ECA, no art. 118, §2º, determina: “A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor” (BRASIL, 1990). O SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, no art. 46 refere que: “A medida socioeducativa será declarada extinta: [...] II - pela realização de sua finalidade” (BRASIL, 2012).

No caso de **João**, delineamos sua prospecção ao relatar sobre os cursos profissionalizantes que estava frequentando, por encaminhamento do CREAS, e planos futuros:

[...] o meu foco? Eu tô fazendo dois cursos... [...] de mecânico montador e mecânico industrial. Tô fazendo essa onda aí, que tá sendo uma chatice pra mim... de Serviço Comunitário... pra limpar meu nome na justiça, tirar meu antecedente criminal, pra eu ver o que falta, pra eu poder viajar [...] pra São Paulo. Todos os meus colegas foram pra lá... sem ser os da vida loca. Meus camarada tão pra lá. [...] eu pretendo trabalhar lá, juntos com os moleque [...] tê a minha casa grandona, ter o meu carro, ter muita coisa... e nunca mais esquentar a cabeça, num ter que trabalhar pra ninguém. Eu não gosto de ter patrão, de ser mandado [...] Comprar um barco, pra ganhar dinheiro [...] ou um ônibus. Alguma coisa! Pra eu não trabalhar pra ninguém não. E quem sabe de um vem dois, vem três? Ai vai evoluindo... entendeu? Ai eu monto uma empresa, essas coisas... eu tenho futuro eu! Eu tenho cabeça! [...] pretendo. Quero coisa melhor! [...] eu penso em ser veterinário, olha? Ladrão, que quer ser veterinário, olha?!”



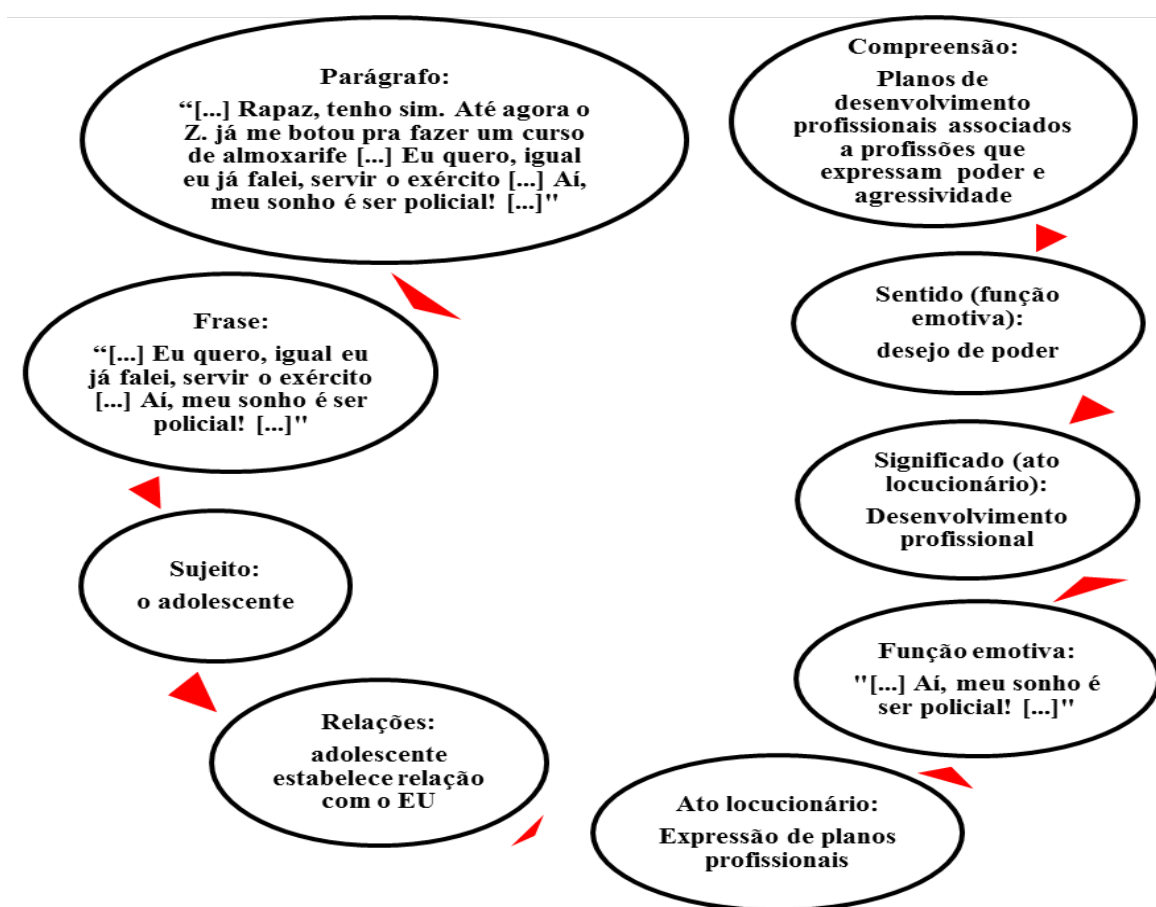
Quadro 21: Vivência da Medida Socioeducativa– Prospecção de **João**.
 Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 21 sinalizamos a possibilidade da prospecção de futuro de **João** estar pautada na vivência dos cursos profissionalizantes, mediados pela equipe do serviço de MSE do CREAS/Barcarena, que demonstram ter ampliado a valorização da qualificação profissional e ingresso no ensino superior. Todavia este informante apresenta uma percepção de si ainda relacionada ao universo infracional quando diz: “Ladrão que quer ser veterinário, olha?!”. Afora isto, ainda demonstra ter dificuldade de conviver com hierarquia no ambiente de trabalho e atribuir sentido de poder à capacidade de consumo material.

Concorre, portanto, a dimensão educativa da medida de LA em favorecer acesso a direitos (BRASIL, 1990; BRASIL, 2012; DEMORI; CARVALHO, 2009; VOLPI, 2011), com o alcance sempre limitado da medida em garantir a (re) significação do projeto de vida do adolescente, seja pela limitação de tempo e dos atendimentos realizados ou da dificuldade de articulação em rede, o que reforça que mais pesquisas sejam realizadas para sua potencialização.

No discurso de **Paulo**, cotejamos este trecho para verificar sua prospecção:

[...] Rapaz, tenho sim. Até agora o Z. já me botou pra fazer um curso de almoxarife. Que já até era pra eu ter feito. [...] não. era de outros lugares que era pra eu já ter feito e não fiz. Tudo eu desistia. Quando eu pagava. Ixi! Já cheguei a pagar R\$150,00 já, lá em Marabá pra eu fazer. Aí eu desisti. Deixava pra lá. Não ia. Nem pisava lá. Desistia de fazer. [...] é, eu decidi fazer. Eu quero, igual eu já falei, servir o exército. Igual... porque eu não tenho nada contra policial, desde que o cara trabalha certo... Aí, meu sonho é ser policial! Porque, tu pelo que eu já fiz... mas meu sonho é ser policial. [...] Pretendo. Eu quero terminar. Já era pra eu ter terminado... por isso que eu falo que eu me arrependo de ter feito muitas coisas. [...] sempre eu tenho meu foco: meu estudo e meu serviço. Sempre tenho meu foco. É aqui! Meu estudo e meu serviço. Eu não largo não [...].



Quadro 22: Vivência da Medida Socioeducativa– Prospecção de **Paulo**.

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 22 observamos que os planos de **Paulo** para o futuro incluem continuação do ensino regular, ingresso no mercado de trabalho e qualificação profissional. Comprendemos que a (re) configuração dos seus objetivos está sendo mediada pelo cumprimento da medida, talvez por fazer refletir sobre suas responsabilidades e potencialidades. No entanto, notamos que as profissões almeçadas, de soldado e policial, ainda

denotam sentido de poder e possuem potencial expressão de agressividade, o que ainda parece compor sua percepção de si e do mundo.

Discernimos que o acompanhamento do adolescente que estava iniciando no CREAS/Barcarena será fundamental para consolidação de seus planos ou para reiteração no envolvimento infracional. Para atingir este objetivo reiteramos os pontos destacados anteriormente como: atendimento acolhedor e humanizado; formação de vínculo de confiança com a equipe; planejamento e controle das ações e intervenção articulada com a rede de atendimento ao adolescentes no município (DEMORI; CARVALHO, 2009; VOLPI, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na consolidação da pesquisa, pela linguagem examinamos alguns discursos de adolescentes do gênero masculino, para compreender a repercussão em suas existências da vivência da medida socioeducativa aplicada por prática de ato infracional.

Realizamos análises qualitativas de base gestáltica dos discursos dos sujeitos que se encontravam em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) na cidade de Barcarena-PA. Utilizamos fluxos de compreensão hermenêutica fenomenológica da linguagem dos informantes, assentados no horizonte teórico-metodológico engendrado por Ricoeur (1988). Buscamos o frequente e dinâmico diálogo crítico com os referenciais da Psicologia sobre o signo ‘adolescência’ contando ainda com a abordagem histórica das construções subjetivas das masculinidades e o delineamento das políticas públicas de acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto.

A questão geral da investigação foi desvelar alguns elementos que integram os processos de subjetivação presentes no discurso de adolescentes barcarenos do gênero masculino em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. **As questões específicas foram:** analisar no discurso produzido pelos adolescentes informantes as referências familiares que oportunizam configuração de suportes emocionais; e verificar no discurso produzido pelos adolescentes informantes o significado subjetivo do cumprimento da medida socioeducativa.

A perspectiva gestáltica pressupõe que a assimilação integral de um evento é possível considerando uma compreensão do campo onde foi produzido o evento e a significação, o que confere temporalidade e embasamento relacional (AGUIAR, 2005; FIORELLI; MANGINI, 2011; YONTEF; 1998). Esta lógica de pensamento orientou nossas interpretações e conclusões, sobretudo o entendimento que a pluralidade caracteriza as adolescências.

Nessa linha de raciocínio identificamos algumas significações para a *motivação* descrita pelos informantes para o envolvimento em situações de ilegalidade: desejo de consumo e aceitação de seus pares; ressonâncias do pensamento moderno na definição da masculinidade como sinônimo de poder, agressividade e virilidade; e o processo de naturalização da violência, com indicativo de banalização da vida e dos atos infracionais cometidos.

Podemos ilustrar esta asserção apontando os fatores desejo de consumo e aceitação grupal, destacados em recortes dos fluxos de significações de **Pedro e João**. Inscritos em seus

contextos relacionais, as motivações caracterizaram-se como fortes influências nas escolhas de transgredir leis.

Ao longo do texto dissertativo, a pressão do mercado para consumir foi abordada como uma característica do capitalismo, enquanto sistema político e econômico, e foi analisada como um dos fatores históricos ligados ao crescimento do interesse ocidental pela adolescência, como momento distinto da vida humana (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; DEL PRIORE, 2010; DONZELOT, 1986; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005). A valorização do consumo material também foi identificada como uma fonte de pressão existente nas relações sociais pós-modernas (VIVARTA *et al*, 2004; NASCIMENTO; TORRES, 2011). Em conclusão, ratificamos o que outros autores asseveram: a dificuldade de acesso à aquisição de bens e valores, sobretudo nas classes empobrecidas, é uma das causas atuais da participação de adolescentes em atividades, como tráfico de drogas e roubos (FRAGA; IULIANELLI, 2003; LOSACCO, 2005; ROMAN, 2009).

A aceitação grupal, também traduzida na identificação entre os pares, foi amplamente discutida na contextualização das adolescências (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; FLORES; PIMENTEL, 2011). Observamos que em alguns textos foi agregada como fator de risco ao envolvimento dos adolescentes em momentos de infração, devido constantes referências de comportamentos ilegais e com potenciais violentos nos ambientes onde comumente transitam, como escolas, meios virtuais (internet), através da televisão e na família (MONTEIRO, 2009; NASCIMENTO; TORRES, 2011; PIMENTEL, 2008b; SANDERSON, 2005; VIVARTA *et al*, 2004).

Contudo, criticamos que estes aspectos não poderiam ser generalizados ou atribuídos a concepções de ‘essência’ e ‘natureza’ às adolescências ou aos com poder aquisitivo diminuto (FLORES; PIMENTEL, 2011; PIMENTEL, 2007). Não obstante, foi marcante nas falas dos informantes, com indicativo de sentimento de angústia, o quanto antes de infringir leis almejavam obter dinheiro, roupas de “marca”, frequentar festas, consumir bebidas e ter visibilidade grupal, elementos marcantes em seus campos relacionais e na constituição das suas singularidades.

A matriz de pensamento moderna da masculinidade comprovou presença intersubjetiva nas vivências de **João e Paulo**, materializada nas significações de poder, agressividade e virilidade, permeando as relações grupais como modelos de identificação e reconhecimento destes adolescentes. Acompanhamos no primeiro capítulo que esses parâmetros definidores do ‘masculino’ foram fortalecidos durante a ascensão do capitalismo e especificações da divisão social do trabalho, relacionados às constituições familiares

burguesas e às concepções sobre a reprodução, cuidado dos filhos e atributos físicos dos homens (BOURDIEU, 2010; DEL PRIORE, 2010; LYRA *et al*, 2005). Estas significações são apontadas na literatura de gênero como vinculadas a ‘natureza’ masculina e examinadas como essenciais aos adolescentes, devido exacerbações de questões orgânicas, como produção hormonal (LOSACCO, 2005; VIVARTA *et al*, 2004).

Sobre o perfil dos informantes, vale salientar que a análise documental evidenciou que todos os informantes iniciaram suas vidas sexuais no início da adolescência, por volta dos 14 anos, o que indica outra forma de expressão de virilidade, nos moldes modernos.

Chamou-nos a atenção na vivência de **Pedro, João e Paulo**, que o espaço público da rua e outros lugares externos são ratificados com mais frequência do que o espaço privado de suas casas, na companhia de familiares. De fato, **Paulo** refere processo de identificação com os homens que frequentavam o bar da família.

É provável que estas relações tenham fortalecido a cristalização de estereótipos masculinos, associados a posturas agressivas e de poder, imprimidas no processo de naturalização da violência, com indicativo de banalização da vida e do ato de homicídio efetuado, evidenciados na entrevista deste informante. A frieza emocional que demonstrou durante a narração da aproximação da sua vítima, do contato anterior ao assassinato, até o diálogo travado durante a execução dos golpes à faca foi impactante, pela aparente ausência de arrependimento e potencial de reiteração. Por este motivo corroboramos que o cuidado masculino, na dimensão de gênero, deve compor as intervenções dos profissionais que acompanham a medida de LA.

Esses dados complementam o entendimento gestáltico da necessidade de observar o contexto relacional, para consolidar apreensões de processos de subjetivação sempre únicos, evitando estereótipos (PERLS *et al*, 1997; RIBEIRO, 1998). Permite ainda ampliar a concepção do processo de identificação realizado pelo adolescente não apenas no contexto familiar, mas em todas as relações estabelecidas, contribuindo para desconstruir a culpabilização da família, tão destacada pela literatura histórico-crítica (DONZELOT, 1986; FOUCAULT, 2010; GOFFMAN, 1988).

O discurso dos informantes sobre as motivações para prática de atos infracionais estiveram pautados em relações externas às famílias, como no aparente processo de naturalização da violência vivido por **Paulo** e no percurso detalhado por **João** para o seu ingresso no tráfico, sublinhando a necessidade de ações na comunidade durante o cumprimento da medida de LA, com articulação em rede com as demais políticas setoriais (BRASIL, 1990; 2011a; 2012).

Preocupa-nos que em Barcarena, até o momento, não exista serviço de suporte específico ao acompanhamento de adolescentes usuários de drogas, lícitas e/ou ilícitas, ou a dependentes químicos. A atenção inicial é garantida pelos serviços de saúde, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), mas não é possível proporcionar continuidade ou sistematização nas ações. A maioria dos casos identificados no serviço de MSE do CREAS da cidade é referenciado para o Centro de Cuidado ao Dependente Químico (CCDQ), que funciona em Belém, imprimindo dificuldade de manutenção dos atendimentos e das atividades propostas. Segundo a análise documental referente a **João**, este procedimento foi adotado com ele, mas não havia comprovação da sua frequência ao Centro em questão.

Esta realidade ventila a premência de ampliação da rede de atendimento municipal, ainda que saibamos não se restringir a Barcarena, mas ao Estado do Pará, quiçá ao Brasil. Exige intervenção do poder público na dotação de recursos e viabilização dos serviços, posto que a drogadição tem sido considerada um grave problema de saúde pública e a ineficiência da rede municipal e estadual para absorver esta demanda revela-se como entrave à prevenção e ao efetivo acompanhamento dos adolescente em LA⁶⁹.

Nos recortes dos discursos dos informantes, continuando a integração dos elementos presentes nos seus processos de subjetivação, obtivemos a significação da **reiteração**, como permanência na prática de atos infracionais, fundamentada nos aspectos: percepção de impunidade; relação de suborno com a polícia; e necessidade de envolvimento em situações ilícitas para pagar dívidas de suborno com policiais.

A percepção da “impunidade”, apesar de já verificada na prática profissional em atendimento a outros adolescentes, perturbou-me por ter sido expressa pelos três informantes. Conclama a contingente intervenção da sociedade civil organizada e do poder público, em Barcarena e outros municípios do Estado do Pará. No caso de **Pedro, João e Paulo** suscita a desconstrução de afirmações da ineficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na responsabilização dos adolescentes ou mesmo na execução das medidas socioeducativas, como determinantes cabais para o aumento da criminalidade, tendo como autores adolescentes, ou pelo elevado número de reiterações.

Essa reflexão dialoga com o pensamento de Liberati (2008) de que a sociedade, pesquisadores e profissionais deveriam preocupar-se mais com a maneira como o ECA está sendo implementado, juntamente com a avaliação cuidadosa do resultado das medidas

⁶⁹ O governo do Estado do Pará tem fomentado discussão a este respeito, culminando na construção de um Plano Integrado de Enfretamento a Drogadição, que prevê fortalecimento da rede de atendimento estadual e apoio aos municípios. Este ainda não foi publicado.

socioeducativas, em relação os objetivos propostos, do que em meramente classificar o Estatuto como uma legislação frágil na responsabilização de adolescentes.

Sabemos que a autoridade policial foi legitimada por dispositivos legais, ancorados em saberes como o Direito, poderes executivos e de justiça como instrumento responsável pela repressão e controle da ordem social (BRASIL, 1988; 1990; DONZELOT, 1986; FOUCAULT, 2010). Até quase o final do século XX, no Brasil, detinham o poder de recolher e utilizar de métodos violentos para ‘reprimir’ e ‘reformatar’ ‘menores’ pela exposição de comportamentos que classificassem ‘suspeitos’ (DEL PRIORE, 2010; RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005). Vimos que a repercussão atual denunciada por Roman (2009) caracteriza a relação da polícia com os adolescentes como contraditória, pois no exercício da função institucional estão presentes preconceitos, frustrações e hábitos comportamentais diversas vezes contrários a Doutrina da Proteção Integral ou aos trâmites legais estabelecidos pelo ECA.

Sem apreensões e instauração dos processos de apuração de atos infracionais não é possível chegar à sentença de uma medida socioeducativa, logo, à responsabilização pelo ato infracional cometido. No caso dos três informantes, a única vez que os procedimentos legais foram adotados culminou no cumprimento da LA. Nenhum estava em acompanhamento no CREAS pela segunda vez, indicando que a reiteração foi anterior a sentença.

Reforçamos nossa crítica tomando como referência o relatório elaborado sobre a rede de atendimento de crianças e adolescente em Barcarena, onde está descrita a inexistência de dados sobre o número de apreensões de adolescentes no município, pois a delegacia não apresentou esta informação, nem o Ministério Público, a Defensoria Pública ou Tribunal de Justiça. “Os dados provenientes das organizações gestoras e executoras do Sistema de Garantia de Direitos era crucial para uma apreciação mais profunda. Apesar de reiteradas solicitações, só em parte obteve-se algum material [...]” (CRUZ *et al*, 2011, p. 22).

A relação de suborno com a polícia, mencionada por **João e Paulo**, soma à impunidade conduta igualmente ilegal, exibida por figuras de autoridade, podendo fomentar processos de identificação dos adolescentes com subjetivações sociais que corroboram com este tipo de violação penal, como se fossem menos criminosas que as demais, como roubos e homicídios. O aceno máximo da contraditória relação entre os informantes e a polícia veio de **Paulo**, ao contar que empreendia novas ações criminosas para conseguir mais dinheiro para pagar os policiais.

Não percebemos abordagem específica sobre o suborno da polícia, no momento das apreensões de adolescentes, nas literaturas consultadas. Todavia exploramos a construção de

uma concepção de criminalidade, atribuída a adolescentes (RIZZINI, 2011; SANTOS, 2005; SCHEINVAR, 2009; VOLPI, 2011); e a formação de estigmas destinados aos que praticam atos infracionais, como ‘desviantes’ do padrão de comportamento instituído socialmente como aceitável (GOFFMAN, 1988). Ademais expomos a preocupação de Vivarta *et al* (2004) com os modelos identificatórios disponíveis na sociedade brasileira no contexto pós-moderno, refletindo sobre a atuação corrupta de políticos e ressonâncias nas infrações apresentadas por jovens.

Esses elementos foram sinalizados pelos informantes e em reiterados atendimentos que realizei enquanto profissional de CREAS, em Barcarena e outro município. Recordo que comumente ouvia o seguinte questionamento dos adolescentes em cumprimento de LA: “Por que tenho que pagar pelo meu roubo, se esses políticos corruptos continuam soltos?”.

Tenho esperanças que os recentes julgamentos elaborados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima da justiça brasileira, dos processos de acusação de políticos e empresários com visibilidade nacional, contendo como resultado maioria de vereditos de condenação sejam demonstrações de rupturas neste processo de construção subjetiva social que aceita e corrobora com práticas de lavagem de dinheiro e uso indevido do dinheiro público. A mesma sociedade que condena adolescentes e clama pela redução da maioridade penal.

Não obstante, pelos dados estatísticos fornecidos pelo CREAS/Barcarena, admitimos indicativos de reiteração durante o cumprimento das medidas em meio aberto, incluindo LA, mesmo sem comparecer nas vivências de **Pedro, João e Paulo**. Os dados estatísticos revelam que de 2007, ano de inauguração do Centro, até o final de 2011, 75 adolescentes tinham iniciado o cumprimento de LA ou PSC, destes 18 haviam descumprido a medida, 03 tinham evadido, e não existia qualquer informação sobre o que ocorreu na pasta de 26. Do universo total existia registro que apenas 12 cumpriram integralmente a medida e 03 estavam no processo de acompanhamento.

Na investigação das referências familiares e suportes emocionais dos adolescentes cotejamos as significações das *referências afetivas* valoradas pelos informantes, onde alcançamos: a manutenção dos vínculos positivos com os membros familiares, baseados em sentimentos de confiança e apoio maternos; o sentimento de arrependimento mediado pela relação materna e com o irmão; e a concepção de suporte emocional e incentivo nos momentos adversos, direcionado a companheira, com realce para circunstâncias de violência psicológica no ambiente privado.

Na análise geral dos discursos dos informantes, notamos que predominantemente as referências afetivas foram familiares. Em todos os casos, os arranjos de famílias possuem a matricialidade feminina e afastamento da figura paterna biológica, substituída em sua função por outros membros, pelo irmão e padrasto no caso de **Paulo**, e pelo avô no caso de **Pedro**. **João** foi o único a adotar a companheira como sua principal referência afetiva, sem citar qualquer referencial masculino.

Esses dados esboçam tanto a variabilidade das dinâmicas familiares atuais, frisadas por Galano (2006) e por Sarti (2005), como acentuam que as alterações nas significações de masculinidade não desconstruíram por completo o sentido de que o ambiente privado e o cuidado dos filhos é tarefa predominantemente da mulher, informação denunciada anteriormente por Gutierrez e Minayo (2011). As relações maternas concentraram destaque nos casos de **Pedro e Paulo**, inclusive facilitando o processo de reflexão críticas sobre as suas vidas e sentimento de arrependimento pelos atos infracionais praticados, respectivamente.

Por outro lado, esboçamos que as referências familiares foram abordadas de maneira ambivalente pelos informantes. **Pedro e Paulo** atribuíram à família significações de suporte emocional e apoio nas adversidades, enquanto **João** descreveu o ambiente privado como hostil e violador, o que provavelmente influenciou a construção de sua autoimagem, com componentes de desqualificações e atributos infracionais. Vemo-nos diante da desconstrução do modelo ideal de família burguesa, já divulgado por outros estudiosos (GALANO, 2006; GUTIERREZ; MINAYO, 2011; SARTI, 2005; SZYMANSKI, 2005); ao mesmo tempo permiti-nos ainda reconhecer na família a possibilidade de construção de segurança emocional, acompanhada de novas configurações de masculinidade, afiançado por outros autores (AGUIAR, 2005; GUTIERREZ; MINAYO, 2011; LYRA, *et al*, 2005; PIMENTEL, 2008b; 2011b).

Confirmamos, assim, que o entendimento gestáltico favorece a verificação cuidadosa dos profissionais a cada dinâmica familiar, evitando generalizações que repercutem intervenções inadequadas e deslocadas das realidades vividas pelos adolescentes em acompanhamento de LA.

No que se referem ainda as referências familiares, a segunda significação escolhida foi dos *conflitos familiares*, onde registramos: dificuldade de reconhecer regras e limites no contexto familiar, impostas pelo padrasto como figura paterna; conflitos na relação familiar a partir do comportamento agressivo do pai; e abandono físico e emocional do pai.

Nesse ponto apuramos que os três informantes fizeram referência a conflitos com figuras masculinas e os três não possuem relacionamento afetivo de amor com os pais. **Pedro**

conhece o pai, mas este não teve participação na sua vida, mora distante e em raros momentos falam ao telefone. Dentre as figuras paternas próximas, tem problemas no relacionamento com o padrasto, por dificuldade de lidar com as regras e limites familiares, ratificadas pelo cumprimento da medida. **João** conviveu com o pai durante a infância, mas o percebia como uma ameaça ao equilíbrio das relações familiares, pelas constantes agressões à sua mãe. **Paulo** teve contato com o pai apenas aos 16 anos, verbalizando sentimento de abandono afetivo e não reconhecimento da paternidade.

Creemos que a realidade narrada pelos informantes corrobora com o relato de Gutierrez e Minayo (2011), de que ainda predomina a chefia das mulheres nas famílias com menor poder aquisitivo. Clarifica que na atualidade esta lógica de pensamento ecoa nos universos afetivos/familiares, reproduzindo comportamentos de descompromisso paterno, negando o direito dos adolescentes ao reconhecimento e à convivência, de maneira contrária aos ordenamentos legais e as tecnologias que comprovam a paternidade. Este dado evoca que os ordenamentos jurídicos, por si só, não são capazes de alterar composições subjetivas e que as tecnologias não estão acessíveis a todos, devido disparidades econômicas na sociedade brasileira.

Além disso, segundo o olhar hermenêutico fenomenológico explorado em nosso texto, a linguagem produz caracterizações do adolescente sobre si e sobre o mundo, delineando seus processos de construção subjetiva e de sua alteridade dialogada com contexto histórico-cultural (RICOEUR, 1988; RIBEIRO, 2002; SODRÉ, 2008). Os discursos de **Pedro, João e Paulo** sugerem que as relações conflituosas compõem suas singularidades masculinas e percepções de si, evidente na maneira como **João** se reporta ao comportamento do pai: ‘vida loca!’. Este mesmo vocábulo é utilizado para se descrever enquanto envolvido em atos infracionais.

João ainda revela indicativo de reprodução do comportamento violento que percebia na infância atualizado na relação com sua companheira, pois mesmo que seja contra qualquer tipo de agressão às mulheres, em situações de brigas a companheira já lhe deu três facadas. Em outro momento conta que o filho de 03 anos de sua companheira, que considera como seu filho, também faz gesto com as mãos como se fosse arma, demonstrando supostamente imitar o comportamento que esboçava quando tinha armas em sua casa.

A preocupação com a possibilidade de reprodução dos comportamentos de contravenção de leis e normas sociais foi visto no contato com **Paulo**, que após o término da gravação em áudio explicou que se disponibilizou a participar da pesquisa e aderir às

orientações dos profissionais do CREAS porque teme que seu sobrinho o imite, tornando-se um ‘ladrão’ ou ‘homicida’, em suas palavras.

Observamos a dimensão de *percepção da medida*, em relação à vivência da medida socioeducativa, buscando desvelar como os informantes compreendiam o cumprimento da LA, onde identificamos: momento de facilitação do processo de reflexão crítica; incentivo a melhora da percepção de si; e oportunidade de expressar sentimentos.

Consideramos que as impressões expressas pelos informantes sobre a medida de LA estão vinculadas às percepções positivas das relações com a equipe do serviço de MSE e com a acolhida ofertada pelos funcionários do CREAS/Barcarena. **Pedro** destacou como um momento que proporcionou reflexão crítica sobre as consequências de seus atos. **João**, como um ambiente que lhe proporcionou auxílio para qualificar suas potencialidades e mostrar outras maneiras de viver, distanciadas dos comportamentos ilegais. **Paulo** salientou a possibilidade de expressar sentimentos livre de julgamentos.

A partir dos discursos dos adolescentes, compreendemos que a medida socioeducativa de LA, executada no CREAS/Barcarena, tem buscado cumprir seus objetivos de responsabilizar o adolescente pelo ato infracional cometido e ao mesmo tempo garantir seus direitos, como definidos em lei (BRASIL, 1990). Demonstra que no local há o compromisso em garantir atendimento humanizado e acolhedor, respeitando a individualidade de cada socioeducando, conforme orientações do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (BRASIL, 2011a; 2011c; 2011d; 2012). A equipe indica estar se constituindo como referência aos adolescentes atendidos, em alerta a participação da família, como pontuado por outros pesquisadores (LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011).

Não negligenciamos a possibilidade de outros aspectos estarem presentes nestas afirmações, como o conhecimento de que as informações coletadas pela equipe do serviço de MSE continuamente são repassadas ao juiz, quem juridicamente detém o poder de extinguir a medida; e a possibilidade dos adolescentes terem expressado opiniões que julgavam ‘mais adequadas’ no contato com esta pesquisadora. No entanto, validamos a medida de LA, sob a égide gestáltica, pelo potencial de favorecer um ambiente dinâmico e de suporte emocional, baseado em contatos que permitem a fluidez de pensamento e expressão, com validação de habilidades e da criatividade. A escuta refinada do adolescente e da família pode se constituir fundamento para mudanças nos comportamentos sociais e individuais, alterações subjetivas nas formas de significação da vida e das relações.

Entretanto, a concepção das adolescências como sujeitos de direitos, na perspectiva da Doutrina de Proteção Integral, foi recentemente construída, a partir de ampla configuração

contextual. O mesmo ocorreu com a definição dos serviços de acompanhamento de medida socioeducativa de LA. Assim, percebemos que ainda existe uma série de desencontros e descontinuidades no processo de consolidação do efetivo acompanhamento dos adolescentes sentenciados a esta medida. Isto constitui um entrave, contribuindo para a reincidência em atos infracionais e para o descumprimento da medida, sinalizado no abandono dos adolescentes aos atendimentos e atividades desenvolvidas pelo CREAS.

Existem múltiplos fatores e interesses envolvidos na implantação e implementação dos serviços de execução de medidas em meio aberto nos municípios, que perpassam por vontades políticas, forma de estruturação física e humana, além de capacitação e valorização dos profissionais destinados para o serviço, como salientado por Brasil (2011c). Cremos que isto confere fragilidade à medida de LA e parece conclamar os Conselhos de Direitos e os líderes executivos para o dever de guardar o devido respeito e valorização aos profissionais que se dispõem a atuar nos serviços de acompanhamento socioeducativo nos municípios, o que, pela minha experiência, não é uma realidade. Em geral, falta segurança nos CREAS, ponto destacado na conversa com atual coordenadora do Centro em Barcarena; capacitação continuada e melhores salários. Estes fatores refletem na dificuldade de concretizar sistematização e continuação no acompanhamento, nos atendimentos, visitas domiciliares e institucionais, nas atividades em grupo e na elaboração de relatórios de acompanhamento.

A segunda dimensão analisada na vivência da medida foi a *prospecção* de si e do futuro, onde encontramos os seguintes elementos: noção do processo de mudança; expectativa de desenvolvimento profissional; e construção de planos futuros através do ingresso no mercado de trabalho e da qualificação profissional.

Constatamos mais uma vez que os informantes atribuem sentidos positivos à medida de LA, porque reconhecem a facilitação da reflexão das consequências dos seus atos, como falou **Pedro**; creem que a medida lhes proporcionou valorização pessoal e qualificação profissional, ao incentivar a continuação do ensino regular e encaminhamento para cursos profissionalizantes, como declarou **João**; ou entendem que fortaleceu sua inserção no mercado de trabalho, no exemplo de **Paulo**.

Ainda assim notamos que a mudança de comportamento relatada por **Pedro** pode estar relacionada ao desejo de aceitação social e de encerramento de medida; **João** ainda demonstra ter dificuldade de conviver com hierarquia no ambiente de trabalho e atribui sentido de poder à capacidade de consumo material; e **Paulo** almeja profissões de soldado e policial, as quais denotam sentido de poder e possuem potencial expressão de agressividade, fatores que possivelmente continuam compondo sua percepção de si e do mundo.

Disso acentuamos o alcance limitado da medida, reforçando como é fundamental atender ao princípio da incompletude institucional, articulando ações integradas com as demais políticas setoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 1990; LIBERATI, 2008; VOLPI, 2011); e a cuidadosa elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), sublinhado em várias normativas técnicas (BRASIL, 2011a; 2011c; 2011d; 2012; VOLPI, 2011).

Sobre a rede de serviços que Barcarena dispõe, **Paulo** verbalizou que como recente morador do município sente falta de atividade de esporte e arte em espaços públicos, como as praças. A cidade demonstra carecer de alternativas de lazer e cultura, exceto festas de aparelhagem. Não há cinema, teatro ou bibliotecas públicas na cidade. As praças não têm propostas de atividades de esporte ou lazer. Não há muitas ofertas de escolas de esporte, dança, música, teatro ou de cursos profissionalizantes. Isto provavelmente confere mais um ponto frágil ao acompanhamento das medidas em meio aberto, apesar do esforço dos profissionais.

Todavia, saliento que esta realidade não é privilégio de Barcarena e só será alterada com o engajamento da sociedade civil organizada e dos órgãos de controle social. Além disto, a equipe do CREAS, em conjunto com defensores públicos, promotores e juiz da infância, tem fomentado discussão para ampliação das políticas públicas por parte do gestor executivo, segundo dados coletados na conversa com a coordenadora do Centro.

Para avigorar nossa argumentação e sobressaltar o crédito da equipe no sucesso das medidas em meio aberto, reporto-me novamente a fala do Pe. Bruno Sechi, durante o Congresso Nacional de Defensores Públicos, ocorrido em Belém, no corrente ano. Ele perguntou: “Por que ninguém se assusta quando é divulgada a informação que em um bairro tão populoso como a Terra Firme, em Belém, há apenas uma creche? E por que todos se alarmam quando assiste no jornal que um adolescente esteve envolvido em um assalto?”.

Em muitos momentos reflito sobre as possíveis respostas a estes questionamentos. Não raramente recordo-me da fala de um adolescente, que disse: “Puxa, mas você pode me encaminhar para esse monte de cursos? Quer dizer que eu precisei cometer um ato infracional pra ter direito a isso?”. Entendo que as violações de direitos fazem parte da contextualização relacional de adolescentes que se envolvem em atos infracionais, como notamos nos discursos dos informantes. Considero que os processos de subjetivação social no Brasil ainda corroboram com a exclusão e marginalização, como elementos naturalizados nas relações sociais com os adolescentes acusados de transgredir leis. Acredito que os psicólogos que se

disponibilizam a intervir nos serviços de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto são desafiados a romper paradigmas e desconstruir estereótipos diariamente.

Discutir sobre o PIA é mais delicado; apesar dos esforços empreendidos, foi sinalizado como meta distanciada da prática em Barcarena. De acordo com a análise documental, o instrumental destinado à construção deste plano havia sido preenchido e estava sendo executado apenas no atendimento de **João**. Entretanto, não foi possível observar a participação efetiva do orientador social e da família no seu processo de construção, apenas nos encaminhamentos. Aliás, a figura do orientador social, desenhada pelo ECA, foi evocada apenas no acompanhamento de **Pedro**.

Ademais, percebemos que os instrumentais construídos pela equipe para coleta dos dados nos atendimentos possuem riqueza de informações, transparecem cuidado e estudo, com potencial de servirem de referência para serviços desta natureza em outras municipalidades. Não obstante, atentamos que algumas informações encontram-se repetidas entre os documentos e não é expressiva a prática de exploração e ampliação cuidadosa das informações prestadas pelos adolescentes, segundo a observação dos registros efetuados pelos profissionais sobre as intervenções desempenhadas contidos nas pastas de cada informante.

Sentimos contradições entre as respostas escritas nos instrumentais, das que foram citadas durante as entrevistas, como ocorreu no caso de **Pedro**. Na ficha denominada 'Entrevista Inicial do Socioeducando com o Técnico de Referência', consta que não havia cometido ato infracional anterior ao que culminou na medida de LA. No entanto, na entrevista deixou claro que já havia se envolvido em outras situações ilegais.

Concluimos que é necessário esquadrihar continuamente as informações declaradas pelo informante, posto que, ao iniciar o processo de cumprimento de medida socioeducativa, não raramente há uma série de idealizações e receios a respeito do uso de cada informação prestada; o estabelecimento de vínculo de confiança permite maior transparência e abertura ao diálogo; e em perspectiva gestáltica o processo de estar-no-mundo é dinâmico. Além disto, o discurso dos adolescentes, e possíveis alterações, sempre deverão constituir-se como fundamento para elaboração de planos de ação, os quais não podem ser estanques, mas precisam ser revistos durante o processo de acompanhamento socioeducativo, garantindo maior alcance na proposta de contribuir para reconfiguração de formas de pensar sobre si e agir socialmente.

Contudo, não buscamos aviltar o serviço executado; apenas prestar anotações que possam produzir maior excelência ao trabalho ofertado, visando contribuir para redução da criminalidade e garantia de direitos integrais aos adolescentes acusados de atos infracionais.

Ao finalizar nossa caminhada nesta pesquisa, validamos a compreensão da linguagem, para vislumbrar elementos do processo de subjetivação social e das singularidades. Ressaltamos a importância da escuta profissional, na perspectiva da clínica ampliada, para ratificação e fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos e de responsabilização de adolescentes acusados de cometer atos infracionais. Certificamos o potencial da referência gestáltica como ferramenta teórico-metodológica valiosa para ampliar os horizontes contextuais das relações desenvolvidas entre os adolescentes, os profissionais e as famílias. Conferimos pela amplitude do tema a reflexão sobre os horizontes de pesquisa e intervenção como compromissos éticos dos profissionais que atuam na área social, especialmente com a garantia de direitos de adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.

AMARAL, C.R.S.; LOBATO, E.A. Mediação de conflitos e convivência na escola: percepção de professores e alunos de uma escola pública de Belém do Pará. In: PIMENTEL, A.; FRANCO, V. (org.). **Diálogos dentro de psicologia: contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional**. Portugal: Aloendro, 2011.

ARAÚJO, L.S. **Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente**. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belém, 2007.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZEVEDO, Mariza Seixas Tardelli de. **Adolescência infratora: um rito de passagem**. 2000, 1 v. 150p. Dissertação. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

BARROS, M.J.B. **Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena-Pará**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2009.

BELÉM. Instituto Universidade Popular (UNIPOP). **O adolescente e as medidas socioeducativas no estado do Pará-Brasil: relatório final da pesquisa**. Belém, PA: Programa de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Instituições Assistenciais e Judiciais no Estado do Pará (Pró-DCA), 2011.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

_____. **A dominação masculina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado, 1990.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Temático de Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b.

_____. **Código Penal e Constituição Federal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático prevenção de violência e cultura de paz III**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008a.

_____. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem**: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2008b.

_____. **Lei nº 12.435**, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Senado, 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2009**: CREAS. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e respostas**: centro de referência especializado de assistência social – CREAS. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: centro de referência especializado de assistência social – CREAS. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011d.

_____. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Senado, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A.S. (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CRUZ, C.R.R.; GARCIA, M.L.D.G.; TEIXEIRA, M.C.S. (org.). **Relatório final**: subsídios para elaboração da política da infância e adolescência de Barcarena (PA). Barcarena, PA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), 2011.

CUNHA, M.E.C.; SILVA, J.M.P. O uso do território e as relações de poder no município de Barcarena-PA. **Revista Científica da UFPA**. ano 07, n. 1, v. 6, p. 1-18, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.ufpa.br/rcientifica/>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

DEMORI, V.; CARVALHO, M.C.N. Possibilidades e limites na implementação da medida socioeducativa de liberdade assistida. In: CARVALHO, M.C.N. de; FONTOURA, T.; MIRANDA, V.R. (org.). **Psicologia jurídica**: temas de aplicação II. Curitiba: Juruá, 2009.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
FIORELLI, J.O.; MANGINI, R.C.R. **Psicologia jurídica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FISCHER, R.M.; SCHOENMAKER, L. (org.). **Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**: pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA. São Paulo: Ceats/FIA, 2010.

FLORES, R.B.; PIMENTEL, A. Políticas públicas de assistência social ao adolescente. In: PIMENTEL, A.; FRANCO, V. (org.) **Diálogos dentro de psicologia**: contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional. Portugal: Aloendro, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A.S. (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALANO, M.H. Família e história: a história da família. In: CERVENY, C.M.O. **Família e ...** narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, A.L.Z. (org.). **Direitos humanos na mídia comunitária**: a cidadania vivida no nosso dia a dia. São Paulo: Oboré, 2009.

GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira, 2002.

GUINALZ, J.P. **Trabalho, alienação e adoecimento na produção de alumínio em Barcarena**. Dissertação. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU). Belém, 2007.

GUITTET, A; AMADO, G.A. **Dinâmica da comunicação nos grupos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUTIERREZ, D.M.D.; MINAYO, M.C.S. O significado do cuidado da saúde nas classes populares sob a perspectiva de gênero. In: PIMENTEL, A.; FRANCO, V. (org.). **Diálogos dentro de psicologia**: contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional. Portugal: Aloendro, 2011.

HEIDEMANN, M. **Adolescência e saúde**: uma visão preventiva para profissionais de saúde e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, n. XXIV, v. 3, p. 363-372, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Sinopse do censo e resultados preliminares do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **IBGE lança nova base cartográfica em escala 1:250.000**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2198&id_pagina=1>. Acesso em: 23 nov. 2012.

JAPIASSU, H. Como nasceu a ciência moderna? In: _____. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

JUNQUEIRA, I.C. **Do ato infracional à luz dos direitos humanos**. Campinas, SP: Russel, 2009.

LIBERATI, W.D. **Comentário ao estatuto da criança e do adolescente**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

LIRA, N.T.S. Adolescentes e adultescentes na contemporaneidade. **IGT na Rede**, n.12, v. 7, p. 18-25, 2010.

LYRA, J.; LEÃO, L.S.; LIMA, D.C.; TARGINO, P.; CRISÓSTOMO, A.; SANTOS, B. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, D.L. Projeto de medidas socioeducativas em meio aberto. In: BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas Identidade Profissional e Políticas Públicas: o diálogo corporativo com o Estado**. Brasília: Brasília, 2005.

MINAYO, M.C.S. O desafio da pesquisa social. In: _____.; GOMES, S.F.D. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOREIRA, J.O.; ROMAGNOLI, R.C.; NEVES, E.O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 27, v. 4, p. 608-621, 2007.

MONTEIRO, R.F. **Memórias de escola de adolescentes em conflito com a lei**: um estudo da rede de significados na constituição de escolaridade. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2009.

NASCIMENTO, I.P.; TORRES, J.M. Matizes sobre as juventudes na contemporaneidade. In: PIMENTEL, A.; FRANCO, V. (org.) **Diálogos dentro de psicologia**: contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional. Portugal: Aloendro, 2011.

NEVES, C.A.B.; ROLLO, A. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. **Textos básicos em saúde**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Atenção a Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2006.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). **Estatística municipal**: Barcarena, Pará: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), Governo do Estado do Pará, 2011.

PERLS, F.S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A. (org.) **Universo adolescente**: escarpelamento, drogadição, violência, agressividade, subjetividade. Belém: Centro de Desenvolvimento da Adolescência, 2007.

_____. Construção psicológica da subjetividade masculina. In: _____; MOREIRA, A.C.G. (org.) **Psicologia, instituição, cultura**. Belém: Amazônia, p. 135-140, 2008a.

_____. **Cuidado paterno e enfrentamento da violência**. São Paulo: Summus, 2008b.

_____. Matrizes de uma história. **Revista do NUFEN**, n.1, v. 1, p.2-5, abr./ago. 2009.

_____; FERREIRA, W.B.; VALE, K.; MONTEIRO, E. Para além do claustro. In: _____; LEMOS, F.; SOUZA, M.; NICOLAU, R. (org.). **Itinerários de pesquisas em psicologia**. Belém: Amazônia, 2010.

_____. Interrogar masculinidades em Belém do Pará. **Contextos clínicos**, n.1, v. 4, p. 18-27, 2011a.

_____. Análise do discurso: uma ferramenta metodológica para análise da violência psicológica. In: ABREU, W.F.; OLIVEIRA, D.B. (org.). **Entre educação e filosofia**: conhecimento, linguagem e pensamento. Belém: GEPEIF, 2011b.

REIS, R.R.; ROCHA, R.P. (org.). **A filosofia hermenêutica**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2000.

REIS, E.F. **Varas de família**: um encontro entre a psicologia e o direito. Curitiba: Juruá, 2009.

RIBEIRO, J.A. **Teoria da interpretação de Paul Ricoeur**. Lisboa: Rumo, 2002.

RIBEIRO, W. **Existência** – essência: desafios teóricos e práticos das psicoterapias relacionais. São Paulo: Summus, 1998.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMAN, M. D. **Psicologia e adolescência encarcerada**: embates de uma atuação em meio à barbárie. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: Makron Books, 2005.

SANTOS, E.P.S. (Des) construindo a ‘menoridade’: uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria “menor”. In: GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p.205-248.

SARTI, C.A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

SCHULTZ, D.P.; SCHULTZ, S.E. **História da psicologia moderna**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

SODRÉ, O. A abordagem histórico-cultural da subjetividade. **Memorandum**. n.15, p. 88-104, 2008.

SZYMANSKI, H. Ser criança: um momento do ser humano. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

UNICEF. **Homicídios na adolescência no Brasil**: IHA 2005/2007. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VIVARTA, V. (org.). **Remoto controle**: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes. São Paulo: Cortez, 2004.

VOLPI, M. (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YONTEF, G.M. **Processo, diálogo e awareness**: ensaios em gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.